Este livro foi impresso
(com filmes fornecidos pela Editora)
na Gráfica Editora Bisordi Ltda.,
à Rua Santa Clara, 54 (Brás),
São Paulo.

Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França nasceu na Bahia a 30 de junho de 1771. Seguiu a carreira das armas e comandou o 1.º Regimento de Cavalaria no Rio de Janeiro, incumbido especialmente da guarda do Rei. Pela correspondência com os cunhados, verifica-se o grau de respeito, quase devoção, que passou a dedicar ao soberano. Eleito deputado às Cortes de Lisboa, não se harmonizou com os companheiros de delegação e defendeu até o extremo a união com Portugal.

Era dedicado às letras e tinha boa formação clássica. Sua produção poética é escassa. Sacramento Blake menciona alguns sonetos publicados no *Jornal de Coimbra*, no *Parnaso brasileiro* de Pereira da Silva.

Mas a produção que o consagrou elemento da literatura brasileira é o famoso soneto, composto duas horas antes de expirar, que figura em diversas coletâneas e mereceu destaque no *Florilégio da Poesia brasileira*, de Varnhagen. (Tomo II) 2.ª edição, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1946, p. 245.

O coroamento de sua vida seria a pacificação da Bahia, que não pôde realizar por ali chegar após a retirada de Madeira, e o reconhecimento do Império por parte de Portugal, como membro da malograda Missão Rio Maior ocorrida nas circunstâncias mais desfavoráveis ao seu êxito.

Faleceu a 8 de janeiro de 1824 ao zarpar do Rio de Janeiro, após o malogro da desastrada tentativa de reconciliação das "duas partes da monarquia", seu irrealizável ideal.

Luís Paulino manifestara-se contra a atuação dos portugueses na Bahia, mas entendera que faltava a Manuel Pedro, o comandante brasileiro, as qualidades para manter a ordem na província em ebulição. O incidente grave com o exaltado deputado Barata criara, entre ele e os baianos, uma incompatibilidade com os patriotas que não perdoaram os que tentaram salvar a união quando ela não era mais possível.

A.J.L.

Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França, militar, natural da Bahia, foi um dos deputados brasileiros às Cortes de Lisboa em 1821. Ao contrário de seus companheiros de delegação, não assumiu uma posição rebelde ante a incompreensão da assembléia em face da situação brasileira. Assinou e jurou a Constituição do Reino Unido em setembro de 1822. Isto não seria muito. O mesmo fizeram o futuro regente do Império, Pedro de Araújo Lima, conservador convicto no momento, e o rebelde José Martiniano de Alencar. O grave é que, enquanto os colegas voltavam à terra para tomar parte na luta que se desencadeara, ele retomou sua posição militar em Portugal e combateu, ao lado dos liberais portugueses, os reacionários absolutistas. Provavelmente o contato mantido com o rei D. João VI, na qualidade de comandante do 1.º Regimento de Cavalaria, junto ao Paço de São Cristóvão, impedia-o conceber uma ruptura com o soberano a que se dedicara de corpo e alma. Pois não era o próprio D. Pedro, Defensor Perpétuo, que assegurara em 1.º de agosto de 1822 "cimentar a independência política deste reino sem romper contudo os vínculos da fraternidade portuguesa, harmonizando-se com decoro e justiça todo o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e conservando-se, debaixo do mesmo chefe, duas famílias separadas por imensos mares, que só podem viver reunidas pelos vínculos da igualdade de direitos e recíprocos interesses"? (*Proclamações, cartas, artigos*. Rio de Janeiro, Comissão Executiva do Sesqüicentenário, Rio de Janeiro, 1973, p. 106.)

Este livro não pretende ser a apologia do representante da Bahia nas Cortes, porque lhe falta o elemento fundamental: a voz do acusado.

Mas é um retrato fiel, elaborado pelos seus parentes mais chegados, da conjuntura que levou o Brasil a optar pela luta, até o sacrifício, na inevitável defesa de suas prerrogativas e, especialmente, da irresponsabilidade das autoridades portuguesas desarvoradas, especialmente Madeira, na criação do clima de exaltação patriótico-nacionalista. "Um tal imperador" passa, em pouco, a ser o salvador da obra política de Portugal no Brasil. E assim, curiosamente, os dois filhos do deputado em causa, ambos generais, um segue as hostes liberais portuguesas e luta pelo liberalismo contra o reacionarismo miguelista; outro jura fidelidade ao pavilhão auriverde e ajuda a consolidar a independência do Brasil.

É um dossiê que não pode deixar de interessar os estudiosos da era da formação do Império.

A.J.L.

CARTAS BAIANAS
1821 - 1824

BRASILIANA

Volume 372

*

Direção de

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

CIP-Brasil. Catalogação-na-Fonte
Câmara Brasileira do Livro, SP

C314 Cartas baianas, 1821-1824 : subsídios para o estudo dos problemas da opção na independência brasileira / [organizador] António d'Oliveira Pinto da França. — São Paulo : E. Nacional ; [Rio de Janeiro] : Núcleo Editorial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1980.

(Brasiliana ; v. 372)

Coleção de cartas endereçadas principalmente a Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França.

1. Bahia — História 2. Brasil — História — Independência, 1822 3. França, Luís Paulino d'Oliveira Pinto da, 1771-1824 I. França, Antônio d'Oliveira Pinto da. II. Série.

CDD-981.034
-923.281
80-0164 -981.42

Índices para catálogo sistemático:

1. Bahia : História 981.42
2. Brasil : Políticos : Biografia 923.281
3. Independência : Brasil : História 981.034
4. Independência da Bahia : Brasil : História 981.034

ANTÓNIO D'OLIVEIRA PINTO DA FRANÇA

CARTAS BAIANAS 1821 - 1824

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DOS PROBLEMAS DA OPÇÃO NA INDEPENDÊNCIA BRASILEIRA

Em convênio com o

NÚCLEO EDITORIAL
DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor:
PROF. NEY CIDADE PALMEIRO

Diretor do Departamento Cultural:
PROF. TARCISIO MEIRELLES PADILHAS

Coordenadora do Núcleo Editorial:
GILDA OSWALDO CRUZ

Revisão:
Neusa Maria Fernandes
Vera Lúcia Pereira Castro

Composição e paginação:
Só-Texto Ltda.

Proibida a reprodução, embora parcial,
e por qualquer processo, sem
autorização expressa do Autor e da Editora.

Direitos reservados à
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 639
01212 São Paulo, SP

1980
Impresso no Brasil

SUMÁRIO

Nota preliminar: VII

Apontamento sentimental sobre os textos: IX

1.ª Parte

Cartas (1 a 51): 3

2.ª Parte

Nota explicativa: 113
Cartas (52 a 59): 115
Nota final: 130

Anexos

I. Dados biográficos sobre alguns dos autores dessas cartas: 133

II. Referências a Maria Bárbara, posteriores a essas cartas: 139

III. Extrato do livro de registro dos bens de raiz do capitão Bento José de Oliveira, no Brasil e Portugal: 141

IV. Registro do casamento de Maria Bárbara e Luís Paulino: 143

V. Correspondência entre Luís Paulino e seus cunhados (1 a 9): 144

VI. Decreto de 9 de agosto de 1819 (1 e 2): 162

VII. Testamento de Luís Paulino: 167

VIII. Carta-régia de D. João VI a Luís Paulino: 169

IX. Ofício de Luís Paulino ao Secretário de Estado do Brasil, Carneiro de Campos: 171

X. Ofício de Luís Paulino ao conde de Rio Maior: 173

XI. Certidão de óbito de Luís Paulino, passada pelo seu médico: 175

XII. Certidão de óbito de Luís Paulino, passada pelo comandante do brigue *Glória*, onde faleceu: 176

XIII. Carta (Vila Flor a Bento de França): 177

XIV. Mapa genealógico de Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França: 178

XV. Mapa genealógico de D. Maria Bárbara Garcês Pinto de Madureira: 179

Índice onomástico: 181

Ilustrações

Miniatura em marfim de Luís Paulino, XXXIII

Carta manuscrita de D. Maria Bárbara a Luís Paulino, XXXIV-XXXVI

Mapa do Recôncavo Baiano, XXXVII

NOTA PRELIMINAR

A presente coleção de documentos representa importante contributo para o estudo das idéias na era da Independência.

A solução brasileira distinguiu-se daquela adotada pelas antigas colônias espanholas num ponto fundamental: tentou-se, até o extremo, manter um liame com a mãe-pátria, mediante unidade dinástica. O ideal de conservação do que se chamava um *império*, reunindo os portugueses das cinco partes do mundo, foi defendido até que se tornou forçoso optar pela unidade *contra* a velha metrópole e, não, paralelamente a ela. Assim pensavam os deputados brasileiros e o disseram repetidamente nas Cortes; a isso aspirava o Patriarca da Independência até as vésperas do Sete de Setembro; assim esperava fosse ocorrer, ainda nos últimos momentos, o Fundador do Império. As proclamações de 1822 falavam em *Independência* e terminavam com vivas ao rei de Portugal. O que o Brasil defendia, acima de tudo, era a condição de reino, com seu governo próprio, sua unidade e seus interesses econômicos resguardados. Às Cortes se deveram as condições que forçaram a opção decisiva da separação total e irreversível.

Há uma personagem que permanece com perfil pouco nítido nesse período: a do deputado baiano Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França. Sabe-se que não se conformou com a alternativa da separação total. Sabe-se que aceitou as primeiras cláusulas econômicas opressivas impostas pela maioria lusa. Sabe-se que se distanciou dos conterrâneos e teve conflito corporal com o exaltado Cipriano Barata. Sabe-se, também, que esse incidente foi provocado por discussão em torno da atitude do comando militar da Bahia. Ele era adverso a Madeira e julgou incapaz Manuel Pedro. Conhecia a ambos e teria motivos pessoais para o julgamento. Previu o malogro da luta baiana.

Mas — senhor de engenho no Brasil, com mulher e filhos na Bahia, recebendo abundantes informações acerca do impasse criado pela atitude imperdoável do comando militar, e acompa-

nhando a evolução da mentalidade de sua gente (um de seus filhos adere francamente às forças brasileiras, combate sob o comando de Labatut, e o outro se afasta do comando português e o critica asperamente) — não se compreende por que permaneceu em Portugal após a assembléia fatídica, e não voltou à terra natal, como fizeram os demais. O fato de ter jurado a Constituição do Reino Unido não seria empecilho. Dezenas de brasileiros o fizeram e, depois, encarreiraram-se no Império. Isso porque, na tragédia aqui documentada, a figura principal é personagem muda, como em certas tragédias gregas. Faltam suas cartas esclarecedoras. Temos de nos contentar com a correspondência passiva, que nos fornece dados importantíssimos da mudança do ambiente, que evolve desde o temor acerca da atitude do Príncipe Regente em face da dúvida quanto à aclamação como soberano, até enfáticas referências ao grande Imperador Pedro I.

Que se estaria passando na mente do acusado de sempre ser o menos patriota dos nossos representantes, traidor aos ideais de sua pátria, modelo de servilismo e de covardia? Sabe-se que assinou "com restrições" o parecer favorável ao processo dos responsáveis pelo *Fico*, pedra de escândalo, ocasião da retirada do grupo paulista, o único de fato organizado politicamente. Pelas *Memórias* do marquês de Alorna, vem-se a saber que ficou renitente no princípio da união de todos os brasileiros. A infeliz tentativa de conciliação representada pela missão Rio Maior deveria ter-lhe despertado entusiasmo. Mas o momento da iniciativa não poderia ser mais inadequado. Qualquer complacência do governo brasileiro, diante de emissários que não aceitassem a preliminar do reconhecimento pleno, seria considerada traição pela Constituinte. O procedimento duro do Imperador teve fim trágico: a morte, em pleno mar, de um dos enviados. Chegara convicto de que viria colher um florão para sua campanha de reconstituição da unidade do império lusitano, e voltava frustrado na tentativa. Isso terá contribuído, certamente, para apressar-lhe a morte.

Não há aqui, pois, nem defesa, nem apologia. Há o quadro exato do drama por que passou uma família luso-brasileira, quando da inevitável passagem do país, de reino associado, a império independente. Se aqui não está um julgamento, dada a falta de peças essenciais ao processo, está, ao menos, um alerta, para nos lembrarmos daquilo de São Mateus (7:1): *Nolite judicare ut non judicemini.*

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

Apontamento sentimental sobre os textos

Antônio d'Oliveira Pinto da França

Há muitos anos, desde que estas cartas vieram parar às minhas mãos — tinha eu vinte anos —, que imaginava trabalhá-las e publicá-las, um dia. No período que se segue à independência das antigas colônias portuguesas em África, a sua publicação reveste-se de particular oportunidade e oferece temas de comparação e meditação. Com efeito, está constantemente presente nesta correspondência a angústia da opção entre o Brasil e Portugal, por parte dos membros de uma família apanhada por um temporal histórico que ia determinar fundas modificações no curso dos dois países e nas suas próprias vidas. Essas páginas estão carregadas das dúvidas, da lucidez, dos medos, do sofrimento e da coragem com que seguiam e se envolviam, dia a dia, nos acontecimentos que se desencadeavam em torno deles. Constituem o testemunho da participação de uma família variada, na gestação da Independência brasileira.

Não é minha intenção escrever um prefácio a este conjunto de cartas, com a preocupação de fazer rigorosa inserção delas no período histórico da Independência da Bahia, a que dizem respeito. É evidente, isso compete a um estudioso desse período. Pretendo localizá-las romanticamente no espaço, dar-lhes uma terceira dimensão. Recorro a esse usado adjetivo, no sentido de uma certa permissividade de sentimentos da minha parte, ao manejá-las e interpretá-las. Não me fixei severamente nos fatos, deixei que a minha imaginação trabalhasse sobre eles, tanto quanto esses fatos o permitiam. Entendi ainda que, do ponto de vista "romântico", a narração dos acontecimentos que rodearam o meu trabalho — curiosamente começado no Rio e terminado em Bissau — e as linhas de sangue e sentimentos que entrelaçaram esses acontecimentos dariam às cartas um novo sabor, essa terceira dimen-

são, o fascínio do encadeamento da vida e das pessoas, a misteriosa profundidade histórica de cada homem, sempre nele presente. Também ouso fazer apreciações sobre o caráter de cada um dos personagens que participam na correspondência, ora publicada, para além do que escrevem, na base da intimidade e da afinidade que histórias ouvidas por tantos anos acabaram por criar entre mim e essas figuras, que se situam quase dois séculos atrás.

Esta coleção de cartas caracteriza-se por uma unidade que lhe vem de duas condições. Por um lado, todas elas, de uma maneira ou de outra, estão ligadas ao problema da Independência do Brasil, tal como vivido em Salvador. Por outro, são praticamente todas endereçadas, por parentes seus, a Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França, que nesses anos foi deputado pela Bahia às Cortes Constituintes. Baiano de nascimento, jurista, bom poeta, militar, herói das campanhas napoleônicas e também político e diplomata, que morreu marechal-de-campo do Exército português. Uma personalidade de grande vigor, com todos os atributos da geração que em Portugal marcou a introdução do romantismo. A sua vida, os seus afetos e sobretudo a sua morte enquadram-se na gesta do herói romântico.

Há quatro gerações, desde o regresso a Portugal, que circulam na família saudades e mitos da Bahia quente, sensual e misteriosa. D. Antônia, D. Sebastiana de São Francisco, D. Maria de Jesus,(1) linha matriarcal de enérgicas senhoras de engenho, que, no Recôncavo, nascem, amam ou, pelo menos, casam e procriam, sucessivamente, desde os princípios do século XVII, com homens vindos de Portugal em busca de glória, poder e fortuna. Delas saem, nos fins do século XVIII, duas gerações de Pinto da França, baianos com um pé lá e outro no norte de Portugal.

Vão e vêm sempre em relação com as figuras literárias, políticas e militares da sua época: períodos de vida no remanso de quietas e bucólicas quintas, no ambiente conservador de Penafiel, nos círculos intelectuais e neo-revolucionários das academias coimbrãs, no labutar pacato-burguês de comércio do Porto, em deste-

(1) D. Maria Francisca de Jesus Ferreira d'Eça nasceu em Jacuípe, Santo Amaro da Purificação, em 20 de abril de 1745; casou em 8 de fevereiro de 1762 com o capitão Bento José de Oliveira e morreu em agosto de 1777; filha de Ambrósio Francisco de Pinho — natural de Portugal, mas sobrinho do fundador do engenho da Transfiguração de Jacuípe — e de D. Sebastiana Ferreira de São Francisco, que nasceu em Santo Amaro e morreu em São Pedro do Rio Fundo, em 7 de maio de 1755, filha do sargento-mor André Ferreira d'Eça, natural de Portugal, e de D. Antônia Pereira, nascida em Santo Amaro e falecida em São Pedro do Rio Fundo, em 13 de outubro de 1736.

midas ações na catástrofe napoleônica, logo alternados por vida mundana na corte do Rio, longas experiências agrícolas no engenho tropical de Aramaré (2) ou envolvimentos políticos em Salvador. Fermenta ali a Independência, extremam-se os campos, e os Pinto da França, por educação e temperamento, homens de centro, seguem e analisam os acontecimentos com uma objetividade dolorosa, conscientes dos excessos dos radicais de esquerda ou direita, que não lhes perdoam a clareza e a serenidade. São anos de angústia, que, na incerteza, vão empurrando os homens para uma hora de escolha difícil: Portugal? Brasil? Soa a hora e a família separa-se, cada um na sua opção. O meu trisavô regressa definitivamente a Portugal, embora os laços se mantenham, entre todos, estreitos, íntimos e afetivos. Um pouco em paralelo às próprias relações entre Portugal e o Brasil. Mas os países têm memória, como existência, mais longa que as famílias, e nós em Portugal vamos perdendo contato com os parentes e o mundo baiano; rareia a correspondência, partilham-se, desfazem-se os bens da casa, bens materiais que ajudam o homem a manter fictícias uniões. Subsistem contatos, cada vez mais esparsos, de geração em geração. Permanecem, por fim, histórias, anedotas, documentos, nomes, dados hirtos e secos em livros genealógicos ou em biografias que, muito embora, ajudam a manter a magia antiga dos tempos baianos.

Na geração do meu avô, passou por Lisboa o baiano Salvador da França, como seu primo direito do mesmo nome, boêmio, versão tropical do toureiro borda d'água lisboeta, charme de fim de raça, como ele arrancado à vida em pleno garbo pela tuberculose, fim romântico conveniente ao galã da *belle époque*. O seu charme marcou as irmãs do meu avô, que, me lembro, dele contavam a graça da pronúncia e o "prima, prima", para elas encantador e levemente *cafona*. Depois, o silêncio até 1955. O meu pai, tios e eu próprio começamos, então, a receber cartas de parentes genealogistas de Salvador, nos termos imprecisos em que muitos brasileiros falam do passado, mas, seguramente, pedindo elementos para se reencontrarem. Correspondência rala, mas que cerrou laços e tornou um pouco mais reais esses nebulosos primos do Brasil, que das brumas surgiram, ainda imprecisos, na multidão gerada pelos 17 filhos do tio Henrique, irmão do meu bisavô.

(2) Aramaré (*) parece ser uma palavra de origem tupi e designará um pequeno peixe fluvial.

(*) Segundo Teodoro Sampaio: *O tupi na geografia nacional*, 4.ª ed., anotada por F. Edelweiss, Bahia, 1955, *aramaré* ou *araberi* vem de *alam*bary *ou lam*bary, peixinho de água doce (N. da Editora).

No ano agitado de 1974, chega-me de surpresa o convite para assumir o cargo de cônsul-geral do Rio. Foi o alvoroço de restabelecer os laços, de ser o primeiro a regressar a essa raiz tropical, após 150 anos só de recordações! Para mim, era a grande aventura de identificar "pessoas-nomes", ligadas a nós por um fio de sangue e tradição, definir caracteres, arrancar o véu àquelas denominações saborosas de terras longínquas, perdidas no continente, pisar o engenho, redescobrir locais e sentimentos. E lá parto munido de listas com os nomes de parentes, sem endereço nem cidade, e de cem cartas de família escritas na Bahia entre 1821 e 1824, que ainda ninguém trabalhara.

Em agosto de 1974, poucos dias após o desembarque, instalado provisoriamente nos faustos fastidiosos de São Clemente, localizo o Ernani França Torres. Conhecia vagamente a ligação, fez-me festa calorosa e carioca: "Nós somos muitos, a maior parte da Bahia; já primos segundos, seremos poucos aqui no Rio, talvez uns quinze. Vou fazer contatos, e lá estaremos na próxima quarta-feira à noite". Na véspera comunica-me que, iniciados os contatos, chegara à conclusão de que errara nas contas: "Não somos quinze, somos oitenta!"

Compareceram em massa. Que engraçado ver entrar pelas largas portas de São Clemente esses desconhecidos familiares, um tanto intimidados, solenes, que aos poucos se descontraíam. Alguns não se viam havia anos, outros nem se conheciam, e eram os mais velhos que, pressurosos, acudiam: "Já viu meu neto? Está na Escola Naval" ou "Esse aí é meu genro!"

Sentei-os, mais tarde, em torno da grande mesa de São Clemente para lhes explicar as origens comuns, essa misteriosa realidade imóvel no passado que nos unia na diversidade divertida, irônica, de nossos destinos atuais. Passei-lhes alguns papéis com dados esquemáticos e falei-lhes do fascínio da instituição família, *lato sensu*, passado-presente-futuro, que, mais do que forma de orgulho vão, é marca, mesmo que inconsciente, e cujo desvendar é uma das chaves descodificadoras daquilo que somos mental ou fisicamente. Disse-lhes pensar que esse fascínio vem da vocação e gosto de todo homem para se eternizar, essa sede de vencer a morte na doce e confortável ilusão de que nomes, família, países, civilizações perduram para sempre. Embora conduza a uma ficção, a força por trás do fenômeno é respeitável, por ser a mesma que nos leva ao conceito da unidade da raça humana, desde os primórdios, e, sobretudo, à idéia de Deus.

Na euforia do fim da noite chegou o Sr. Seixas, fotógrafo fiel da colônia, com a sua cabeleira de maestro, de uma anafada loucura artística, óculos na ponta do nariz, que, encarapitado numa escadinha bem afastada — já em pleno jardim, para dar ângulo à lente —, fixou para a posteridade o grupo, de aparato e circunstância laboriosamente arrumado no pórtico do palácio. Diverte-me observá-los, um por um, descobrir aqui e ali curiosas semelhanças de família. No Brasil, como em todos os países novos, o fenômeno social evolui rápido e livre. Raça, personalidade, sensibilidade, requinte e até cultura afirmam-se e esvaem-se, efêmeros, numa geração, como vagas do oceano nas praias. Paradoxalmente pareceram-me preocupados com "pureza de sangue"; foi de reprovação e desgosto o tom em que negaram, terminantemente, ter havido qualquer miscigenação "sacrílega" nas cálidas noites baianas que os fecundaram. De fato, uma certa cor pálida comprova a veracidade dessa dramática falta de imaginação. A minha ingênua pergunta refletia o íntimo desejo de saber ter entrado na família a herança africana ou índia de doçura, naturalidade e alegria de viver. Conhecendo o carioca, não esperava os olhares escandalizados com que me fulminaram esses filhos de Salvador.

Ao revê-los na fotografia, e por ela os relembrando um por um, será que imagino ou romanceio, descobrindo aqui e ali feições familiares ou detectando na maioria esse sentido de amizade de sangue e unidade familiar, a simpatia calorosa no contato com os outros que vivi sempre entre os meus? Na sua quase totalidade são figuras humanas de que me sinto próximo, chegadas do passado para um *rendez-vous* surpresa, que o cumprimento de deveres conjugais do avô Fonte Nova, lá pelos idos de 1830, colocou no meu destino.

Esbatidos os ecos desse encontro, ficou na minha mesa de trabalho o dossiê das cartas baianas. Durante meses, folheei-as ao sabor da fantasia. Era fácil ler a nota que um antepassado intermediário, carinhoso e mais expedito, lhes acrescentara em floreada caligrafia de fins de século: "Cartas de família, muito interessantes por dizerem respeito aos acontecimentos que precederam a Independência do Brasil".(3)

Contudo, a caligrafia dos restantes personagens desse diálogo epistolar permanecia insondável, à parte algumas frases mais evi-

(3) O irmão mais velho do meu avô, Bento da França Pinto d'Oliveira, 4.º conde da Fonte Nova, estava a preparar um trabalho, sobre essa correspondência, que a sua morte interrompeu. Não se encontraram os manuscritos de tal trabalho. A coleção das cartas continuou guardada nos arquivos da família, até o meu tio Salvador d'Oliveira Pinto da França mas ter oferecido em Coimbra, em 1954.

dentes. Quantos segredos, quantos dramas, amor e sofrimentos não se escondiam nelas? Saboreei a expectativa de as desbravar e comecei a trabalhá-las, muito devagarinho. Aos poucos, foram-me absorvendo, embebi-me nelas até já não ser necessário fazer qualquer esforço para resistir ao apelo estonteante da praia que, cada manhã, entra de roldão pelas casas cariocas! Ao longo de um ano, familiarizei-me com as peculiaridades das caligrafias dos diversos personagens. À medida que as transcrevia, aqueles nomes que até agora eram, em alguns casos, etiquetas vazias em registros genealógicos e, em outros, epígrafe de áridas biografias históricas ganharam conteúdo humano e dramática dimensão de angústias, afetos, qualidades ou vícios de personalidade. O caráter de cada um foi ficando mais nítido, acontecimentos foram-se entrelaçando, até formar a malha de um quadro colorido e real de vida e sofrimento. Surgia a projeção do pensamento e da filosofia de um agitado período histórico, de seres humanos que se formaram entre fenômenos tão díspares, como os europeus e racionais acontecimentos da revolução francesa, com conseqüente intervenção napoleônica em Portugal, e as tropicais e apaixonadas circunstâncias que rodearam a Independência do Brasil. Profunda revolução de mentalidades, violento desafio, que a todos envolveu e a cada um obrigou a dolorosas opções de consciência, que penetraram até a gama dos afetos familiares. Esses personagens tornaram-se tão vivos que, em certo momento, comecei a ter a sensação de que se haviam vindo sentar em semicírculo, em torno da secretária da minha sala de trabalho. Maria-Bárbara-de-retrato-perdido, que, em 1829, cantando ao piano num engenho do Recôncavo, fez ao viajante italiano Patroni (4) "a mesma impressão que Vênus fizera no pai dos deuses, quando as lácteas tetas lhe tremiam no concílio celeste, congregado para decidir da sorte dos lusitanos nos mares da Índia", desenhava-se-me uma beleza rubeniana, opulenta, vigorosa e ruiva. O estilo das suas cartas numerosas surpreende, antes de mais nada, pela cultura e pela facilidade e originalidade de expressão numa mulher nascida em Penafiel, na segunda metade do século XVIII, e numa família da aristocracia rural, normalmente ignorante, sobretudo no que se referia ao setor feminino. Este fato, contudo, lembra-me que foi nessa classe, entre a toga e o brasão, que se recrutaram os progressistas, permeados dos ideais neo-revolucionários que constituíram os contingentes da liderança liberal, que viria a substituir a então já decadente e obscurantista nobreza da capital. Maria Bárbara cita Camões, reproduz máximas

(4) *A viagem de Patroni pelas províncias brasileiras do Ceará, Rio São Francisco, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro nos anos de 1829 e 1830*, 2.ª ed., Lisboa, 1851.

latinas, mas reporta-se, constantemente, aos novos conceitos românticos de pátria, nação, Independência e poder constitucional. É impressionante a violência do seu amor pelo marido, como violentos são seus sentimentos em relação aos seus inimigos. Como certo tipo de apaixonados, mostra-se generosa, capaz de perdoar. Não se sujeita à orientação dos filhos já homens, nem lhes aceita os conselhos. Prefere enfrentar as dificuldades e decidir só, nos momentos mais difíceis, quer nas crises financeiras, quer políticas. Ciosa das suas prerrogativas, é ela quem determina, na administração do engenho, os empréstimos a obter, as letras a lançar.(5) Contra a opinião de seu filho Bento, é ela que assume a responsabilidade de sair de Salvador e partir para o interior, dominado pelos rebeldes, quando lhe parece perdida a causa portuguesa. A ter-se enganado, isso teria acarretado retaliações políticas, incluindo confisco de bens.

As saudades, o desespero, a intensa paixão pelo marido nunca se sobrepõem ao seu sentido da responsabilidade, e vemo-la resistir à tentação de tudo abandonar para regressar a Portugal e ali realizar o sonho, diversas vezes descrito, de se retirar com Luís Paulino à paz romântica de uma quinta do norte. É certamente este autodomínio que explica a paradoxal sensatez e a objetividade com que essa mulher tão apaixonada julga os acontecimentos políticos da sua época, e a energia com que condena quer os radicais portugueses, quer os extremistas brasileiros. E ressalta das cartas que a distinção entre brasileiros e portugueses, ou "europeus", era já uma realidade, antes da Independência. Luís Paulino era "brasileiro", porque nascido na Cachoeira, e ela portuguesa, porque de Penafiel.

A certa altura, Maria Bárbara resume numa só frase o estado de espírito que parece animar os autores das cartas e explicar o equilíbrio das suas posições. "Amo Portugal, gosto do Brasil e desejo o bem, pois não sou egoísta nem ambiciosa", escreve ela, em 13 de abril de 1822. E, dois dias mais tarde, afirma com altivez: "Tu bem sabes que eu sou imparcial e, como tu, amo o que for de justiça". Com notável clarividência observa em maio seguinte: "Não se iludam aí: nada fazem com os brasileiros pela força. Doçura e mais doçura, igualdade e mais igualdade". E, em agosto, conclui, com indignada veemência: "Os brasileiros não são enteados, são filhos".

(5) A ação de Maria Bárbara à cabeça do engenho, que se prolongaria por tantos anos após a morte do marido, parece corroborar e reforçar as teses de certos escritores brasileiros sobre a influência da mulher na administração dos engenhos.

A mentalidade acima refletida é, pode-se dizer, outra face da unidade das cartas. Uma unidade espiritual. Constitui, talvez, um dos lados mais interessantes desses documentos. Data do período apaixonado que se seguiu à Independência uma certa atitude maniqueísta entre muitos historiadores brasileiros. As personalidades da época são julgadas e arrumadas em dois blocos: ou pró-Brasil ou anti-Brasil, bons e maus. Dos textos vivos e espontâneos destas cartas, ressaltam um mundo de nuanças e uma gama de sentimentos que comprovam a independência honesta e a pureza de intenções com que muitos procuraram soluções justas de compromisso, buscaram a conciliação. Nesta correspondência, os interlocutores de Luís Paulino funcionam como um espelho da sua concepção dos acontecimentos que, por certo, marcaram a sua ação nas Cortes Constituintes. Onde está o "traidor" à causa brasileira que a Junta baiana faz sair de Salvador em agosto de 1823? Onde está o "intrigante" que, em janeiro de 1824, o Congresso brasileiro expulsa e, indiretamente, condena à morte no alto mar? Essa visão da figura de Luís Paulino repete-se depois no Brasil, de historiador em historiador, embora os trave a vida heróica do personagem, enaltecida pelos historiadores portugueses. Quantas outras figuras continuarão injustamente interpretadas, como na sombra permanecerá todo um grupo social que, como a gente que escreve estas cartas, se esforçou por encontrar uma paz e uma unidade justa entre Portugal e o Brasil, embora bem consciente da progressiva degradação da situação provocada pela intolerância, incompreensão e excessos de um lado e de outro.

O grau de ligação com o Brasil marca o tom das diferentes posições familiares, que depois se traduziriam na escolha de destino. Bento, o filho mais velho, nascido e criado em Portugal, aí retorna; seu irmão Luís, nascido também em Portugal, mas educado na Bahia, adota o Brasil, como o mesmo fazem as suas irmãs, uma delas casada com um brasileiro da *avant-garde* da Independência baiana. Mas todos guardam a lucidez e se recusam a deixar-se dominar por paixões ou fanatismos. Por isso, coincidem os testemunhos que dão e julgamentos que emitem sobre os mesmos acontecimentos e até sobre as figuras políticas da época.

Bento e Luís, então com 26 e 22 anos, escrevem com o fogo da idade, mas num estilo deficiente, aquém dos primores da mãe ou do pai, vítimas que terão sido das convulsões sociais do seu tempo, que em muito cercearam as condições de educação da nova geração. Revelam-se bem diferentes um do outro. Bento, uma personalidade forte, corajoso, de uma retidão por vezes quase de-

sumana, mostra-se frio e inteligente, um embrião do líder que viria a ser. Nota-se nele menos calor e fantasia que nos pais.

Luís acorda uma certa ternura, pelo fulgor de uma juventude só e angustiada. Não parece muito inteligente nem muito ambicioso, mas, inexplicavelmente, deixa-nos uma impressão de charme sensual e secreto, vítima de um doce cativeiro tropical, que terá saboreado dengosa e persistentemente, nos longos períodos de isolamento no engenho. Enraizado no Brasil, só por respeito ao pai, adiou quase até ao final a sua adesão aos revoltosos, e é bem interessante acompanhar a evolução dos seus sentimentos através da correspondência. O pensamento dos dois irmãos, a cada nova carta, avança em direções opostas, como ondas causadas na água das suas vidas pela pedrada violenta daqueles acontecimentos incontroláveis, que, aos poucos, os ultrapassam.

Uma só carta de Maria Sabina confirma a personalidade suave, dócil e vulnerável ao amor, que ressalta das referências da mãe. Viveria obcecada pelo amor a um marido que a ignorava, mas que a fascinava na sua truculência de macho e de bravo exaltado. Seria moreno, grandes bigodes, olhos em brasa, a exprimir comunicabilidade e entusiasmo muitas vezes violento. E ela a apagar-se, loura, pálida e mansa, disposta a ver a única filha morta ser substituída por bastardos morenos que, mais tarde, cairiam avidamente sobre a herança.

Maria Francisca,(6) a filha temporã, tem só sete anos, é a fixação da mãe e nela se terá fixado para morrer solteira, poucos anos depois dela. Mas também a indefinível Mimi deixa a sua marca nas cartas, numa curta frase, à guisa de *post-scriptum*, em caligrafia incipiente, a enviar beijos ao pai. É uma gota que se alastra pelo colorido da vida quotidiana, em meio à tempestade ameaçadora que envolvia a família. Ressurge do anonimato para se finar, talvez amarga, em 1859, aos 38 anos, deixando em testamento, a seu sobrinho Salvador, português, distante, o sobrado da Bahia, com seus móveis e escravos. Mas Salvador, talvez exausto pelas responsabilidades da Pasta da Guerra, em governo Regenerador, morrera, entretanto, e é seu irmão Bento que obtém

(6) Será possível adivinhar um vago romance nas referências que lhe faz, em seu diário, Antônio Ferrão Moniz, o intelectual baiano regressado de Paris, então nos seus 23 anos, e que Wanderley Pinho coloca na categoria dos "inadaptáveis"? O original desse diário encontra-se na caixa 36 da Coleção Wanderley Pinho, hoje no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O meu pai anotou os seguintes extratos: 15.7.1835 — "Lá esteve a elegante Maria Francisca"; 30.8.1835 — "Toda a tarde estiveram D. Maria Bárbara e sua filha"; 26.9.1835 — "Jantou aqui D. Maria Francisca e de noite dançamos e aqui estiveram o Viana e D. Maria Bárbara". Maria Francisca teria, nessa altura, 20 anos.

dos sobrinhos e enteados autorização para dissipar o último penhor baiano, dando, de Lisboa, instruções para a sua venda.

Outros interlocutores se somam a este núcleo central. Alguns dos muitos irmãos de Maria Bárbara também escrevem do Rio ou de Penafiel e do Porto. Tão diferentes uns dos outros! José, o amigo de sempre de Luís Paulino, é um espírito esclarecido e universal, o bravo da Campanha da Rússia, vigoroso, mas desiludido pela amargura das acusações de "afrancesado". Como ele, liberal, mas, no entusiasmo dos vinte anos, é Antão Garcês, futuro barão da Várzea, romanticamente envolvido nas primeiras "cruzadas" antiabsolutistas de 1824. Antônio Garcês, ouvidor e provedor de justiças no Rio, prudente, sem heroísmos nem fantasias, manifesta uma mentalidade de pacato burguês de toga e cortesão conformista. Dos irmãos Henrique e Feliciano não há correspondência, mas as referências de Maria Bárbara pintam-nos como gananciosos, conservadores e retrógrados no seu extremismo pró-português; o apoio dado ao partido da Praia, composto dos exaltados comerciantes portugueses de Salvador, ter-lhes-á custado os bens avidamente acumulados e levado à sua expulsão do Brasil. É variado o quadro da família Garcês... Só a sogra de Luís Paulino não se revela nas duas cartas impessoais que escreve de Penafiel para o genro, então em Lisboa, nas agitadas lides das Cortes Constituintes, na difícil e pouco retributiva posição de se opor a excessos, quer portugueses, quer brasileiros, e de não trair a fidelidade patriótica que o ligava, fatidicamente, ao mesmo tempo a Portugal e ao Brasil e que afinal o levaria à morte. Essas duas cartas de D. Maria Libória Máxima Guilhermina são apenas pequenos "exercícios", em estilo barroco, de uma dama provinciana do século XVIII, que pouco ou quase nada nos dizem sobre o personagem, ricaça local, neta da judia de costumes ligeiros, conhecida como "Teresa, a douradinha", que pelo casamento viera restaurar a fortuna abalada dos seculares sargentos-mores de Penafiel.

Muito mais reveladoras são as duas cartas de Salvador Pereira da Costa, baiano, filho de mineiros, pai de Maria José, nora de Luís Paulino e futura condessa da Fonte Nova. Oportunista, caçador de favores, consegue, em poucas linhas, traçar o seu espírito azedo de intrigante aproveitador. E aproveitou tão bem que, de vagamente militar, passando por revolucionário de última hora, chegou a encarregado de negócios do Brasil em Lisboa. Uma das suas cartas e alguns comentários de Maria Bárbara deixam adivinhar o personagem.

Em maio de 1822, encontra-se de férias em Portugal, com sua mulher. Procura tirar partido da influência de Luís Paulino,

lamuria-se, queixa-se de falta de dinheiro e insiste, não hesitando, videirinho, em intrigar por ganância para que ele o consiga embarcar de graça numa corveta da Fazenda Nacional. "V. Ex.ª, para beneficiar-me, o que deve fazer é dirigir-se amanhã à casa do Quintela, ministro da Marinha, a pedir-lhe que lavre uma portaria para que o comandante da *Regeneração* dê, ao coronel Salvador de tal, um dos camarotes da câmara que estão destinados a oficiais subalternos que vão de passagem, inclusive um capitão de Pernambuco que vai encaixar-se na Legião, não sei para quê; até seria bom que o desembarcasse para não ir preterir os oficiais de cavalaria, que hão de arder com este despacho, e assim tenho eu cômodo", conclui com desfaçatez. De regresso a Salvador, Maria Bárbara acha-o muito obrigado a Luís Paulino. Era, então, malvisto por os do partido brasileiro, refugia-se mesmo em casa d'um cônsul por nome Pennel, mas, em 1823, já havia mudado de campo: iniciara a sua carreira brasileira. Luís Paulino já não lhe interessa, é mesmo uma ligação perigosa, e Maria Bárbara, a 25 de agosto, mergulhada em desgosto e humilhação, por ter visto que não admitiam seu marido em Salvador, escreve amargamente a Luís Paulino, que acabara de seguir para o Rio: "Da nossa pobre Sabina ainda não tive notícias. Seu marido não fez o favor de procurar-me, nem o Sr. Salvador. Santas gentes! Mas isto me não dá cuidado! Pobres ingratos, eu vos carpo!"

Assim vivem, se agitam e se revelam esses interlocutores da poderosa figura de Luís Paulino, formando um leque de personagens da sua época que, milagrosamente, emergem de um maço de cartas preservado. Esse maço terá viajado com Luís Paulino de Lisboa à Bahia, da Bahia ao Rio e, em fevereiro de 1824, terá sido abandonado com os seus papéis, quando do brigue *Glória* lançaram ao Atlântico o corpo que, horas antes, ainda quente de paixões, sentimentos e idéias, escrevera um comovedor e literariamente brilhante soneto de despedida a todos os que amara. Esse espólio terá sido entregue um mês mais tarde a seu filho Bento, levado a Lisboa pela morte do pai.(7) Terão as cartas vindo ainda uma vez à Bahia, antes de regressarem, definitivamen-

(7) Documenta essa viagem a carta que o conde de Vila-Flor dirige a Bento da França, em 21 de fevereiro de 1824, a comunicar-lhe que D. João VI o receberia no paço da Bemposta, como ele havia solicitado. O fato do rei receber, tão pouco tempo decorrido sobre a Independência e mesmo antes desta reconhecida, um oficial português que permanecera na Bahia e para lá voltava é testemunho da tolerância, apesar de tudo prevalecente, ou, pelo menos, da compreensão do soberano para com os circunstancialismos da Independência brasileira. E-o tanto como o fato de Bento da França ter podido, livremente, vir a Portugal e regressar ao Brasil, em princípios de 1824, quando, durante o confronto entre forças baianas e forças portuguesas, se mantivera neutral, embora não escondendo a sua fidelidade a Portugal. Fácil é imaginar que, durante essa entrevista, Bento da França terá dado a D. João VI detalhadas informações sobre a situação em Salvador.

te, a Portugal, passando alguns meses nas gavetas dos gabinetes do Estado-Maior Liberal, na ilha Terceira, onde Bento, livre enfim de hesitações, participava nos preparativos do Mindelo? Ou terão ficado logo a repousar, esquecidas, nos arquivos da família, algures, no norte? Por que as conservaram, se não tiveram o mesmo cuidado com as respostas, certamente mais valiosas, de Luís Paulino? É certo que Maria Bárbara as terá guardado, religiosamente, no seu sobrado do Campo de São Pedro, em Salvador, para consolo da sua longa viuvez de 28 anos. Leu-as e releu-as tantas vezes que se desfizeram? Foram destruídas ou jazem, esquecidas, em algum caixote, por descuido dos parentes brasileiros, só voltados para o futuro e, a partir de certa altura, obcecados por problemas de sobrevivência financeira, que não deixavam lugar a qualquer outra preocupação?(8)

Sob o ângulo histórico, o estudo das cartas implica aprofundado conhecimento da Independência baiana. Para portugueses, e até para muitos brasileiros, as circunstâncias especiais que condicionaram a independência em cada região esbateram-se no fenômeno geral da Independência global do Brasil, que se apresenta, no fundo, como uma transferência fraternal, sem solavancos ou choques violentos. Ora, na Bahia, a evolução não só foi particularmente complexa, como se processou através de trágicas e graves tensões entre os campos mais extremados. Na maioria do Brasil, a transição fez-se com o poder nas mãos de portugueses ou brasileiros, flexíveis ou moderados, conscientes da inevitável evolução. Na Bahia, um erro de Lisboa, no início da crise, colocou no governo militar da província o general Madeira, homem honesto mas rígido, muito pouco inteligente e que, para sua desgraça, se deixou dominar e isolar por uma camarilha saída do partido "praísta", ou seja, dos ricos comerciantes portugueses da Cidade Baixa. Estes julgavam em risco os seus interesses e, além de fanáticos sem visão, eram homens de pouca educação, liderados por um grupo de mau-caráter.

Madeira mostrou-se mais "papista" que D. João VI: nunca compreendeu as sutis nuanças que homens esclarecidos e rea-

(8) O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, guarda na lata 553 — arquivo Henrique Garcês —, 7 cartas de Luís Paulino dirigidas a seus cunhados Henrique e Feliciano Garcês, ao longo do ano de 1818. Luís Paulino comandava, então, no Rio de Janeiro, o 1.º regimento de cavalaria do Exército do Brasil, mas tentava obter do rei autorização de se retirar para a Bahia e ali tomar a direção do engenho Aramaré. Essas cartas tratam, justamente, desse projeto de empreendimento agrícola a que desejava associar os cunhados, então a residir em Salvador. Relativa ao período anterior à Independência, existe ainda uma carta datada do Rio, 2 de agosto de 1821, dirigida a Luís Paulino, então no Bahia, por seu cunhado Antônio Garcês Pinto de Madureira, desembargador na Corte, que tem interesse por fazer referência às eleições para as Constituintes, que estavam já a decorrer.

listas, como o rei e mais alguns, tentavam imprimir às relações com o Rio, a fim de limitar, tanto quanto possível, os danos. Agarrava-se à mais estrita interpretação legalista e recusava-se a qualquer atitude de conciliação. Esse era o seu conceito de fidelidade, e, por bem praticá-lo, só prejudicou afinal os interesses do Brasil e, mais ainda, os de Portugal.(9) Apoiado em contingentes militares metropolitanos, solidamente entricheirado na inexpugnável linha de fortificações de Salvador, foi aos poucos desarmando as tropas nativas, neutralizando a autoridade da Junta, poder civil só em nome, e daí passou à mais severa repressão de toda e qualquer tendência, para acompanhar a evolução que se processava no Rio e dali irradiava para todo o Brasil. Em 1821, portugueses e brasileiros da Bahia surgiram unidos para impor a aclamação do sistema constitucional. Mas foi um breve instante. Logo começaram a se delinear as mais díspares orientações. Num extremo, o grupo avesso a qualquer forma de independência e até, pelo contrário, defensor do regresso do Brasil à situação de colônia. Seguia-se o grupo moderado, que incluía portugueses e baianos, inclinados a fórmulas de conciliação um tanto difusas, mas próximas de uma independência mitigada ou gradual, se possível sob a forma de federação com Portugal. Para além dessa posição, havia ainda que distinguir entre os baianos partidários de uma independência monárquica e o grupo mais à esquerda, em que se incluía o jornalista Cipriano Barata, que visava à instauração de uma república, quer para satisfazer novas concepções políticas em voga, quer para garantir a total separação de Portugal.

Com exceção do grupo português, contra todos se virou a sanha do governador de armas. Todos eram suspeitos e, sem nuanças, confundidos e classificados no epíteto simplista de traidores, desde que discordassem da posição dos "praístas". As perseguições e retaliações foram aumentando à medida que a situação se tornava mais clara no resto do Brasil. Os filhos da Bahia eram insultados e espezinhados e, assim, se iniciou um certo êxodo para o interior, que terá principiado pelas famílias dos senhores de engenho, mas que se foi generalizando, culminando, em junho de 1822, com o levantamento, primeiro do Recôncavo — o esplêndido eldorado açucareiro que contorna a baía de Salvador —, depois de toda a província, e que se traduziu na aclamação do príncipe D. Pedro. Durante um ano, Madeira viveu inexpugnável em Salvador, mas cercado, reduzido às comunicações marítimas, sem for-

(9) O retrato que Maria Bárbara traça de Madeira nas suas cartas coincide com o juízo emitido por historiadores posteriores, como, por exemplo, Varnhagen.

ças para esmagar o levantamento, como os rebeldes as não tinham para entrar na cidade, que, contudo, foram subjugados pela fome.

Em 18 de agosto de 1823, por uma manhã de cerração e aguaceiros, Luís Paulino chegou à baía de Todos os Santos, encarregado de transmitir a Madeira as ordens de D. João VI para se render, sob o eufemismo de "cessar todas as hostilidades para evitar mais derramamento de sangue". Foi ainda a bordo que alguns ingleses lhe vieram contar como as tropas portuguesas haviam cedido ao cerco pela fome e embarcado para Lisboa, seis semanas atrás, 2 de julho. Terá visto a família ainda a bordo do brigue-correio *Treze de Maio*, enquanto aguardava permissão para desembarcar. A sua ida ao palácio do governador foi uma experiência dolorosa. Baiano de coração e por sangue, via-se apupado, ao longo das ruas, pelo povo excitado por seus antigos inimigos, que traduziam em traição o fato de ser portador de uma mensagem de D. João VI. Fica-se tão-só quando nem os nossos nos compreendem e escarram na pureza das nossas intenções, para que o mundo não seja perturbado e continue arrumado em seções, clara e confortavelmente delimitadas e separadas. Quanto mais largo o horizonte, mais pesada a cruz. Tentar conciliar, buscar o compromisso, é desafiar a guerra. Das intervenções de Luís Paulino, nas Cortes Constituintes, ressaltará, como das cartas, a límpida e quixotesca vontade de harmonizar e poupar, por justiça e mútua compreensão, os desgastes de divórcios e quebras. O saber que nada é definitivo e tudo complementar! Assim, também nesse dia, a Junta, lidos os documentos que trazia, invocou razões de segurança pessoal e decidiu que, de imediato, se recolhesse a bordo, sugerindo, qual Pilatos, que levasse a mensagem ao Rio. A tempestade fechou a baía e permitiu que Luís Paulino estivesse com os seus, pela última vez, mais uns dias, até 22.

Como dizer tanta coisa em tão curto tempo, no desconforto do camarote escuro? Conforto para o seu coração, dividido entre Portugal e o Brasil, terá sido saber que permanecia na Bahia através de seu filho Luís, que, entretanto, fora nomeado ajudante-de-campo do general Labatut e entrara na cidade, à cabeça das tropas triunfantes. No desejo que Bento lhe exprimia de regressar a Portugal, tendo recusado, com dignidade respeitada, aderir à nova ordem, ele terá visto a projeção do seu outro eu e a continuidade dos laços com Portugal. Com Maria Bárbara detalhou o sonho, tantas vezes considerado, mas que para sempre ficaria so-

nho, do idílio final numa quinta do norte, numa paz que as suas ambições e o conturbado período histórico que lhes calhara nunca lhes havia concedido em anos de vida em comum. Grande e ruiva, envolvida num largo capote negro, Maria Bárbara seria uma estátua de paixão contida. As suas palavras eram tão intensas que doíam ainda mais, sem que nunca chegassem à fraqueza. Cheia de força e dó, seria com recomendações sobre pormenores banais que abandonaria o barco, sempre insistindo nas responsabilidades que a obrigavam a continuar por mais uns tempos à frente do engenho, à cabeça da família. Corajosamente a enganar e a enganar-se. Em terra quebra, corre a casa e escreve para o Rio: "Meu adoradíssimo Luís: Cheia de saudades, sufocada em pranto, te envio estas linhas para certificar-te de que vivo. E, portanto, em pouco irei para o engenho, cuidar ali da nossa casa".

E Rodrigo? Terá tido coragem de enfrentar as críticas dos seus partidários e de se avistar com o sogro a bordo? Maria Sabina sabemos nós pelas cartas não ter tido tempo de descer do engenho Novo, lá para as bandas da Cachoeira. Para sempre deve ter guardado a amarga frustração de não ter visto o pai pela última vez. Mimi, essa corria inconsciente sobre as tábuas patinadas pela maresia dos esconsos escuros do brigue, enquanto os mais velhos provavam o fel de dizer um mundo de coisas, num momento curto, que poderia ser e era o derradeiro. Luís Paulino cumpria o seu destino de herói romântico, acabava-se devorado pela tísica. É bem possível que ataques violentos de tosse tenham manchado de sangue estas horas sombrias, deixando mulher e filhos a vibrarem, por momentos, como sinos de inquietação.

Este encontro de família, na fronteira com a morte, encerrava o ciclo Portugal-Brasil, em que a família circulara entre dois mundos, como sangue nas veias do mesmo corpo. Daí em diante, seria o rápido levantar das tendas e os caminhos separados. Um grupo, esbatido pelo nevoeiro, acenou longa e desesperadamente de um escaler que reconduzia à terra gente carregada de angústia, indiferente ao mar violento. Na amurada, Luís Paulino, rosto severo virado à chuva, alinharia já talvez a última estrofe do soneto que poucos meses depois rabiscaria em pleno oceano, horas antes de morrer:

Eis já dos mausoléus silêncio horrendo,
Me impede o respirar, a voz me esfria.
Eis chega a morte eterna, eis morre o dia,
Ao nada a natureza vai descendo.

XXIII

No, da aniquilação, passo tremendo,
Escudo-me da sã filosofia,
Terror humilde, o rosto não m'enfia.
Como Catão morreu, eu vou morrendo!

Mas ah tu, d'alma, nobre qualidade,
Saudade cruel co'o sofrimento
Me arremessas às marés de ansiedade...

Mulher... filhos... amigos... num momento,
No momento do adeus pra eternidade
Vós sois o meu cuidado, o meu tormento!

Baralhavam-se as cartas do destino. A 30 de setembro de 1821, em vésperas da partida para Lisboa, a caminho das suas funções como deputado às Cortes Constituintes, Luís Paulino, no testamento redigido no sobrado ao Campo do Forte de São Pedro, em Salvador, dispunha: "Não quero que me façam honras fúnebres pomposas, nem ofícios, nem armações de casa e igreja e determino que o meu cadáver seja envolto num lençol de pano pobre, que testemunhe bem a humildade que devemos ter diante de Deus e o nada que somos. Quero que os pobres conduzam o meu cadáver à sepultura, que será na freguesia onde eu falecer". A 8 de janeiro de 1824, o cirurgião do brigue *Glória* certificava que, naquele dia, pelas onze horas e meia da manhã, havia falecido de tísica pulmonar o Ex.^{mo} Sr. marechal Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França e "o comandante mandou preparar um caixão e mais preparos no qual foi metido o dito marechal com os uniformes que lhe eram correspondentes, para que, com a decência possível, fosse lançado ao mar, cuja ordem foi executada à uma hora da tarde, depois das cerimônias que foram possíveis fazer-se em tal lugar", que era, conforme também nos informa o certificado do comandante, "na latitude de 4º Norte e 37 minutos, de longitude ao oeste de Greenwich".

Assim se cumpria a morte destinada, bem diferente da imaginada. Pompa, em lugar de pobreza, mar, em vez de terra. Uns momentos de espuma, e as cartas já não tinham destinatário.

Mas nada se começa como nada se acaba, a roda gira e torna a girar. Só a visão trágica e poética dos homens concebe com princípio e fim as coisas imóveis no espaço da eternidade. Desceu sobre Aramaré o silêncio e a poeira foi apagando paisagens, recordações, e até o próprio nome era já só letras alinhadas sem localização exata. Tudo parecia morto, mas, pela misteriosa ca-

deia de todas as coisas, a ilusão da feira das presenças recomeça: é jogo fascinante este de flutuar entre a ilusão e a consciência da realidade.

Iniciei, do Rio, pressões sobre o Jaime da França Dória, um dos parentes ainda em Salvador, para ali descobrir a exata localização do engenho, que as informações dos documentos deixava indefinida: algures nas vizinhanças de Santo Amaro da Purificação. Lógico se procurasse nas imediações de São Pedro de Tararipe, de Rio Fundo ou de Conceição de Jacuípe, onde haviam nascido e morrido as avós baianas. Por que não admitir que o engenho viera à família por herança da mãe de Luís Paulino ou que seu pai, Bento José de Oliveira, o comprara nas redondezas do "quartel-general" da família de D. Maria Francisca de Jesus Ferreira d'Eça e que, em vez de a encontrar em algum sarau provinciano de Santo Amaro, a terá conhecido e cortejado em visita e relações com outros senhores de engenho, instalados pelas vizinhanças de Aramaré, que acabara de adquirir? Outro dado a considerar era a referência nas cartas de Maria Bárbara a banhos medicinais no rio Pojuca, quando de estadias no engenho. Mais a jusante, mais para a nascente, num ponto das suas margens deveriam ficar as terras que, em certa altura, se haviam chamado Aramaré. Por fim, chega a informação ainda vaga de que Aramaré jazia lá para o município de Terra Nova, realmente a poucos quilômetros de São Pedro, numa terra de fato nova, que os documentos antigos não mencionam e a história não refere.

Em setembro de 1975, parti para Salvador disposto a visitar Aramaré. Por uma manhã chuvosa, deixando a Sofia e os outros na esforçada tarefa de turistas, arrastei o Jaime da França Dória, ao volante do *Brasília* novo e reluzente, a caminho da grande aventura que sempre é "descobrir" ou "voltar".

Percorremos rapidamente, até o quilômetro 60, a estrada carregada e neutra que liga Salvador a Feira de Santana. Entramos na picada ensopada, à direita, e demos logo boléia a um transeunte, que nos serviria de guia e que, pelos 12 km até Terra Nova, nos contaria que vendia a vaca para acudir ao irmão hospitalizado, que ia visitar. Mas nem o irmão nem a vaca distraíram os meus sentidos, que quase sempre me trouxeram a sensação de ter abandonado, de um momento para o outro, o meu mundo, para mergulhar na vida açucareira dos princípios do século XIX. A estrada mais que rudimentar, transformada em açorda, desenrolava-se entre mares de cana, de que emergiam, de onde em onde, no alto de colinas, imponentes e velhas igrejas setecentistas, em

desproporção com minúsculas aldeolas ou engenhos semi-abandonados. Por nós cruzavam imensos carros de bois, carregados de cana, conduzidos por pretos de calça arregaçada e largos chapéus de palha, cavalicoques montados em pêlo. A meu lado, o Jaime da França Dória sofria a cada buracão da estrada ou sempre que ficávamos atolados: para ele a visita ao engenho velho não valia o carro novo. De tempos a tempos, eu exigia que parássemos e perguntava às gentes que nos cruzavam a pé: "Sabem onde é Aramaré?" Depois de vencida a confusão que lhes fazia a minha pronúncia desconhecida e de repetida a pergunta, abanavam, vagarosamente, a cabeça.

Por vezes, a minha curiosidade não tem limites. Obriguei o pobre parente a desviar à direita para metermos o nariz numa igreja barroca e arruinada que se descortinava da estrada, no alto de uma colina. Desembocamos na única rua, mais uma vasta praça a monte, ladeada de casebres, tendo ao fundo — vestígio do passado rico — a igreja simples e caiada, mas de proporções imponentes para aquele cenário pobre. Alguns chamados em altos brados, a ecoar na praça deserta, fizeram aparecer uma mulher de grande chave na mão. Novos interrogatórios. Estávamos diante da matriz de São Pedro de Tararipe do Rio Fundo. Os documentos antigos e vagos começavam a tomar forma. Ali, pois, se haviam batizado, casado e enterrado aquelas distantes avós baianas. Entrei na ânsia de lhes ver o túmulo, de sentir, talvez, roçar por mim, ao de leve e como brisa, os cabelos soltos das mortas que hoje têm só nome e sangue em mim e em mais alguns. Mas, apesar do abandono secular do grande templo despido, as sepulturas antigas haviam sido removidas. Recomecei, porém, a viagem com um sentimento mais concreto daqueles nomes e daquelas gentes, cujo mistério eu remexia. Escassos quilômetros adiante, anichada num vale, surgiu-nos Terra Nova. Ao chegarmos à ponte arruinada, escolhi um velho preto, de bigodes e cabelos brancos, largo chapéu de palha, capa aos ombros e enormes botas enlameadas, para novo inquérito. Desta vez, a resposta veio afirmativa: conhecia Aramaré, que era do "coronel" Luisinho Dantas, mas ficava a mais de 6 milhas e lá só chegaríamos a cavalo. E mais não disse. Terra Nova nada tem de novo, nem de antigo. Vilória incipiente, deve talvez o grau de município às ambições e manobras de políticos que precisam de uma câmara municipal para se elegerem e logo se esquecerem dos seus eleitores. Como muitas dessas vilas pobres do sertão, casas de aspecto enxovalhado, nas cores mais variegadas, porcos e galinhas pelas ruas. Indicam-me a vivenda da cunhada do "coronel" Luisinho. Uma velha mulata esfíngica levantou

os olhos do crochê e ficou a ouvir-me dissertar pela janela. A desconfiança estampou-se-lhe no rosto: suspeitava em mim, talvez, o ladrão de imagens sacras que percorre o sertão baiano, quem sabe um hipotético reivindicador das terras; fosse como fosse, algo de muito estranho. Respondeu-me que não, que não havia já nem capela nem sobrado, que eu não podia lá chegar e nem sabia por onde andava o cunhado. Acabei por desistir e, levando a reboque o Jaime da França Dória, decidi procurar e entrevistar os velhos da vila. Encontrei poucos: não percebiam o que eu dizia ou desconfiavam e calavam-se. Por ali, os turistas devem ser raros. À medida que nuvens negras se acumulavam no céu, o meu primo mostrava-se mais inquieto, consciente de que, chovendo, não passaríamos outra vez pela estrada. A contragosto, cessei as pesquisas e, na maior frustração, entrei no carro. Demos nova boléia, desta vez a um tratorista que havia trabalhado há alguns anos em Aramaré e que afirmou ainda estarem de pé o sobrado e a capela. Mais adiante, enquanto fazíamos o carro sair de mais um lamaçal, o tratorista apontou um *Volks* que rodava na nossa direção: "Olhe, aí vem o filho de criação do coronel Luisinho, que estuda em Salvador". Um jovem crioulo obedeceu aos meus largos gestos, parou e, saindo do carro, ouviu o meu discurso com afabilidade, sorriu e convidou-me para ir passar uns dias em Aramaré: "O padrinho havia de gostar". Como todo o brasileiro, em particular o baiano, foi vago sobre detalhes, estado do engenho velho etc.

Jurara a mim próprio que havia de voltar e, em outubro de 1976, viajei para Salvador com o meu pai e o meu irmão Bento, interessados como eu neste entusiasmo do mergulho no passado. Desta vez, como era de esperar, o parente baiano não demonstrou grande interesse em voltar a meter o *Brasília* na picada de Terra Nova. Alugamos um carro, mas não chovia. Haviam arranjado o caminho: Terra Nova estava muito mais perto do nosso mundo.

Parei o carro na praça principal e atravessei-a em direção a um grupo de homens, sentados nos degraus da igreja, que, fleumaticamente, com aquela reserva de sertanejo, me viam chegar. Observei-os também, à medida que me aproximava, gostei da expressão serena e inteligente de um deles e a ele me dirigi. Levantou-se, imponente, mas acolhedor. Seria o primeiro amigo de Terra Nova, o senhor Artur Inácio Silva, vereador da Câmara. Convidou-nos para casa, apresentou-nos a D. Antônia, que nos disse que adorava o fado e nos abraçou por sermos os primeiros portugueses que encontrava; e nos serviu refresco de maracujá,

como bandeira as nossas cores e como armas da vila aquelas que usou Luís Paulino, que são hoje as nossas.

Coisas sem importância, efemérides! Coisas tão importantes: fluxo de vida, cadeia, raiz. Passado-futuro.

As cartas, para além do rico testemunho que são da Independência baiana, contêm muito desse mistério que é viver.

Bissau, 6 de maio de 1979

1.ª PARTE

1

Maria Bárbara a Luís Paulino

[Sem endereço nem data.] (*)

Homem virtuoso, tu saíste e deixaste o meu coração ralado de saudades. Mas, apesar deste inferno de angústias em que fico, bendigo a sorte de tirar-te de uma terra onde a virtude, a probidade são vãos fantasmas. Têm decorrido vinte e quatro horas depois da tua partida e que de coisas se têm dito, que mentiras os déspotas (perdoe-me algum que não mereça este nome) têm feito mil brejeirices a todos os deputados [sic]. Mesmo a bordo foram constantemente espiados e a tua sege foi acompanhada pelo sargento Eusébio, ordenança do perverso Paula.(1) Tu que, à custa da tua existência, queres o sossego e a lei mantida em seu vigor e a nação feliz, tu eras malvisto por este punhado de harpias sujas. Ouve mais e fica em espanto: o cobarde, o vil Rosado,(2) logo que tu não lhe podias responder com a tua espada, espalhou por esta cidade que te desafiou e que tu não aceitaste o desafio. Sabe mais e dobra a tua admiração: que depois de sair desta casa, morto de medo, o vil foi a casa do Doutel e disse-lhe: "Venha ser meu padrinho para o forte do Barbalho pois desafiei F.(3) e ele aqui há de vir". E ali se demorou com o Doutel até as cinco horas da madrugada, dizendo ao dito que "o fraco não vem". Confesso-te que estou tão indisposta que já me lembrei de

(*) Esta carta deve ser considerada a primeira da coleção, pois, como dela consta, foi escrita no dia seguinte ao da partida de Luís Paulino para Lisboa. Deve, assim, ser considerada de outubro de 1821. Da carta de 23 de novembro se depreende que Luís Paulino partiu a 1.º de outubro de 1821 para Lisboa. Esta carta é, pois, do dia 2 de outubro de 1821.

(1) Francisco de Paula e Oliveira, comandante da cavalaria na Bahia (N. da Editora).

(2) Refere-se a Carlos Damasceno Rosado. Sobre este caso leia-se a nota na carta seguinte.

(3) Poderá ser F. de fulano ou F. de França.

mandar pôr na gazeta o papel que ele assinou em que declara que não aceitava o desafio que tu lhe oferecias e a carta que no seguinte dia escreveu ao Luís,(4) em cuja dizia que ainda se achava muito e muito doente, "mas, se V. Ex.ª queria, ele viria fazer as competentes explicações sobre a inspeção". Escreveu assim às nove horas da manhã e estava-te a esperar às seis! Que velhaco, mas dele não me admiro. Sim, quem o crê? Infame gente. Eu a detesto. Vou-me, vou-me embora logo que a sorte o permita. Quero deixar um país onde a ciência e a virtude são ramos desconhecidos. Adeus minha vida, meu adorado Luís. Adeus, adeus, os teus filhos te abraçam.

Tua

Maria

(4) Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França Garcês, terceiro filho do casal.

2

Maria Bárbara a Luís Paulino

8 de outubro de 1821

Meu Luís:

Podes supor o estado da minha alma. Afirmo-te que não sei como vivo. Saudades, cuidados de toda a natureza rasgam a minha alma por mil modos. Já te contei, numa das minhas cartas que te escrevi, o que o infame, o cobarde, o maior dos monstros fez.(1) Logo que tu partiste, espalhou que te deu muita pancada, que te desafiou e tu baixamente não aceitaste o desafio, e de [tal] maneira arranjou as suas mentiras que todos os infames da terra o acreditaram. Precisa, precisa não sossegues fazeres ver a tua honra e o crime do infame [sic]. Não durmas. Têm-te desacreditado e mesmo pessoas sensatas ficaram abaladas. Escreveram para Portugal maculando a tua honra. Eu quero ver-lhe aquela maldita farda arrancada daquele indigno corpo. Ora, como ele disse que no dia 29 te desafiara, eu felizmente tenho a carta dele, que te remeto, em resposta ao ofício que Luís lhe fez em que tu lhe dizias: "Se acaso ainda se conserva doente, mande dizer onde se acham os papéis". E em cuja carta ele dizia, como se vê, que estava muito doente, mas que, assim mesmo, com o maior incômodo, sairia. Eu nunca vi tão negra traição! Meu filho, eu tenho ânimo de beber-lhe o sangue. Cuida em vingar-te desta afronta, com que querem macular teu valor e virtude. Não te fies nas tuas qualidades. Vai outro papel que ele te deixou. Saberás que aqui continua o despotismo no seu maior auge. Já está feito capitão

(1) Parece tratar-se de Carlos Damasceno Rosado. Nos papéis de família encontra-se uma declaração deste, datada de 28 de setembro de 1821, em que afirma ter Luís Paulino feito todos os oferecimentos de satisfação até o das armas para que da mais honrada forma se pudesse julgar o seu procedimento para com o primeiro.

o Sá. Cada dia estes homens cometem mais e mais desatinos: rouba-se, insultam-se os homens de bem, desfizeram ou vão desfazer o corpo de artilharia montada, as baixas fervem, a cavalaria vai a extinguir-se. Teu filho contará tudo. Chora tudo, geme em segredo boa, boa gente da Bahia. Bem queriam os tais meninos maculá-la, mas não conseguirão. Adeus. Mais queria dizer-te, mas estou a partir para Aramaré e bem doente. Deus me dê saúde para suportar os trabalhos. Os filhos hão de escrever. Adeus, adeus. Aceita ternos abraços da tua

Maria

3

Maria Bárbara a Luís Paulino

Aramaré, 20 de outubro (1)

Depois de ter escrito uma longa carta para ti, chega da cidade um ofício a Bento, de que te mando cópia. Vê que marotos. Sobre Bento, nada disseram; não puseram na gazeta, digo, no diário, os ofícios que deviam ir. E fazer agora esta patifaria! Eu não estou em mim. Mando-te também as cópias do papel que no dia 28 o cobarde e vil Rosado assinou e as respostas que ele deu ao teu ofício no dia 25, dia em que, todo junto com Doutel, fingiu [que] te esperava para te bateres com ele, pois te tinha desafiado. Eu só ficarei contente se lhe vir tirada aquela farda com que se adorna. Mas tua foi a culpa! Quando aquele vil, no dia 28, fez aqueles horrores de fraqueza e vileza, [se] tu o fizesses aparecer tal qual era, não deixaria ele sair-te e depois macular-te na tua honra, chegando a dizer coisas que pareceriam incríveis se não fossem ouvidas por gente boa. Ah, meu Luís, o fraco, o vil é sempre traidor. Quem poderia julgar tal depois de vê-lo quase moribundo, de vê-lo até cair sem poder segurar-se de medo? Mas de tudo, de tudo tem culpa o ladrão-mor Paula (2) e todo aquele séquito de déspotas. Desafronta-te ou, aliás, eu tiro-lhe a vida. Sou capaz, não duvides.

Adeus, adeus, do coração te abraça a tua mulher, a tua verdadeiramente amante,

Maria

(1) Pelo conteúdo e consideradas as cartas anteriores, depreende-se ser esta de 1821. A abreviatura do mês não é clara, mas parece indicar outubro.

(2) Pode tratar-se do tenente-coronel Francisco de Paula e Oliveira, comandante de cavalaria da Bahia.

4

Maria Bárbara a Luís Paulino

[Sem data e sem endereço.] (1)

[Escrita no engenho de Aramaré.] (2)

Saudades sem número, cuidados mil serão a minha triste existência. Se me fosse possível adivinhar, eu não ficaria sem ti um dia; quando receberes esta já saberás das desgraças da Bahia, eu nada pude contar-te, pois nada soube neste Aramaré, onde me achava com todos os nossos filhos, inclusive Maria Sabina.(3) E hoje, que se contam vinte e três, é que Bento (4) recebe a carta que Salvador (5) de bordo lhe escreveu, na qual lhe disse que ele não entrara na deposição do governo, pois que até estava de semana supra dia. Não sei e somente digo que, se todos ouvissem teus conselhos, seriam mais virtuosos e todos estariam tranqüilos. Eu não gabo o infernal governo atual, não. Cada dia ele se tem tornado mais e mais aborrecido, mas, como graças ao céu

(1) Julgo ser de 23 de novembro de 1821 e alude a fatos que serão os incidentes desse mês na Bahia, quando os nativos tentaram derrubar a Junta Provisória (3 de novembro de 1821). Também alude a uma separação de 53 dias. Ora, Luís Paulino terá partido para Lisboa em outubro de 1821. Conclui-se, pois, que Luís Paulino partiu a 1.º de outubro de 1821 para Lisboa.

(2) Engenho fundado por Bento José de Oliveira, perto das propriedades da família de sua mulher, os Ferreira d'Eça, na área de Rio Fundo, Jacuípe, precisamente a 12 km de Terra Nova. Este grupo de lugares fica a uns 20 km de Santo Amaro da Purificação, cidade colocada no extremo interior da baía de Todos os Santos (Recôncavo Baiano), por onde saía o açúcar. A viagem era feita de barco de Salvador a Santo Amaro, numas duas horas, e depois a cavalo ou em veículo de tração nos restantes 20 km. É hoje propriedade de Luís Pinto de Sousa Dantas.

(3) Maria Sabina, segunda filha do casamento, que nasceu em 1798 e morreu em 1854, tendo se casado com Rodrigo Antônio Falcão Bulcão, 2.º barão de Belém, no Império do Brasil, senhor do engenho Novo, na Bahia, e brigadeiro do Exército imperial.

(4) Bento da França Pinto d'Oliveira, primeiro filho da casa, nasceu no Porto em 1793 e morreu em Lisboa em 1852. Futuro 1.º conde de Fonte Nova, barão de Mondim, 2.º morgado da Fonte Nova, tenente-general no Exército português.

(5) Salvador Pereira da Costa, sogro de seu filho Bento, futuro coronel de infantaria do Exército brasileiro, e encarregado de negócios da primeira representação do Brasil em Lisboa.

temos leis, elas os castigarão [sic]. Nada, os homens perderam as cabeças e desesperados partirão. Que de males, que tristezas vão na pobre Bahia. Tudo dali tem desertado. Eu felizmente saí a tempo com a minha gente, certa de que eles não entravam em nada. Mas, como os inimigos não dormem, poderiam querer deitar-nos a perder. Bento não tem remédio senão partir para a cidade, pois, como não está empregado em nada aqui, podem fazer-lhe alguma. Luís (6) partiu anteontem. A chuva os tem aqui embaraçado. Há dois meses que constantemente chove e, indo eu com uma linda safra, tudo se transtornou. Dar-me-ei por feliz se festejar o Natal com mil e duzentos, pois vim achar a boiada magríssima e tudo por fazer. Já se enxugou um tabuleiro vizinho ao porto e vou cuidar de outro para o Bento, mas neste não tiro renda nem meação; ao que dou ao Luís, só perdoarei a renda. Já se sabe: só terão canas que moam no fim da safra vindoura; e, se eu para aqui não venho, não teríamos em breve que moer nem os nossos lavradores (7) de Xangô, como tu lhes chamas. Já comprei trinta e quatro bois. Agora estou à espera de potros, para comprar ao menos trinta e seis; mas os gastos são horrorosos, a família dobrou-se-me, e de que modo! Deus se lembre de mim.

Luís foi por precisão à cidade e eu lhe dei dinheiro, pois, coitado, como havia de ser; o alambique vai indo mal, pois Peregrino, molinho e Onofre, ladrãosíssimo. Vê o que será; já o pilhei em bons roubos e não sei para onde me volte. Aprendeu com o grande Júlio, que, segundo aqui me contaram, os faz de cabeça. Eu não te quero secar com estas coisas. Quando um dia nos avistarmos, falaremos. Bem queria contar-te coisas alegres, mas à minha alma sempre triste nada lhe ocorre alegre. Mesmo narrar o que ouvi da Bahia é desnecessário, pois aí soará tudo. Sei só, com verdade, que todo o mundo aborrece os tais governadores e que os homens fiados nisto partirão. Mas povo é povo. A tropa do país, que bem desejava a mudança, é muito pouca, a daí muita, à vista da daqui, e disposta a esbandalhar a cidade mesmo. Bem ardo venha aparecer o inimigo para nos batermos. Não entendo, faltas tu aqui, que nada aconteceria, pois és virtuoso e sabes falar; os comandantes Madeira (8) e Bório sabes que são de letras gordas, digo, entendem do seu ofício e de resto nada e mesmo são pouco políticos. [...] (9)

(6) Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França Garcês, terceiro filho do casal, nasceu em 15 de abril de 1800, foi brigadeiro do Exército brasileiro e teve dois filhos, Bento e Luís Paulino, sem geração, segundo parece.

(7) Os dois filhos varões.

(8) Inácio Luís Madeira de Melo, brigadeiro dos Reais Exércitos, membro da Junta Provisória do governo da Província da Bahia.

(9) Longa frase ilegível que parece ser uma citação em latim.

Bento escreve e se recomenda e pede a bênção. Maria José ([10]) faz o mesmo; a nossa Mimi ([11]) está muito boa, furou as orelhas sem chorar, só para trazer brincos! É galantíssima criança! É a minha constante companhia e se me faltasse eu morreria decerto. Eu me fino com estas coisas que acontecem e temo o futuro. Deus me ouça e sossegue esta gente; dizem que José de Pinho ([12]) também partiu, pois que o viram no meio da chusma [a] gritar: "Abaixo o atual governo"; não sei, espero da cidade que me conte Luís o que houve. Pobre rapaz, se é verdade, peço-te que lhe valhas lá; ora, acabou-se o papel e não tenho aqui mais; vou mandá-lo vir. Hoje faz cinqüenta e três dias que me deixaste e parece-me um século. Se não devêssemos? Eu partia logo para a tua companhia. Adeus, adeus, eu te abraço do coração. Tua

Maria

(10) Sua nora, mulher de Bento, Maria José Pereira da Costa, nasceu na Bahia em 30 de julho de 1805 e morreu em Caxias, na quinta da Fonte Nova, em frente ao farol da Gua, em 17 de outubro de 1871.

(11) *Petit nom* da quarta filha do casal, Maria Francisca, que nasceu em 30 de março de 1817 e morreu solteira a 13 de setembro de 1859. Parece ter sido ela que herdou o sobrado na Bahia, pois o deixa em testamento a seu sobrinho Salvador d'Oliveira Pinto da França. A depreender-se do testamento do marechal Luís Paulino, esse sobrado situava-se no Campo do Forte de São Pedro em Salvador.

(12) Pode tratar-se de um parente já que o avô materno de Luís Paulino, da família dos senhores do engenho da Transfiguração de Jacuípe, se chamava Ambrósio Francisco de Pinho.

5

Maria Bárbara a Luís Paulino

[Sem data; apenas indicado o dia 28.] (1)

[No exterior está escrito: "Para Luís Paulino — Senl"] [sic]

Apenas posso dizer-te que estou livre de cuidados, mas em tal fraqueza que não durmo. Sim, meu Luís, depois da última carta que te escrevi, logo ao outro dia caía de cama com uma febre renitente. Que incômodos, que gastos! Mandei buscar médico à cidade. Nem um só queria ir, apenas o Sabino da Legião esteve lá quinze dias. Todos os meus planos se transformaram e aqui estou na cidade a tratar-me com Ramos.(2) Quantas vezes, meu Luís, pensei [que] te não via mais. Sofri, sofri muito e no meio disto houve um dilúvio que chegou ao cume da grande bagaceira. Adeus, adeus, meu amado Luís, não posso mais. O nosso grande lavrador Luís dirá o resto.

Toda tua,
Maria

P. S. A nossa Sabina [é] verdadeiro anjo que há dias se não deita em cama.

(1) Esta carta deve ser de 28 de janeiro de 1822. A doença referida ocorre em fins de novembro, segundo se deduz da carta de 2 de março de 1822. Não é de 28 de fevereiro, pois nesse caso não deixaria de aludir aos graves incidentes militares desse mês. Na carta de 17 de março refere que Maria Sabina regressava à casa; a filha deve, pois, ter acompanhado a mãe durante todo o período da doença, que, por esta carta se infere, começou em Aramaré, de onde, aliás, Maria Bárbara escreve em 23 de novembro de 1821. Há ainda a carta de Maria Sabina de 29 de janeiro de 1822. A letra desta carta é trêmula se comparada com a das outras cartas.

(2) João Ramos de Araújo, médico do Hospital Militar (N. da Editora).

6

Maria Sabina a seu pai Luís Paulino

29 de janeiro (1)

Meu querido pai do meu coração:

V. S.ª talvez me tenha julgado um pouco ingrata por eu não ter escrito a V. S.ª mais. Não, meu adorado pai, isto não tem sido por falta de amizade, pois eu amo a V. S.ª o mais que é possível e não passa um só instante que eu não me lembre de V. S.ª com as mais vivas saudades e que não peça a Deus que mo traga logo para aqui. Eu tenho estado sempre no engenho e agora estou na cidade. Vim com a minha querida mãe, que esteve muito doente. Mas graças a Deus está muito melhor, o que tem agora é alguma fraqueza. Eu lhe tenho feito, desde que adoeceu, sempre companhia. Rodrigo está no engenho.(2) Eu estou a esperá-lo todos os dias, pois vem para as eleições,(3) que são por estes dias. O céu se lembre de nós e permita que nomeiem homens bons e justos para podermos ter sossego, pois que até aqui, meu querido pai, com os senhores que ainda estão, ninguém sabia quando se lembrariam de lhes vir a casa tirar os filhos, o marido para mandar para aí, assim como foi o pobre primo, sem culpa alguma.(4) Meu pai, nada mais tenho por agora a dizer a V. S.ª. Só não [disse] que, para eu [ser] verdadeiramente feliz, só me falta a companhia de V. S.ª, pois eu vivo no maior contentamento com o meu

(1) As referências à doença da mãe e às eleições não deixam dúvida de que a carta é de 29 de janeiro de 1821.

(2) Deve referir-se ao engenho Novo, propriedade de Rodrigo Falcão.

(3) As eleições para a Junta do governo da província da Bahia, realizadas a 31 de janeiro de 1821.

(4) Pode tratar-se de José de Pinho e dos acontecimentos referidos por sua mãe numa carta anterior.

marido, que parece que todos os dias me ama mais. Enfim, eu não podia ser mais feliz do que sou. Adeus, meu bom pai. Deus permita dar-lhe sempre saúde para meu sossego. E também rogo a V. S.ª que sempre que possa me dê notícias suas. V. S.ª aceite mil e mil abraços e deite a bênção a esta sua filha, a mais amante,

Maria

7

Luís a sua mãe Maria Bárbara

Engenho Aramaré, 19 de fevereiro, às 9 da noite (1)

Minha cara mãe:

Depois de estar desenganado que aqui não tornava, Basílio aparece hoje finalmente, tendo decorrido onze dias. E muito e muito me alegrei com o ver as letras do pai. Chegou, enfim, e goza saúde; fiquei o mais satisfeito possível com tão boas notícias. Sinto dizer-me a mãe que ainda padece e me admira não ter cessado essa maldita febre. Talvez por algum navio tenha chegado boa água de Inglaterra e será bom tomá-la amiúde.

Por Basílio recebi 24$000.

Não posso, antes de tudo, deixar de me admirar ouvindo as novidades que por aí correm e receber eu uma carta da mãe que nada (pode-se assim dizer) me conta. E o que mais me admira é o mano Bento, que nem ao menos uma linha numa tira de papel... E então, em coisas que não são de brinco, pois, a haver como há outro comandante d'armas,(2) eu devo-me apresentar ou alguém falar a meu respeito. Diz-me a mãe que me deixe estar, que cá verá isso, ao mesmo passo que diz que, havendo novidade, vai para Jacareacanga. Eu estou muito distante e preciso me diga se, com efeito, se falou, para eu partir imediatamente ou me demorar mais alguns dias. Na sua primeira carta datada de 12 de fevereiro, me diz estar o Bento com a inspeção e agora nada mais me diz, bem como ele que deveria supor ser para mim mui satis-

(1) A carta, pelas referências que faz, é evidentemente de 1822.
(2) Ouvira, pois, falar da nomeação do brigadeiro Madeira, mas não sabia ainda dos graves acontecimentos que se estavam justamente a passar na Bahia por causa de tal nomeação.

fatória tal notícia. E, por fim, ainda não sei com certeza se está ou não com a inspeção, pois por aqui corre estar ele comandando a Legião. Valha a verdade.

Na carta que por Basílio escrevi, lhe mandava pedir dinheiro para algumas coisas (pouco bastava). Porém, para o Atanásio, que não pode tardar aqui e se lhe restam 75, como já disse, se ele chegar, que eu hei de dizer? Caixas para Santo Amaro, nem falar nisso que não há quem compre, pois já indaguei. E o Il.mo Mascateiro subiu para cima e me dizem não desce tão cedo. Portanto estou em talas. Eu sinto mortificá-la, mas que remédio? O Atanásio, em chegando e levando o resto, fica freguês; é um ótimo freguês, de quem muito se necessita. Não posso deixar de me espantar com o Sr. Almeida,(3) pois está bem ridículo. E, por fim, é preciso recorrer a outrem. A mãe pode escrever a Manuel Francisco (4) e dizer-lhe que lhe quer botar caixas (4 ou 6, as que quiser) e pedir-lhe logo algum dinheiro, dizendo mesmo que o Almeida, por ter tido despesas, lhe não pode dar. E que a mãe pede por ter um pagamento a fazer. V. S.a, se tem vergonha de escrever (que a não pode haver), diga ao "Senhor" (5) Bento que fale. Porém, melhor é escrever a mãe. E deixe-se de políticas com o Sr. Almeida. Necessita para isto ou estoutro dinheiros? Venda algumas caixas. E, além do mais, a pílula das carnes-secas, que não é má. Outra vez repito: dei ao Atanásio 300, que suei para os contar, porque 240 tinha o Chico trazido da cidade em janeiro, 114 trouxe eu agora da cidade, que ao todo são 354. Mas agora repare o despesão que com esse dinheiro aqui se fez, que monta a mais de cem mil réis. Igualmente tenho em meu poder 12 quitações de caixas por pagar, porque eu fiquei preso. E, depois que aqui cheguei, tenho botado muita caixa [de açúcar] para baixo, com que é indispensável algum dinheiro e despachar-me o Chico com a maior brevidade. Eu tenho trabalhado bastante em limpar e em regar tabuleiros perdidos, [que] vão voltar a dar cana. A olaria está enfornando 2 e 3 vezes na semana, mas o que me custou! Antônio Borges deve 40$000 de telhas e tijolos, metendo-se já uns 49, que diz ser ao feitor. Hoje mesmo mandei eu lá ver se vinha dinheiro. Desculpou-se não lhe ter ainda chegado. Foi o próprio Chico o portador. Ele (Antônio Borges) quer

(3) Manuel José de Almeida. V. carta de 24 de agosto de 1822 (N. da Editora).

(4) Talvez Manuel Francisco Guimarães, membro do corpo do comércio (N. da Editora).

(5) Senhor aqui deve ser ironia, talvez porque o irmão não se queria ocupar da lavoura e administração da casa.

200 formas e eu as estou aprontando às carreiras e me parece que [...], indo além das tais 200 mais 200, preço 40$000 réis.

Vou deitar a moer e os senhores lavradores vêm ajudar serrar lenha. Ai, ai, comigo não podem! Finalmente, isto vai na melhor ordem e eu sinto por ver que, em me indo, adeus senhora ordem.

Não era preciso me dissesse que o caixeiro se não retiraria sem as contas, isso por força! Já tenho alguns livros da caixaria (que confusão!), que os estou vendo. E ele, caixeiro, justou comigo sair no fim da safra, depois de liquidadas as contas.

Sobre os bois mortos não há que duvidar e foi mais feliz o Sr. Muniz, é o que se segue. Muito bem. Saberá que o seu engenho está livre de gado alheio e já o Sr. Henrique (6) aqui não tem coisa alguma. Eu remeto a carta (um pouco insultante) que ele me escreveu, bem como a cópia da minha resposta, estando eu inocentíssimo no que ele diz. Mas, enfim, eu não sofro e se todos tivessem o meu gênio ninguém sofria: se me tratam bem, sou-lhes até grato, em não fazendo isto, trato-os de resto e lhes fico com ódio. Ser-me-á mais fácil mendigar do que recorrer a semelhantes homens. Eu os conheço bastante.

Outra vez peço avie-me logo e logo o Francisco para meu governo. E será bom até dizer ao Manuel Francisco que ele deverá tirar das caixas a devida comissão, que são 50 réis em arroba, 2$000 em uma caixa de 40 arrobas.

Peço ao mano Bento, se está na inspeção,(7) tire o Manuel para as suas ordens. É honrado e sabe muito bem escrever e será agradecido pelo obséquio, pois que o deseja muito, muito.

Já disse em cima, o engenho vai na melhor marcha e seja-me lícito dizer que nunca se fez em anos o que eu tenho feito em dias. Há de ter, espero, grandes safras. A presente, que vergonha, nem se pode dizer, pois, para se fazer idéia, basta dizer que D. Maria Lavradora fez, mais que o engenho, 32 pães. Não se acredita nisto!

Diga ao Antônio,(8) minha mãe, que ele vá ao alfaiate da rua Direita e traga a minha farda nova, que lá está. E mande-me dizer se ela, na partida do Chico, já fica em casa. Igualmente o Antônio que vá com a inclusa à loja de Joaquim José Lopes, que

(6) É possível que se refira ao tio Henrique Garcês, com quem, por cartas posteriores de Maria Bárbara a Luís Paulino, se sabe que tinha más relações.

(7) Cargo de inspetor da tropa (N. da Editora).

(8) Mencionado em outras cartas. Parece tratar-se de um antigo empregado da casa.

mora [à] rua Direita da Misericórdia, por baixo das Trancas, que é para receber 40 ou 50 mil réis, que mos mandará ou fique com eles se precisar.

Tenho tido também, uns dias por outros, a tal febrinha, seja o que for. Não sei se me falta alguma [coisa], mas não posso mais. Se há algum diário (9) em que o pai fale, mande-mo, como eu lhe peço.

Deite-me a sua bênção.

Eu sou filho amante,

Luís

P. S. Como há de ser embolsado o homem da carne?

(9) Refere-se ao *Diário das Cortes*.

8

Maria Bárbara a Luís Paulino

Bahia, 2 de março de 1822

Tenho tido a satisfação de receber duas cartas tuas, digo três, com a que trouxe o marechal Copeiro. Nesta te referias a uma que escrevias no mesmo dia, cuja não veio às minhas mãos. Todas as que me chegam sem ser escritas por ti fazem-me um certo pesar. Eu aqui vou vivendo com a minha saúde totalmente arruinada de grande moléstia que há perto de três meses me principiou indo. Tenho de dias em dias crescimento e estou novamente em uso de vinho quinado e qualquer destes dias hei de tomar ferro e depois banhos de mar, se houver tempo. Maldita moléstia que me tem causado grandes prejuízos e gastos. Estou muito magra e algumas pessoas mal me reconhecem. Aramaré parece não querer-me. Assim mesmo, logo que seja possível, ali volto, pois, a não ser o nosso Luís, íamo-nos de pernas para o ar. Mas não sei como me hei de arranjar com a gente que hei de levar, pois Maria José quer ir e a sua família, que é maior agora, pois nasceu o nosso neto,(1) e a sua ama e alguns escravos mais, bem como o que lhe dei, e Maria Gertrudes se não tiver vindo seu pai, pois está comigo desde que Deus dispôs de José Manuel. Está na eternidade e eu não sei como o tio receberá esta fatal notícia. Enfim veremos até agosto, dá o mundo muitas voltas, mas o gasto é horrível, apesar de eu estar apeada, pois Rodrigo (2) levou as bestas, deixando-me aqui agora uma parelha. No fim de dois dias morreu um excelente macho. Os médicos mandam-me passear em

(1) Primeiro filho de Bento e Maria José, Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França, futuro 2.º conde da Fonte Nova, que terá nascido ou a 11 de dezembro de 1821 ou a 9 de janeiro de 1822 e morreu a 31 de agosto de 1868.

(2) Rodrigo Antônio Falcão Brandão, 2.º barão de Belém, senhor do engenho Novo na Bahia, casado com sua filha Maria Sabina. Nasceu em Cachoeira a 7 de abril de 1789 e morreu a 10 de outubro de 1855.

sege, mas eu não quero empenhar-me, pois o nosso Almeida não pode dar mais de duzentos e cinqüenta mil réis. Ora, [tenho que] tirar deles quarenta para casa, vestir, vestir escravas, pagar carruagem, carne-seca. Fazendo milagres, este ano até tenho de darlhes baeta, que só essa passa de cem mil réis. O alambique tem dado pouco e, de mais a mais roubadíssimo. Pobre Aramaré, que vil gente ali há! Os bons são os negros da Costa, o resto é um inferno. Vê as cartas do nosso bom lavrador (3) e o pior é que não poderá estar ali tanto tempo agora, em razão das licenças, que serão sem soldo, e ele não poderá perder, coitado. Ele acha-se ainda fora, mas eu o espero para se apresentar ao novo governador.

Bento te contará as desgraças dos dias 19, 20 e 21, dias de eterno luto para a Bahia.(4)

O que fazem cabeças desarranjadas e a maldita rivalidade que homens pouco políticos conciliaram! Rivalidade eterna já se lhe não dá volta, a meu ver, pois não vejo homens dignos, que inspirem a moral e costumes. Eu vejo com mágoa esta linda parte do Brasil desgraçadíssima. Como tu, há poucos. Tu sabes inspirar a virtude e separar as malditas idéias de rivalidades, mas os mais fomentam-nas e as pessoas de bem, nesta crise, tapam as bocas, pois não querem ser envolvidas. Os nossos filhos, graças a Deus, fogem de contendas e com brio e honra vão segundo a estrada espinhosa da Bahia. Não podem estar nela homens de bem, pois são a todo momento comprometidos. Há velhacos horrorosos aqui, mas desgraçadamente tu os verás campeando nos papéis públicos, quando os nomes dos homens dignos se ocultam. Valha-me Deus... desejava para lá o nosso Bento. Ele aqui não faz nada. Lembra-te dele para o empregarem. Manuel Pedro,(5) esse mal aconselhado homem, quando o fizeram general deu logo a inspeção a Bento. Imediatamente deram-se por doentes o ladrão Paula, o cobarde Rosado (6) e os satélites do dito. Logo que subiu, Mad.ra (7) disse a Bento que tudo estava muito bem, que

(3) Refere-se ao filho Luís.
(4) Sangrentos episódios resultantes de manobras nativistas para evitar que o general Madeira assumisse o cargo de governador de armas.
(5) Manuel Pedro de Freitas Guimarães. Com data de 10 de fevereiro de 1822, existe, nos papéis de família, a nomeação interina, por ele assinada, de Bento para inspetor e instrutor de cavalaria e tropa ligeira da primeira e segunda linha da Província da Bahia, até que reverta da deputação em que se acha, às Cortes da Nação, o marechal-de-campo Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França. E em 5 de março, 3 dias depois desta carta, obteve Bento, por requerimento, instrumento de pública forma daquela nomeação.
(6) Deve tratar-se de novo de Carlos Damasceno Rosado.
(7) Deve ser uma abreviatura de Madeira, portanto o general Inácio Luís Madeira de Melo.

ele não podia desfazer o que tenha feito Sua Majestade e daí a dois dias chamou a si a inspeção e teve a fraqueza de dizer a Bento que não havia, pois que então os oficiais de cavalaria não serviam, inclusive o chefe dos salteadores de que verás na gazeta o seu nome; e sabe que o fogo era no forte de São Pedro e ele andava por Água de Meninos e depois Nazaré. Podia-se poupar algum sangue, podia, mas houve votos que não devia ficar pedra sobre pedra, que deviam correr rios de sangue antes do que desistir. Eu, como sou mulher, parece-me isto bárbaro. Ah, meu Deus, cada descarga, cada tiro de peça que eu ouvia, era como que me arrancava a alma. Fugi, estive a bordo de uma embarcação holandesa. Enfim: "Perdigão perdeu a pena, não há mal que lhe não venha"![8] Ah! Se eu via a pobre Bahia arrasada, por capricho de Manuel Pedro ou de ambos, não sei que seria de mim, pois a Legião Lusitana era de voto de sangue e muitos outros. Os marinheiros estavam ratos do porto, a maldita artilharia fugiu francamente. Péssimos oficiais enfureceram o seu chefe e fizeram desta província escrava desgraçada. A gente séria daqui nada destas coisas quer. Os malditos bodes e negros [9] são os nossos pecados, que se fazem de cima. Infelizes famílias acabaram às mãos deles horrorosamente. Tu sempre o dizias, mas pregaste em deserto. É terra nova. Enfim, não posso mais. A debilidade ainda não me largou. Maria Francisca constantemente te escreve, e, quando vêem cartas tuas, rasgo um bocado e digo que tu lhe mandas. Ela beija e guarda. Ora, meu adorado Luís, adeus. Eu te abraço do meu coração e ambiciono o instante de ver-te. Sabina te escreve. Acha-se comigo há dois meses. Adeus, toda tua,

Maria

P. S. O nosso neto não é feio, mas não tem nada nosso. É todo o Salvador.[10]

(8) Ditado português. Serve de mote a conhecido vilancete de Camões (N. da Editora).
(9) *Bodes* e negros, isto é, mulatos e negros (N. da Editora).
(10) Salvador Pereira da Costa, avô materno.

9

Bento a seu pai Luís Paulino

Bahia, 6 de março de 1822

Meu querido pai:

Tive o prazer de receber a carta que V. S.ª me escreveu com data de 6 de janeiro, vinda no brigue *Carvalho*. Sim, meu bom pai, os seus conselhos trago sempre diante dos meus olhos e farei todo o possível por não errar.

Aqui tudo é desgosto e fatalidade, o que vou narrar a V. S.ª. Tendo chegado aqui as ordens, como V. S.ª sabe, para nova eleição dos governadores e para tomar o comandante de armas a patente mais graduada, recaiu este comando em Manuel Pedro: grande desgraça, porque logo que principiou a governar começou a fazer das suas. Por exemplo, fazer todos os oficiais de artilharia graduados na patente imediata, dar a revista a homens reformados, enfim toda a casta de tolices de que ele é suscetível. Sim, esta ainda não é a grande desgraça, a qual é a que vou pintar a V. S.ª. Depois de este tolo e malvado ter por dez dias de governação, chegou aqui a notícia de que Madeira estava nomeado para governador de armas. Esta notícia pôs toda esta cidade em desassossego, porque toda a gente não gosta de Madeira, digo gente de terra, porque os grandes praístas muito gostaram. Até que, no dia 14 de fevereiro, chega aqui o correio e nele vinha a carta régia para Madeira. Logo se espalhou. E ele se foi apresentar ao governo, dizendo que ele queria já entrar na posse. O governo lhe disse que sim, mas que fosse ter com Manuel Pedro para ajustarem o dia da entrega. Manuel Pedro principiou a ladear, dizendo [que] ele não tinha recebido ainda participação da carta, que ele não duvidava reconhecê-lo, mas, que tal e que

sim, protelando. Até que, no dia 18, Madeira foi ter outra vez com o governo, dizendo-lhe que Manuel Pedro não queria deixar o comando e que o Regimento de Artilharia se achava em armas, tendo dentro do forte muita gente, e que tinha feito recolher assinaturas de quatrocentas pessoas, pedindo que não se desse posse a Madeira. O governo, aflito com estas novidades e mesmo para evitar a guerra civil que estava por momentos a romper-se, fez convocar todas as pessoas de distinção da cidade, assim como todos os desembargadores e Câmara da cidade para se reunirem no Palácio, logo, logo, que assim se fez. Estando reunida toda esta assembléia, o secretário Carneiro (1) propôs o estado em que se achava a cidade e os grandes males que se iam seguir, se não se fizesse logo alguma coisa para evitar a guerra civil. Houveram votos [sic] que se devia entregar logo o comando a Madeira, mas, depois de grandes debates, que duraram até 4 horas da manhã, decidiu-se que se formasse uma junta composta de 7 membros e que Madeira fosse o presidente. Fez-se ata desta deliberação e todos nós nos retiramos para nossa casa, julgando que tudo estava arranjado. (É necessário notar que Manuel Pedro não compareceu nesta assembléia nem deu resposta ao ofício que se lhe dirigiu.) Estávamos todos deitados quando se ouvem tiros na rua de João Pereira. Eram os artilheiros que vinham atacar os do batalhão. Este se pôs logo em armas e passou atacá-los e, dentro em um momento, fugiram, deixando 5 peças na rua, e se meteram no forte. A Legião Lusitana foi observar o Regimento Velho e Legião de Caçadores, que se tinham formado para atacar as tropas de Portugal. O Madeira os mandou atacar pela Legião Lusitana e, depois de alguma resistência, foram todos dispersos, ficando muitos oficiais presos. No dia seguinte capitulou o forte, onde se acha preso o autor de tantas desgraças, junto com alguns dos seus satélites. Estes foram os desgraçados acontecimentos do infeliz dia 19 de fevereiro, o qual será chorado por todas as pessoas que tiverem sentimentos.

Eu felizmente fui neutral em todo este negócio, porque o lugar em que me acho mo faz ser, mas eu não posso já com tantas intrigas. Mesmo que eu fosse homem de bem, seguindo sempre o caminho da honra, não deixo de ser malvisto pelos canalhas da Praia, pelos grandes oficiais da cavalaria, juntos com o seu ladrão, o grande Paula.(2) Eu, meu bom pai, não posso estar nesta terra, não pelos seus habitantes, digo os honrados, mas eu tenho medo

(1) Francisco Carneiro de Campos (N. da Editora).
(2) Deve referir-se ao tenente-coronel Francisco Paula de Oliveira, comandante d'armas de cavalaria na Bahia.

de [que] algum dia, mesmo sem culpa, possa ser comprometido ou vítima. Portanto, peço-lhe, pelo amor que me tem, veja se me pode fazer a minha passagem para esse Exército, o que julgo não será de grande dificuldade, por eu ter servido nele. Ainda que seja agregado para algum corpo, tudo me convém.

A mãe fica com o mano Luís, que é mais feliz aqui. Para o futuro, se as coisas tomarem melhor forma, poderei voltar. Em todo caso, espero que ao menos me mande uma licença para eu ir para essa, pois eu não estou contente neste país. Não quero perder o que tanto me tem custado, que é a honra. Tenho que partir. Por tudo lhe peço me faça o que já pedi a V. S.ª. Eu estou bem persuadido que não é muito difícil. Perdoe-me, meu pai, esta impertinência.

A cidade por ora está tranqüila, mas a rivalidade ainda não se acabou, nem julgo jamais se acabará, e só grande político o poderá fazer. Mandassem-no, porque Madeira não foi acertado.

Manuél Pedro me tinha dado a inspeção, sem que eu lha pedisse, nem que o [...] fosse a sua casa falar-lhe. Mas Madeira, logo que tomou posse, chamou a si todas as inspeções, dando-me mil satisfações. Mas eu sei que ele tem uma representação dos brejeiros da cavalaria, pedindo-lhe que chamasse a si a inspeção. Tendo isto, era o medo que o grande Paula tinha que eu lhe descobrisse as ladroeiras que todos os dias se fazem naquela cavalaria. Eu não sei quando verei os malvados castigados. Mas, em lugar de os ver castigados, vejo fazer tudo que eles querem. Isto, meu pai, não se quadra com o meu gênio e aí tem V. S.ª a razão por que eu me quero ir embora. Pelo amor de Deus mande-me a licença ou a minha passagem para esse Exército, pois nesta crise só aí é que se pode estar. A mãe está melhor e [...] toda a família está de saúde. O seu pequeno netinho está muito bonito e lhe pede a sua bênção. Maria José se recomenda muito e pede a V. S.ª [que] tenha toda a compaixão com seu pai e mãe.

Esta vai por mão do Nabuco,(3) que pode bem pintar o estado desta desgraçada província. Estes males ainda são restos da maldade que deixaram os antigos ex-governadores. Nada mais tenho a dizer nem mesmo há que contar, só desgraça e infelicidade. Adeus, meu bom pai. Deite-me a sua bênção. Este que é de V. S.ª filho obediente,

Bento

(3) José Joaquim Nabuco de Araújo, chanceler da Relação da Bahia (N. da Editora).

P. S. Já remeti a V. S.ª dois meses de soldo, que são os de outubro e novembro. O de dezembro, minha mãe precisa dele e o mandou buscar. Tenho na minha mão o de janeiro e estou esperando que se pague o de fevereiro e, logo que se pague, remeterei os dois e assim irei fazendo as remessas. Nada mais se me oferece dizer a V. S.ª. Logo pelo primeiro navio que daqui partir remeterei a pública forma da portaria pela qual o Manuel Pedro me deu a inspeção, cuja me foi logo tirada pelo grande Madeira, a rogos do nosso "amigo" Paula. Eu estou vendo muitas desgraças se as Cortes não [derem] logo, logo providência: os praístas, juntos com a tropa de Portugal, estão na maior altivez. Isto, em lugar de acalmar, irrita mais os habitantes deste país, que já vivem na maior tristeza.

As coisas do Rio não estão na melhor figura. V. S.ª lá verá os acontecimentos daquela cidade. Nada mais digo a este respeito. Por lá tudo está embrulhado e eu aflito com estas coisas, que decerto hão de afligir muito e muito a V. S.ª. Mas pode ficar na certeza que eu hei de fazer todo o possível por me afastar de tais desordens. E é como o mano Luís, pois ele pensa como eu.

Seu filho obediente,

Bento

Remeto os papéis [...] pelo [...].

10

Bento a seu pai Luís Paulino

Bahia, 8 de março de 1822

"Ao Il.mo e Ex.mo Sr. Marechal Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França
Deputado em Cortes — Lisboa"

[Lacrada com o sinete de armas dos Pinto da França.]

Meu querido pai:

Esta só serve para avisar V. Ex.ª que por este mesmo navio lhe escrevo por mão de Nabuco, chanceler que daqui parte para essa. Minha mãe lhe remete as suas pelo mesmo. V. S.ª pode mandar tirar do correio as gazetas que lhe remeto.

Seu filho obediente,

Bento

11

Luís Paulino (filho) a Luís Paulino (pai)
Bahia, 8 de março de 1822

Meu pai:

Chego neste instante do engenho, a fim de me apresentar ao novo comandante d'armas. As novidades funestas sucedidas nesta cidade, por alguns papéis o pai as verá. Eu estava fora durante a desordem e por fora acomodei o que pude. Terríveis gênios perturbadores querem reduzir esta cidade a um caos de horror. Parece que estamos na época em que os homens detestam o sossego. Se enérgicas providências se não forem dando, se homens honrados não tratarem de pacificar, a ruína é infalível. Ao presente a cidade mostra tranqüilidade, oxalá ela dure! O comandante atual d'armas tem-se portado bem e não deseja senão a ordem. Ele conhece a paz, que sem ela nada existe. O nosso bom Governo Provisional tem dado decisivas provas de honra. São incansáveis no desempenho dos seus deveres. Eles mostrarão ao nosso sábio Congresso os seus trabalhos e se são, portanto, dignos dos lugares que ocupam.

O chanceler que foi desta relação parte para essa corte e leva um maço de cartas para o pai.

Eu tenho estado sempre no engenho e decerto bem satisfeito. Tenho trabalhado alguma coisa. As safras vindouras serão documentos desta verdade.

Eu recebi uma carta sua. Ela me causou um prazer grande. Existirá eternamente na minha imaginação para me suspender se eu estiver propínquo a escorregar.

Adeus, meu bom pai, deite-me sua bênção. Sou filho obediente,

Luís

12

Maria Bárbara a Luís Paulino

Bahia, 17 de março de 1822

Como tardou a sair a embarcação, não quero deixar de ter outra vez a ventura de saber de ti e de consolar o meu coração nestes poucos momentos. Sim, aqui vou vivendo e cada dia mais triste, pois esta apoquentada cidade mal deixa respirar. E bem que eu fuja do hálito venenoso que a bafeja, e à minha honrada família, contudo, como a virtude é sempre perseguida, os nossos bons filhos já sentem alguns males. Bento rapidamente te contou o que ontem muito casualmente soube. Vê que horror! Os verdadeiros constitucionais, os militantes da lei e da boa ordem são os que sofrem mais, como se Paula, infame ladrão, a Praia e alguns da Legião Constitucional fossem os que dão leis. Mas eu já misturo coisas sem acabar a minha primeira oração. Tu desculparás e separarás. Sim, Paula e outros que bem têm querido assassinar os nossos filhos em vão têm podido, pois, fiéis observadores da honra, em nada se metem. Só, sim, estão prontos para manter as leis sagradas e a sua honra. Enfim, inventou, para ver se pega, que no dia das eleições (1) eles gritaram: "Morram os europeus". Eu não estou em mim! Bento, eu creio que se ele isso ouvisse ao longe, sairia como um raio. Pois é este o increpado e andam a fazer agora uma assinatura oculta de praienses lusitanos. Até bravos oficiais são testemunhas falsas: Costa e outros que tais. Não sabemos se eles mandarão este papel. Se for, quer o Bento que exijas venha infalivelmente aqui à Bahia para se conhecer a calúnia, e serem os perversos castigados como merecem. Bento voaria aí se tivesse licença. Tem-me custado a acomodá-lo.

(1) Deve referir-se às eleições para a substituição da Junta Provisória estabelecida em 10 de fevereiro de 1821, e que ocorreram em 31 de janeiro de 1822. Estas eleições foram malvistas pelos nativos.

Mas tudo isto não deve afligir-te, pois é o bem de quem tem a consciência tranqüila, que dorme quando os malvados, no meio da bonança, estão sempre agitados. Coitada da boa gente desta malfadada terra!

Eu ainda sofro e muito. Estou com o fígado inflamado. Mal como. Enfim, chegou a velhice, é preciso ter paciência. Ainda algumas vezes tenho febrinha, mas nada de cuidado. Maria Francisca cada dia mais galante e morre por ti. Sabina há dois dias foi para casa. Estou sozinha. Adeus, meu filho do coração. O céu te dê forças para amparares a tua boa família. Adeus, adeus. Eu te abraço do coração.

Tua

Maria

P. S. Torno a repetir: se foi aí o tal papel, faz que venha aqui. Eu quero ver punidos os infames. Se pudesse queria arrancar-lhes as línguas. Com estes são quatro maços que deve dar-te o chanceler.(2)

(2) Em folha a parte e letra irregular de criança está escrito: "Meu papá, eu o abraço do coração. Tenho muitas saudades suas, *Maria Francisca*".

13

Bento a seu pai Luís Paulino

Bahia, 19 de março de 1822

"Ao Il.mo e Ex.mo Sr. Marechal Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França
Deputado em Cortes

P.E.F. — Lisboa"

[Está lacrada e pode ainda distinguir-se no lacre as armas dos Pinto da França.]

Meu querido pai:

Tendo já escrito largamente a V. S.ª por este mesmo navio, agora o torno a fazer para lhe dar parte de que os grandes Paulas, Maias e praístas tiveram o desaforo de fazer contra mim uma representação, dizendo que eu era um dos que Manuel Pedro contava para os seus fins (que mentira!); dizem mais, que eu gritei na Câmara, quando se fez o novo governo: "Morram os europeus" (outra mentira). Isto se me veio dizer agora que está a partir o navio. V. S.ª não se aflija, pois tudo é falso e o provarei quando for tempo. Não o posso fazer já, porque não sei como é concebida a tal representação. Torno a repetir que são os assinados os oficiais de cavalaria, alguns da Legião Constitucional e os praístas. Olhe, V. S.ª, que gentinha! Os homens de bem desta cidade estão calados, não se atrevem a falar. Quem governa a província são tropas de Portugal, juntas com a grande Praia. Tudo está em perigo, tudo é desgraça.

Eu tenho sido imparcial, mas não é bastante para que não se conspire contra mim a maldita intriga. Sou homem de bem e sigo os ditames de V. S.ª: honra e mais honra. A verdade sem-

pre aparece. Não posso ser mais extenso, pois dizem que o navio vai sair. Deite-me a sua bênção. O seu filho obediente,

Bento

P. S. Pelo amor que V. S.ª me tem, faça com que eu me vá já para esse país ou venham ordens para isto tomar outro caminho.

14

Antônio Garcês Pinto de Madureira (1)
a seu cunhado Luís Paulino

Rio, 22 de março de 1822

Luís do coração:

Por vezes te hei escrito, sendo a última pelo nosso Antão, e agora o faço por via do meu querido amigo Francisco José Vieira,(2) que pediu a demissão da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, lugar em que entrou pela ausência de Pedro Álvares,(3) a quem me recomendarás. Ele é carta viva, dirá tudo que careceres saber. Porém eu o que digo é que toda a contemplação é minha com o Brasil, que decerto não sofre, segundo a sua expressão, grilhões.

Meu caro, tu és deputado: olha ao bem da tua nação e promove a união, não de palavras; ela se congrega para bem de todos. Eu tenho sido sempre pacífico e em nada figuro, nem é preciso. As minhas idéias são, logo que me falte algum dos velhos, ir acabar meus dias ao reino de lá. E, se acaso me lançarem fora deste emprego, o que não espero porque não mereço, retirar-me-ei porque sempre hei de ser contemplado por Sua Majestade e Cortes. Enfim, estou, como lá dizem, "à capa" para ver o que ocorre.

O tio Antônio vai vivendo, mas agora promete pouca duração. Ele ignora a morte do filho, porque tememos a sua morte com tal notícia. Manuel tem saúde e se recomenda. Os da Bahia

(1) Antônio Garcês Pinto de Madureira era desembargador da Casa de Suplicação do Brasil (N. da Editora).
(2) Ministro do Reino e Estrangeiro no governo do Príncipe D. Pedro, que, em janeiro de 1822, se retirou para Portugal.
(3) Pedro Alvares Diniz, ministro do Reino e Estrangeiro de 5 de junho de 1821 a outubro do mesmo ano (N. da Editora).

passam bem, segundo me consta. E, quanto aos mais negócios políticos da dita Bahia, Pernambuco e outras províncias, nada digo porque se mente tanto quanto não se calcula, e aí há de acontecer o mesmo e, portanto, é preciso duvidar das mentiras de todas as partes e ir pelo meio das [...].

Adeus, meu Luís, dá saudades aos amigos [...] e à nossa mãe, Teresinha, tio e José Garcês.

Sou, pelo coração, o teu irmão afetuoso,

Antônio

15

Maria Bárbara a Luís Paulino

2 de abril de 1822

"Il.mo Sr. Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França [...]

Deputado em Cortes — Lisboa"
P.E.F.

Meu adorado Luís:

Pela última embarcação que chegou a este porto, recebi duas cartas tuas, uma vinda pela mão d'Almeida e a outra pelo piloto. Esta a única satisfação que gozo distante de ti e tu só não sentes saudades. Em cada dia sinto que elas se renovam. Para mim o dia 30 do mês passado, anos da nossa menina Maria Francisca (1), tive fortíssima tristeza. Costumada a passá-los contigo, nem me animei a festejá-los com um ar mais risonho. Aqui vai tudo no mesmo andamento e, se não com sustos, com tristezas. Estou morrendo que chegue agosto para ir com os filhos até Aramaré. Maria José morre por ser da partida. O nosso neto vai-se fazendo lindíssimo e é forte como armas. O pai, boa criatura em toda a extensão da palavra, adora o filhinho.

O portador desta carta é o brigadeiro Carretti,(2) que isto me pediu. Eu aproveitei o seu favor para te dar notícias minhas e dos filhos. Todos estão bons. A nossa cara Sabina, na sua casa com seu marido, a quem ela idolatra. É, acima de tudo, a idéia, o

(1) De fato Maria Francisca, quarta filha do casal, nascera em 30 de março de 1817 na Bahia.

(2) Francisco Joaquim Carretti. Fora comandante das tropas no Rio (N. da Editora).

amor que ela tem àquele Sjihing.(3) Como o honrado, o digno Acciavoli (4) está a partir, por ele largamente conversarei contigo. Adeus, adeus. Eu sou do coração toda tua,

Maria

(3) Palavra aparentemente sem sentido, talvez *sighing*, suspirador (N. da Editora).
(4) José Inácio Acciavoli Brandão e Vasconcelos, comerciante na Bahia (N. da Editora).

16

Maria Bárbara a Luís Paulino

Bahia, 13 de abril de 1822

Tenho tido a ventura de receber cartas tuas por todas as embarcações que chegam aqui. Eu te agradeço muito e muito esta prova de constante lembrança que te devo: eu aqui vou vivendo e melhor agora de saúde, pois bem julguei que não te tornava a ver mais. Sofri três meses e quem dirá que os fortes crescimentos de febre passaram com o susto e mau trato do dia 19 e os outros que se seguiram. Agora tudo aqui está tranqüilo e triste. E, em honra da verdade, eu posso dizer-te que Junta Provisória mais digna do que esta nunca, nunca tornará; mas, coitadinha, digna de melhor sorte. Todos os honrados membros dela estão [tão] mortos por se verem livres de tal peso que eu diria que [jamais] a virtude havia de ser tão achincalhada; não há dia em que não apareçam coisas que os não desgostem: cartas nas gazetas aos redatores insultando-os, sarcasmos mil, invenções perversas. E eles agüentam, pois não têm força para sustentar a lei e basta eles só querem [quererem?] lei, pois são verdadeiros constitucionais e amantes da nação. Enfim, nem se defendem, tanto conhecem que não podem, pois não são déspotas. Eu vi, eu vi numa gazeta um ofício para eles do general Madeira,(1) em que, por algum modo, os increpa de não vigiarem sobre algumas coisas e então os increpa de não vigiarem sobre uma falsidade. Já numa minha te disse que aqui a molecada costuma, nas procissões de diferentes bairros, atirar pedras uns sobre os outros. Enfim, aparece uma procissão da Cidade Baixa e os moleques dali com os da Cidade Alta principiaram na guerra. Atiraram dez pedras, ao muito. Pois logo foram dispersos. Eu vi, eu vi, nada mais tinha havido. Em antes,

(1) General Inácio Luís Madeira, brigadeiro dos Reais Exércitos.

nada. Eu jantei com Bento, estive na janela constantemente. Pois Madeira, num dos seus ofícios à Junta, diz que, defronte do teatro, os moleques de antemão tinham feito ajuntamento de pedras. Que horrorosa calúnia! Que mentir desmascarado! Fingem mais que isto. Era só por ser a procissão de europeus, a que mesmo os senhores tinham mandado seus escravos. E esteve um pobre homem preso vinte dias, pois disseram que ele tinha dado meia pataca a trinta moleques. Insultaram-se, com este aleive, homens probos. Ouve mais, para te horrorizares ou rires: fizeram dizer para o campo que o comandante dos moleques era o nosso honrado Luís, que comigo estava vendo na janela a procissão. Vil gente, verdadeiros inimigos da Constituição e da lei, que calcam a todo momento. Ora, estou certa [de] que Madeira, quando escreveu isto, não o inventou, mas, como estava doente, perversos lhe disseram assim, pois que ele tem caráter honrado e, bem que à força o tenham querido por mau, o seu fundo é bom, apesar de tudo. Por estas e outras, a Bahia está com ele descontente: pois só são verdades para ele o que dizem os praístas. Eu não nego que a mulatada seja infame. É; pois são soberbos, mas, como temos boas leis, demos-lhes quem os escute e castigue. Já saberás que a crioulada da Cachoeira fez requerimentos para serem livres. Estão tolos, mas a chicote tratam-se! Aviso-te mais: que, em nome dos cativos daqui, há aí quem meta às Cortes requerimentos. Está [...] de ti. Acautela-te que não vejam os teus papéis, nem leiam as minhas cartas, pois não quero Aramaré revolto com as notícias que da dita pessoa vêm para aqui. Ao menos uma chave, se pudesses guardá-la. Ou melhor, lê e rasga logo, logo as minhas cartas. Por Acciavoli largamente escrevo, pois aqui mal se pode escrever, pois o administrador [dos correios] era do partido do antigo governo e há dias deixou roubar o correio, morando na mesma casa e estando o batalhão 12 de guarda. Que te parece? Levam-se cartas, mas diz-se logo: foi gente da terra etc., etc.

Por Acciavoli vão os cabelos meus. Podia mandar-te uma grande trança, pois da doença caiu todo, todo. E os dos nossos filhos. Maria te abraça ternamente.

Ah, esquecia-me dizer-te que o Quinote [...] Carretti leva para ti uma carta. Forte doido. Ele [presenciou] a procissão em casa do Bento e logo quis fingir mil coisas daquelas poucas pedras que viu atirar. Anselmo saiu de farda à rua a espancar gente de casaca, já se sabe, pois diz não dava em gente de véstia. Enfim, meu Luís, era preciso darem esta cor e corpo a este caso, a fim de ficarem os soldados do 15 contra a vontade da gente do

país, que anda como doida de se ver assim calcada. Eu já não falo, pois não sou de partidos. Amo Portugal, gosto do Brasil e desejo o bem, pois não sou egoísta nem ambiciosa. Bem recomendo aos nossos andem caminho direito. Eles o fazem, são virtuosos e honrados. O que falta na Bahia, sim, é juízo. Não têm paciência. Eu bem prego que o sábio Congresso se não esquece do seu bem, mas, que queres, meu Luís, aqui também há gente que quer o mal e espalha a cizânia para ver se colhe. Adeus, adeus. Toda tua,

Maria

P. S. Vai fechada esta com lacres e as tuas armas.

P. S. Hoje mandei José Romão a saber da nossa querida Sabina, de quem há muito nada sei. Adeus, meu querido.

17

Maria Bárbara a Luís Paulino

Bahia, 15 de abril (1)

Depois de ter fechado a carta junta, ela não vai e eu fico desesperada. Como não sei ao certo quando partem embarcações, não posso escrever constantemente e, para que não fiques em cuidados, mando pelo Almeida estas ao Porto. E acrescento que fico de acordo sobre dar as caixas que determinas, mas vou fazer assinar as letras, pois no banco não querem firmas de senhoras. Sossega: não sei se já falaste ao Almeida. Eu em nada lhe toco, pois, coitado, estas desordens são más para o comércio e a agricultura. Tudo se sente. O açúcar está, esteve e estará baixíssimo. Eu creio [que] Almeida quer largar as assistências dos engenhos e, se tu com isso te não embaraças, da minha parte conto não lhe dar esse enfado na safra que vem, pois vejo que ele [é] forçado da amizade e nada mais, nada. Ele, coitado, não pode mais. Vejo-me doida. Agora acrescem os juros das letras neste e no outro mês e ele ainda me deu na renda do primeiro deste mês menos cinqüenta mil réis. Enfim, a falta de assistência agora ao engenho não me faz mal, pois eu sei regular-me. Assim determinarás. A safra este ano é pequena, a vindoura será melhor, se se puderem moer as novas canas enregadas. Ah, pobre, pobre Aramaré, tens sido vítima do grande ladrão Coelho. Tenho achado coisas! Reservo-as para quando ele faltar. Se partíssemos juntos, asseguro-te que Aramaré se acabava de todo. Isto a que estava votado. Em outra te direi o que se fez do açúcar, pois Luís parte para ali por estes três dias.

Ora, voltemos ao que presentemente interessa a toda gente de bem e que ama a lei e a boa ordem. É preciso que os deputados

(1) Pela referência aos deputados pode concluir-se que esta carta é de 1822.

do Brasil vigiem sobre este acontecimento fatal de coisas e vejam como isto se há de compor. Aqui não há, organizada, tropa nenhuma do país, o que muito desgosta a gente daqui.

Parece-me se deveria organizar [a tropa] de novo e, ao mesmo tempo, dar-lhe novos comandantes e estes, digníssimos. Tu sabes quem são os daqui, assim como a sua péssima oficialidade; tirada meia dúzia de homens de bem, o resto pode chamar-se-lhe infame. A Bahia precisa, apesar de ser sumamente boa, que a tenham muito em vista para que não suceda, como dizem sucede agora em Pernambuco, onde pretos e pardos (corja do diabo!) apedrejam e dão cacetada em todo lojista. Esta sorte decerto acontecerá à Bahia, logo que não tenha tropa, pois a gente baixa daqui está com a Praia numa desesperação, e os nobres o mesmo, pois na realidade os maus homens daí (como os há em toda a parte) têm por todos os modos calcado as pessoas do país. Tu bem sabes que eu sou imparcial e, como tu, amo o que for de justiça. Ah, meu Luís da minha alma, se todos os homens te assemelhassem, ditoso mundo! Graças a Deus, os homens de bem te conhecem e fazem justiça. Se tu aqui estivesses, tantas asneiras se não teriam praticado certamente. Fatal dia 3, horroroso e fatal governo extinto, que males trouxeram sobre nós! Tens razão quando me dizes que sempre estás em desassossego. Tôda a gente de bem e que tem casa assim o diz. Parece incrível que quatro ou seis cabeças esquentadas mudassem a situação da Bahia, a ponto de eu não saber a volta que podem dar-lhe! Enfim, seis doidos semearam a rivalidade, que também só [um] governo de anjos poderá compor isto. Os soldados não podem ser melhores, digo os nossos daí, mas, mal guiados e excitados pelos seus, tratam com desprezo a gente da terra ou, para melhor dizer, todo o Brasil.

Também preciso desculpar os comandantes e oficiais: os inimigos da boa ordem pintaram-lhes a gente daqui com cores horrorosas e eles, coitados, partiram às cegas.

Eis, meu Luís, o estado deste país. O sábio e digno Congresso, veja que volta se pode dar ainda. Quanta gente virtuosa trabalha aí, para tolos perderem cá!

Acabou-se o papel. Adeus, adeus.

[*Sem assinatura ou rubrica*]

18

Maria Bárbara ao Sr. Antônio Joaquim da Mota

18 de abril de 1822 (1)

"Guarde Deus muitos anos etc., etc. — Porto"

Meu Antônio Joaquim:

Vossa Mercê, depois que lá tem o Sr. Luís Paulino, nunca mais se lembrou de me dar novas suas. Pois eu sou sua verdadeira amiga e os meus filhos, que todos muito e muito se lembram de Vossa Mercê. Nesta mesma embarcação eu mando uma carta da maior importância para o Sr. Luís Paulino e, com a pressa, esqueceu-me sobrescritá-la, o que não me deu cuidado depois de me lembrar como a tinha mandado. Pois, como Vossa Mercê tem amizade de pai por nós, pode saber os nossos segredos, pois estamos certos não os divulga. Sim, logo que Vossa Mercê a receba, mande-ma com muita segurança ao Sr. Luís Paulino e diga-lhe mesmo o que aconteceu, para que ele não repare. Sim, o caso foi este: fechei-a e disse a Bento: "Manda, por uma letra suposta, pôr-lhe o sobrescrito". O menino cuidou que dentro já ia fechada, debaixo do nome do pai, e pôs-lhe o sobrescrito para Vossa Mercê. E ela, dentro, aberta. Assim, feche-a e vá segura. Queira dar recados meus a seu mano e a quem se lembrar de mim, e mande-me essas cartinhas para Penafiel. Adeus, eu lhe desejo mil venturas, pois sou sua muito obrigada,

Maria

P. S. Mande dizer ao Sr. Luís Paulino que neste mesmo navio mando por mão d'Almeida outra carta mais longa.

(1) Na carta seguinte a Luís Paulino (de 26 de abril), Maria Bárbara faz justamente referência a que lhe enviara um maço de cartas para o Porto, via Antônio Joaquim. Sem elementos para identificar o personagem, que deveria ser algum amigo de família. Mas, por cartas de Antão Garcês de 1823, que a ele se refere, pode afirmar-se que era o procurador dos Pinto da França no Porto.

19

José Garcês Pinto de Madureira a seu cunhado Luís Paulino

Penafiel, 20 (1)

"Ao Il.mo e Ex.mo Sr. Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França

Marechal-de-Campo

Comendador da Ordem de N. S.a da Conceição

Deputado em Cortes — Lisboa"

Meu Luís:

Vou vivendo e nada mal, porque estou em minha casa e o que maior prazer me daria era ver-te aqui. O tempo das caldas está a chegar, é preciso aproveitá-lo. Esperamos Antão,(2) que cedo chegará. Assim tu fizesses o mesmo. Estas gentes suspiram por ver-te.

(1) Por não se referir às conseqüências do acidente de Luís Paulino em maio, por ser dirigida a Lisboa, por o tom ainda não ser alarmante em relação à Bahia, esta carta deve ser da primeira metade de 1822. A menção dos desentendimentos entre os Garcês da Bahia e seu sobrinho Luís Paulino (filho) coincide com as que nesse período aparece nas cartas do mesmo (vide carta de fevereiro de 1822). Aliás, a carta de Antônio Garcês de 22 de março de 1822 refere-se a uma visita de Antão Garcês a Portugal, que nesta se diz esperado em Penafiel.

(2) Seu irmão, Antão Garcês Pinto de Madureira, futuro barão da Várzea do Douro, nasceu em 1790 e morreu em 1863, sendo, portanto, quase da idade de seu sobrinho Bento. Esteve no Rio de Janeiro com D. João VI até 1821; era comandante de Caçadores 3 no Rio e foi cabeciliha do levantamento militar que visou forçar D. Pedro a aceitar imediatamente as bases da Constituição votadas em Lisboa, razão por que o Príncipe o recambiou para Portugal em junho de 1822.

Tive carta da Bahia. Os nossos passam bem e as suas queixas não se dirigem nem para ti nem [para] tua mulher.(3) Queixam-se do Luís, que os desfeiteia constantemente; Bento [é] que os trata com muita civilidade. Isto não é nada, são [coisas de] família. Falam, daquela província, como as gentes de bom senso e as idéias deles, e de boa porção dos que têm juízo, são como as tuas. Mas os que não são nada e que querem pilhar o bom buscam a anarquia... Se faltasse a tropa, eram outros São Domingos. A minha mãe, mulher e irmã, todas pedem que venhas para esta casa. Todas querem a tua companhia. Adeus, meu Luís tão do coração.

José Garcês

(3) Refere-se a seus irmãos Feliciano e Henrique Garcês Pinto de Madureira, que seguiam o partido extremista pró-português da Bahia, conhecido como "Praia". Além de desentendimentos familiares, essa posição política era fonte de questões entre eles e a irmã Maria Bárbara e, sobretudo, o sobrinho Luís Paulino, que, criado na Bahia, não esconde desde o início a sua simpatia pela causa brasileira. No que respeita a razões familiares, veja-se a carta de Luís Paulino, de fevereiro de 1822, a sua mãe. Em cartas datadas de 1823 Maria Bárbara também se queixa destes dois irmãos.

20

Maria Bárbara a Luís Paulino

Bahia, 21 de abril de 1822

Meu adorado Luís:

Há muito poucos dias que, por um navio que daqui saiu para o Porto, te enviei dois grandes maços de cartas, um debaixo do nome de Antônio Joaquim, outro por via d'Almeida. Ratifico o que neles dizia e acrescento que vou passando livre de incômodo e que todos os nossos filhos e neto estão bons. Quanto ao assistente Almeida, já te disse que eu, fazendo mesmo os maiores sacrifícios, na seguinte, digo, na vindoura safra, nada quero dele, pois desde que daqui saíste eu não lhe sou em nada obrigada. Até ultimamente me abateu a mesada, pois diz [que] não pode e que faz sacrifícios. Eu é que não posso aturá-lo. Ultimamente, precisando da sua firma nas duas letras vencidas, uma neste e a outra [no] seguinte, negou-se sem ter nisto o menor desembolso. Bem ao contrário, Manuel João dos Reis.(1) Mas, enfim, apesar de tudo, protesto-as, pois não lhe podia dar volta. Vou ver agora pessoa que ponha o aceite. O Carvalho, mesmo o Faria, mas então carece-se endossante etc. Que mundo patife! A safra este ano há de ser pequena e mesmo porque dei ao cirurgião que me assistiu duas caixas de açúcar; ao Simão Caldeira, quatro, e oito para pagar a carne-seca. Desde janeiro para cá, para nada, nada, nada nada Almeida dá dinheiro. Pago vestuário de negros: noventa mantas, carretos, tudo, tudo. E o alambique não dá para tudo, pois a aguardente está muito barata, bem como o açúcar. Enfim, tu sabes se gosto ou não de poupar, pois gosto muito de dar conta

(1) Manuel João dos Reis, comerciante da Bahia (N. da Editora).

de mim. O pior é estarmos sem cavalos e os bois a morrerem muito. Deus me dê paciência.

Vamos às novidades. Estes três dias passados tivemos luminárias pelo nascimento do senhor infante da Beira. Pois saberás que a gente da Praia fez de tudo tanto caso que só cinco casas ali se iluminaram, sendo uma destas a do Carvalho. A santa gente dali foi debaixo da janela deste quebrar-lhe a pedradas os copos das luzes, chamando-lhe ao mesmo passo "corcunda".(2) Um caixeiro velho que tinha em casa por milagre escapou. Não se podem, sobre estes objetos, dar-se as providências, pois a digna Junta Provincial nada pode e não quer fazer a desgraça de seu país. Saibas mais que seis casas de comércio já se estão aprontando para sair daqui logo que saia a tropa. Pois podiam estar, que a gente é boa e generosa, mas eles querem fingir nisto mesmo altas coisas. Deus se lembre de nós. Eu digo com algumas pessoas sensatas: a finada Junta fez a desgraça do Brasil. Desgraça notável. E mesmo agora, por baixo da mão, trabalham por aniquilá-lo, para se salvarem, pois outra âncora lhes não resta. Que gente! Tenho ouvido coisas! O pérfido Paula, motor de tudo... e ainda tem cara de aparecer. Meu Luís, nada mais posso dizer-te. Ouço que no correio não há maior segurança e, por conseqüência, não falo mais. E remato com pedir-te trates muito de ti. É justo trabalhares pela nação, mas também é justíssimo cuidares da tua vida tão preciosa para a tua família. Maria Francisca muito fala em ti e, assim que apanha, chama horas por seu papá. Está linda. Sabina, boa e aí vai essa carta dela. Adeus, meu amado Luís, adeus, adeus, eu te abraço do meu coração.

[*Sem assinatura ou rubrica*]

(2) Cognome dos reacionários (N. da Editora).

21

Bento a seu pai Luís Paulino

Bahia, 27 de abril de 1822

Meu querido pai:

Muitas e muitas folhas de papel serão precisas para lhe contar os grandes males que tem sofrido a sua pátria, decerto boa terra e sem igual em bondade. Ela sofre e tem sofrido aqueles males que lhe preparam aqueles malvados homens que desgraçadamente nos governaram aí. Meu pai, eu não tenho frases com que lhe possa contar os desastrosos acontecimentos e as suas conseqüências, que ainda duram e só terão fim se o soberano Congresso se lembrar de nós. Aqui ainda há malvados que, com o doce nome da Constituição, fomentam a desgraça deste belo país. Sim, meu pai, eu, com aquela franqueza de meu caráter, direi verdades. Não são só os filhos do país que fomentam a desordem (não porque entre eles não haja malvados), mas sim os satélites do antigo governo, os quais estão em campo para insultar os habitantes, filhos daqui, aos quais chamam "cabras", indignos da Costa de África, enfim toda a casta de impropérios. Eu, como filho de V. S.ª, não posso ouvir sem raiva tais desaforos. Agora vou narrar-lhe o estado da sua pátria, mas não o posso fazer sem que as lágrimas me venham aos olhos! Sim, meu bom pai, ela está algum tanto em desgraça, as gentes fogem para fora como quem se esconde para não ver o último estado de desgraça da sua pátria, os seus soldados estão desarmados e são tratados com o maior desprezo, a guarnição da cidade é feita pelas tropas de Portugal, que, vaidosas da vitória, não se cansam em maltratar a pobre gente do Brasil. A canalha da Praia são os primeiros que se põem em campo para insultar; entre estes há alguns que são homens de bem, poucos. Faltou-me dizer que a cavalaria foi a única

tropa que se juntou às tropas de Portugal. O grande Paula tem brilhado, cada vez mais desavergonhado e ladrão. O Sr. Rosa segue o mesmo trilho. Está em casa de Madeira [...] na Secretaria de Inspeção, a qual chamou a si o general Madeira por peditório dos grandes oficiais de cavalaria, os quais disseram que eu não a deveria ter porque era "corcunda" (quais serão mais? eu ou eles?). O grande general condescendeu ler os ditos [...], tirando-me a dita inspeção, que me tinha sido dada pelo Manuel Pedro sem que para isso eu falasse, pois V. S.ª bem conhece o meu caráter incapaz de pedir. Este general é governado pelo grande Faria e outros da mesma espécie. É bom homem; isto não basta para ser general de uma província como esta. Ouve os tais brejeiros que estão sempre de braço armado contra os brasileiros. Eu sou europeu, mas honrado, e por isso digo verdades. Eles não querem senão sangue e mais sangue, conquista e mais conquista. Estas são as suas palavras. Não é possível que as autoridades estejam separadas. Esta separação faz grande transtorno à boa ordem.

Eu nada mais tenho a dizer a V. S.ª, já bastante tenho dito. Agora só tenho a dizer-lhe que a família está boa e que o seu pequeno neto está lindíssimo e eu por ele agradeço a oferta que V. S.ª fez do dinheiro para um vestido. Maria José muito se recomenda. Não sei se por este navio lhe poderei mandar dois meses de soldo, que já tenho na minha mão, porque aqui não querem sacar para essa [praça], mas eu hei de fazer todo o possível. Se por acaso V. S.ª achar quem o dê lá, manda-me dizer a quem eu aqui o dê todos os meses, pois assim seria melhor. Eu não hei de perder ocasião de escrever a V. S.ª. Deite-me a sua bênção. Este que é de V. S.ª filho obediente,

Bento

22

Luís Paulino (filho) a Luís Paulino (pai)

Bahia, 27 de abril de 1822
[Sem endereço.] (1)

Meu pai:

Tenho tido o prazer de receber duas cartas suas, e seus conselhos, um só instante, se não afastam de mim. Eu tenho escrito por quase todos os navios e agora o faço, bem como a mãe, Sabina e Bento e todos, julgo, largamente.

Vejo os imensos trabalhos que o pai tem tido, sempre em diferentes comissões,(2) um instante não tem de seu. Mas o resultado é de glória, uma vez que é para a felicidade geral da nação. E quão desgraçado não é o homem que expira sem ter sido útil à sua pátria! Estes é que são os verdadeiros infelizes.

Depois da desgraçada catástrofe do dia 14 de fevereiro, não têm havido nesta cidade grandes barulhos. Contudo, dizer-se que tem havido sossego é faltar à verdade, o que eu não sei nem saberei jamais. O general Madeira, comandante d'armas, é homem honrado, isso é inegável, mas, como lhe faltam muitos conhecimentos, fica (como é sabido) não sendo ele, o general, mas sim o secretário que escreve, o amigo que aconselha. E Madeira, além do que acabo de dizer, é também dos esturrados, que assentam que o melhor meio de levar as coisas é à ponta de espada, sem se lembrar que a brandura, às vezes, consegue o que não consegue a força. Pela sua demasiada bondade ou estupidez, dá entrada a homens que o acabam de perder na opinião dos homens

(1) É, de todas as cartas, a escrita em papel de melhor qualidade, com a marca inglesa *Bath*.
(2) Comissões das Cortes Constituintes.

de bem.(3) E nada mais indecoroso que ver um Faria (4) metido no quartel-general dias inteiros e sabendo-se que ele decide de objetos delicadíssimos. Isto, além de repugnar, ofende e ofende muito. A Bahia é testemunha fiel do que este tal Faria pratica há muitos anos. E é no quartel-general desta província que Faria decide de tudo e em tudo fala. Que indignidade!

A tropa do país está desarmada desde o dia da desordem. No dia 25, aniversário da nossa amável rainha, houve grande parada e um só soldado da terra se não viu, à exceção do esquadrão de Legião, que esse, por se ter unido aos nossos corpos da Europa, ficou como antigamente. Não foi preciso ler nos fundos do coração; os semblantes assaz mostravam para se conhecer a melancolia, o pesar que existia, interno. O pesar é mui diferente do ódio: este é escandaloso e repreensível, aquele causa dó a quem tem sensibilidade. Ah, e quem será que culpa os baianos, nos momentos em que se lastimarem por não terem visto os seus patrícios soldados festejarem o aniversário de sua cara rainha? Os baianos, que em todos os tempos têm dado sobejas provas de fidelidade, os baianos, os primeiros do Brasil que, rompendo através de tudo, se foram ligar a seus caros irmãos de Portugal, jurando a sua mesma Constituição! E poderemos culpá-los? Serão acaso criminosos? Que cegueira!

[...] fazendo a guarnição, portanto os corpos aqui destacados, são sem dúvida alguma, bela tropa. Têm excelentes soldados, porém os oficiais é que deitam a reputação por terra: depois de terem, por espaço de dez anos, ganhado a maior glória e merecido o nome de beneméritos, vieram perder num momento, sem dúvida, tanta honra e fazem com que a Bahia desminta seus gloriosos feitos.

Conceberam um ódio a esta pobre gente, inexplicável! As suas palavras são "mata caibras" e cada um no seu canto grita que só ele com a sua companhia arrasaria a Bahia (foge logo, que te parto...). Isto é a pura verdade! Todos os dias, aos nossos olhos, se cometem hostilidades. São a torto e a direito. Está isto um inferno. A ótima e soberba Junta Provincial nada pode atalhar, porque nada governa. Todos os dias é insultada, por cartas vindas na gazeta e escritas na maldita Praia,(5) esta Junta excelente, que

(3) É curioso como o retrato psicológico de Madeira feito por Maria Bárbara e seu filho Luís coincide com o de alguns historiadores brasileiros.

(4) Esta referência, conjugada com as de Maria Bárbara, leva a crer que se tratava de algum comerciante português mal-afamado, da "Praia".

(5) "Praia": designação de uma zona da Cidade Baixa, onde se concentrava o comércio português, foco de extrema oposição a qualquer tipo de nacionalismo brasileiro.

merece o amor e respeito dos homens honrados desta província. O mesmo senhor general Madeira lhe dirigiu um ofício um pouco insultante, sendo este ofício a maior de todas as calúnias. Eu conto.

Há muito tempo que na Bahia há dois ranchos de moleques (Cidade Alta e Cidade Baixa), talvez pela má polícia. Em dias santos ou de procissões estes moleques se juntam e dão uns nos outros, atirando pedradas etc. Dia de São José (19 de março), vinha a procissão e, na sua frente, marchavam mais de 700 moleques; coisa de oito ou dez, que estavam de fora, atiraram para os que vinham na frente da dita procissão. Estes (seriam também oito ou dez, pouco mais) atiraram também pedras. Nisto saem também os irmãos e com as tochas deram tanta pancada que imediatamente acabou aquele quase nada que tinha havido. As pedras, é verdade, acabaram, mas não acabaram as pancadas que se deram. Fazia dó ver a quantidade de gente a quem deram a matar.

E então homens que tinham chegado naquele mesmo dia à Bahia, como Anselmo, ajudante-de-ordens do Carretti, desembainhou a espada e deu em quanta gente encontrou (mulatos e negros). Alguns, com as suas casacas, parados a conversar, foram vítimas deste Quixote. Em uma palavra, seriam vinte os que atiraram pedras, 300 levaram grossa pancada. Isto tudo, que foi presenciado a uma janela por mim, que vi o princípio e final da corja, e posso agora ver o sangue. Pois [há] um ofício do general dizendo à Junta que a procissão foi atacada por ser composta de europeus e levar soldados da L. C. L.(6) e, finalmente, (que arrojo!) que diz antes se tinham feito ajuntamento de pedras, sem se lembrar o tal senhor, que lhe escreveu o ofício, que se está fazendo naquele lugar uma casa de Luís Pedro Rocha, onde haviam mais de 600 mil pedras e, portanto, para que as ajuntar? Foram presos alguns mulatos, por se dizer tinham dado 160 réis a 30 mulatos para atirarem pedras. Saía a menos de 5 réis por cabeça [sic].(7)

Eis aqui, pois, o estado da Bahia. Isto são verdades. A cidade está um pouco solitária, porque uma metade anda por fora. No meio destas coisas todas eu não vejo os brasileiros dizerem uma só palavra. A sábia Junta continua os seus trabalhos com honra e cada vez mais estimada pelas pessoas honradas. As des-

(6) Legião Constitucional Lusitana, que viera de Portugal em 1821 reforçar a guarnição da Bahia.

(7) Tanto este testemunho ocular do incidente como o de Maria Bárbara desmentem a versão de golpe organizado, que consta de alguns estudos históricos, como, por exemplo, *História da Independência na Bahia* de Brás do Amaral (p. 164). Ou será que Maria Bárbara e Luís são parciais? A serenidade e objetividade dos seus juízos noutros assuntos leva-nos a dar crédito à sua opinião.

graças desta província, avanço mais, as desgraças de quase todo o Brasil nascem do malvado governo que acabou de reger esta província. Os tiranos acenderam o facho da discórdia entre europeus e brasileiros, introduziram a intriga por toda a parte. O resultado tem sido a desgraça geral. Nós estamos com os olhos no nosso sábio e augusto Congresso soberano. Sabemos que ali se trabalha para a felicidade geral, estamos certos de que bem cedo delè nos virá o desejado sossego. Exterminem-se por uma vez os perturbadores da tranqüilidade e gozem os excelentes habitantes desta província de uma sorte digna deles. O que se faz muito necessário, meu pai, é escolher comandantes para os regimentos. A Bahia não tem nos seus corpos um oficial que se diga ser bom comandante. Como o podem ser o Paula, de um corpo tal como a Legião, Gonçalves e, finalmente, a artilharia, que, depois que perdeu o bom Borralho, perdeu tudo? Escolham-se, portanto, dignos chefes, um digno comandante d'armas que não seja dos esturrados de partidos, e a Bahia e o Brasil terão sossego.

Bento e eu há oito meses que nada fazemos e em nada nos metemos. As novidades chegam aos nossos ouvidos quando já são velhas em outros. Não seguimos partidos! O nosso partido é o da honra, a nossa marcha a da virtude e assim sempre iremos bem.

Relativo ao engenho, nada há de novo. Grande safra é esta que vem e as outras que vierem.

Adeus, meu caro pai.

Deite-me a sua bênção. Filho obediente,

Luís

23

José Garcês Pinto de Madureira (1) a seu cunhado Luís Paulino

Penafiel, 5 de maio (2)

"Ao Il.mo e Ex.mo Sr. Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França

Deputado em Cortes — Lisboa"

Meu Luís:

Aqui acabo de saber da traição de que ousou já atacar-te esse infame Barata.(3) Se eu aí estivesse, e como não era deputado, nesta despicaria eu lhe faria sentir o couro de um chicote, arma para despicar tais afrontas. Enfim, agora o que me atormenta é o teu estado de saúde, que na verdade deve ser alterada com tal acontecimento. Estas gentes destes lugares, tuas conhecidas, todas têm sentido este caso. Manda-me dizer como te achas e se a queda te fez mal. Tivemos sustos! Lá vi os debates da Bahia. Como estará minha irmã e sobrinhos?

(1) Irmão de Maria Bárbara. Servia com Luís Paulino no regimento de cavalaria de Coimbra, quando as tropas napoleónicas, sob o comando de Junot, ocuparam a cidade. Ao contrário de seu cunhado, aceitou inscrever-se na Legião Portuguesa e comportou-se heroicamente na Campanha da Rússia, de que deixou um interessante relatório. De regresso a Portugal foi, como os seus companheiros, suspeito de "francesismo" ou "idéias revolucionárias" e sofreu algumas perseguições.

(2) Esta carta é de 1822, tendo em conta as referências ao incidente das Cortes em que o deputado republicano brasileiro Cipriano José Barata de Almeida empurrou Luís Paulino por uma escadaria do palácio das Necessidades.

(3) Cipriano José Barata de Almeida, também deputado da Bahia, de tendências republicanas, que, como se diz em outras cartas, empurrou Luís Paulino pela escadaria do palácio das Necessidades, onde se realizava o Congresso.

Eu vou ao casamento da menina Pamplona;(4) parto amanhã. Minha mãe e mana ainda se conservam no Porto, minha mulher, na Mouta e se recomenda muito e sente como eu o teu incômodo.

Adeus, meu Luís. Teu do coração,

J. G.

(4) Deve tratar-se do casamento de D. Maria Mância Teixeira Vahia (com seu primo Fradique de Sousa Alvim de Lemos), filha e herdeira do 1.º conde de Subserra, Manuel Pamplona Corte-Real, que fora companheiro de José Garcês na Campanha da Rússia como chefe de Estado-Maior da Legião Lusitana.

24

Maria Bárbara a Luís Paulino

Bahia, 12 de maio de 1822

Meu Luís da minha alma:

Há poucos dias que tive o gosto de escrever-te e, sempre que sei partem embarcações, o faço. Tenho constantemente recebido cartas tuas, que ao infinito me consolam. A última foi vinda na *Conceição.*(1) Dizes-me nela que tens saudades minhas. Eu te acredito regulando pelo meu coração. Sim, meu Luís, estou só, só. Falas-me que se te demorares mandas-me buscar. Eu bem gosto teria de abraçar-te, mas crê que, se não tinha ficado, o engenho Aramaré dentro em pouco "era campo onde foi Tróia". E bem que com as minhas poucas forças o não possa adiantar, com a minha vista ao menos afugento as harpias que queriam devorá-lo! A safra foi pequeníssima. Chuvas contínuas, mas fechamos com dois mil e quatrocentos e sessenta pães. Chegaríamos aos três mil se a minha doença não me mandasse embora daquele lugar. Têm-nos morrido muitos bois e, a não ser os 36 que comprei, pobre de mim. Este ano precisam-se muitos e cavalos, aliás não se fará nada. Já te avisei que me desfaço de Almeida, pois comigo se tem portado muito e muito mal. Recusou, enfim, firmas às letras. Vi-me doida, e uma sempre se protestou e mais dinheiro [se] gastou. Mas podes estar descansado que Manuel Francisco de Sousa firmou ambas. Aqui anda braço do grande meu irmão Henrique,(2) pois, como não pode ver Luís, blasfema. E com o Almeida se prova, pois, logo que o dito Sr. Henrique chegou, imediatamente houve mudança no Almeida. Quer que eu faça mi-

(1) Deduz-se ser o nome de um navio.

(2) Henrique Garcês Pinto de Madureira, um dos muitos irmãos de Maria Bárbara. Veio do lado Garcês o nome Henrique, usado na família Pinto da França.

lagres e reduziu-me a duzentos mil réis por mês. Pagas as casas e pequenas coisas, vê o que me pode restar. Enfim, a safra seguinte, se não faltarem bois e cavalos, pode ser grandíssima, pois temos cana própria para mil e oitocentos pães. Que negro péssimo é o tal feitor. Muito te sangrou e a combinação ia adiante, mas eu desfiz-lhe os arranjos dele e dos amigos. Enfim, a minha presença ainda é aqui necessária, pois, meu amado Luís, quando eu voltar nessa é para não tornar. E Luís deve ficar, ainda que seja por alguns anos, administrando, a fim de pagarmos dívidas daqui e de lá, pois, logo que tu não estejas nas Cortes, o teu soldo e qualquer coisa nos pode chegar com a linda Maria Francisca. A quinta da Telheira (3) deve ser, nos verões, o nosso asilo. Eu não me esqueço do quanto recomendas. Os nossos filhos são homens de bem e vão no caminho direito. Sossega. Bom seria arranjar-lhes alguma coisa.

Vamos agora às novidades da terra, pois que tenho portador seguro. Aqui, meu Luís, tudo irá bem, segundo o meu fraco pensar, logo que a tropa saia daqui ou fique debaixo das ordens da Junta Provincial. Tu não podes formar idéia da rivalidade que há entre europeus e brasileiros, e os malditos praístas fizeram este mal irreparável. Não se iludam aí: nada fazem com os brasileiros por força. Doçura e mais doçura, igualdade e mais igualdade. Asseguro-te que, se o Príncipe tem partido, o Brasil estava a esta hora em perfeitíssima anarquia. Teriam corrido rios de sangue e nisto nada ganhava o pobre Brasil e muito perdia o bom Portugal. Tu cansas-te aí, matas-te pela nação. E umas poucas de más cabeças deitam tudo, como lá se diz, "à gaita". Pobre Luís Paulino, tens dado a tua existência, os teus bons dias, pela tua nação e pela tua pátria. Queira o céu ao menos que os teus amores e trabalhos se aproveitem. O caminho da honra é grande, o ser virtuoso é um bem, mas nestas fatais épocas o malvado é o que desfruta.

Torno a repetir-te, isto já não vai por força nem com panos quentes. Ah, sobre quem fez o mal é que devia recair a pena. Felizmente temos aqui uma Junta Provincial, que parece foi mandada por Deus. Que homens, que Francisco Carneiro, que presidente! Não há nada melhor. Apesar da malvada Praia, ainda não puderam dizer nada deles. Virtuosos, firmes, desinteressados, amantes da pátria e da nação, logo que eles possam governar, coisas

(3) Quinta situada no lugar de Coimbrões, freguesia de Vila Nova de Gaia, e havia sido incluída por Bento José d'Oliveira no vínculo ou morgadio instituído por ele a favor de seu filho Luís Paulino. Consta duma lista de bens do morgadio da Fonte Nova elaborado para o 2.º conde da Fonte Nova, em meados do século XIX, como rendendo 144$000 anuais. Foi vendida pelos irmãos mais velhos do meu avô, que a haviam herdado já após a extinção da lei dos morgadios.

grandes se farão e ninguém desejará sair da Bahia. Digo governar, pois eles deixam passar mil coisas, pois não têm força e não querem ver a lei achincalhada. Francisco Carneiro é um sábio. Aí se verão papéis que bem provam o que acabo de dizer-te. A Bahia é dócil e estou certa [de] que quer união e mais união. Os seus papéis o provam. Eu não digo que uns poucos dos seus [...] desejassem males para subtraírem-se a pagarem o que devem. Mas o geral quer união e igualdade, não há dúvida. Tenham paciência, deram-lhe asas e agora não se lhe pode cortar. São muitas e aves altivas por natureza, principalmente as de cor. Eu tenho muita pena de ti, pois conheço-te como a mim. Que cuidados tudo te dará. Eu também os tenho, pois estás sempre presente à minha idéia e dos filhos. Deus se lembre de nós e sossegue tudo, se é possível. Da nossa filha, há dias que não tenho notícias. Vou ali mandar [saber], mas com aquele homem (4) nada se faz. Contudo, trata bem a menina, mas eu não sei como poderei um dia separar-me dela. Eu não resistirei a um tal golpe, mas será preciso.

Eu te mandei dizer numa minha carta que não escrevesses mais ao Henrique. Agora te digo a razão: recebeu a tua carta, depois de dizer horrores de ti a frei Francisco, acabou com o seguinte: "Escreveu-me! Ora, que se não canse que resposta não terá". Que tal? Ele está na cidade, mas para mim é o mesmo que não estivesse. Estou seriamente agoniada. Dizer mal da virtude é crime horrível! Não posso perdoar-lho. Tudo foi inveja. Pois que se mordam, que se ralem. Tu tens andado o teu caminho bem direito; quanto tens deves a ti e não à mentira, à traição etc., etc. Isto me consola: e eles, carregados de ouro, estão doentes, velhos e tristes. Blasfema o tal meu mano dos brasileiros e ele não está seguro e, algumas vezes, tem desamparado a casa com medo. Ele bem sabe o que tem feito!

Também, na última carta que te escrevi, te mandava dizer tivesses cuidado não fossem lidos os teus papéis e as minhas cartas. E agora remeto-te as cartas que me fizeram advertir-te. Lê-as e rasga-as. Se chegassem a ir [a] Aramaré... E em todos os correios vêm cartas. Sabe Deus o que para ali se diz, pois temos grandes peças nos crioulos! Mas, basta! Adeus. Aceita mil e mil saudades da tua, toda tua,

Maria

P. S. Maria Francisca manda muitos, muitos beijos e eu desejo de dar-tos, ouviste?... Manda-lhe os vestidinhos, pois me persegue que seu pai se esqueceu.

(4) Rodrigo Antônio Falcão Brandão, 2.º barão de Belém, casado com a segunda filha do casal, Maria Sabina.

25

Bento a seu pai Luís Paulino

Bahia, 14 de maio de 1822

Meu querido pai:

Agora que parte desta uma fragata francesa para essa, não quero deixar de dar a V. S.ª todas as notícias que esta infeliz terra tem sofrido e sofrerá até que venham algumas providências do Congresso.

Eu, como europeu e um homem de honra e sem ser de partidos, digo sempre as verdades. A Bahia não aspira senão igualdade. Sim, como as demais províncias, esta tem sido vítima dos insultos que todos os dias lhe fazem os homens da Praia — boa gente — apoiados pelos soldados de Portugal, os quais tratam este país como uma verdadeira conquista, insultando, dando pancada em todas aquelas pessoas que eles julgam serem brasileiros.

O besta do Madeira, que nada faz pela sua mão, é governado pelos capitães bestas e Paula, juntos com os satélites do antigo governo, que de todo se apossaram da vontade dele. Dos do governo civil, não fazem caso deles, até os têm achincalhado em gazetas. Enfim, tudo é desgraça. Se V. S.ª visse a sua terra no estado em que se acha, decerto lhe viriam as lágrimas aos olhos. Não há um só soldado do país armado; os que resistem são maltratados pelos de Portugal quando por eles passam. A gente da cidade tem fugido para fora, os senhores de engenho não vêm à cidade. O povo treme, a cada passo, que haja outro dia 19. Os homens de bem como há são intrigados pelos Paulas, [...], Resendes. Estes e outros como eles são os verdadeiros constitucionais. Veja V. S.ª que belas coisas se não farão. O besta do Madeira me faz muita festa, mas eu sei que ele me não pode ver.

Ainda não pude entender por que razão se lembraram de um burro para governar uma província desta ordem. Aqui presumo que anda mão oculta que quer perder o Brasil.

As notícias do Rio de Janeiro são boas. Ali tudo está tranqüilo, assim como nas outras províncias.

O Príncipe vai-se mostrando muito constitucional. Eu posso afirmar a V. S.ª, se ele não toma a resolução de ficar, já a estas horas não haveria união e a guerra teria abrasado aquelas províncias. Agora tudo está à espera de ordens das Cortes. Deus queira que venham a favor deste país, senão temo que... Nada mais digo. V. S.ª conhece bem as coisas.

Não tenho mandado o dinheiro dos soldos que tenho na minha mão, que são três meses, que, com um que V. S.ª mandou dar ao seu netinho, fazem quatro. Os negociantes não querem dar letras para aí, mas eu hei de fazer todo o possível por os remeter pelo *Mercúrio*.

A família se recomenda. O seu netinho está cada vez mais bonito. A mãe escreve por esta mesma fragata. Queira V. S.ª deitar-me a sua bênção.

Seu filho obediente,

Bento

26

Bento a seu pai Luís Paulino

Bahia, 18 de maio (1)

Meu querido pai:

Por uma fragata francesa que há dias daqui partiu para essa, largamente lhe escrevi e agora nada mais se me oferece dizer do que já disse.

Aqui tudo está ansioso por que cheguem navios dessa para sabermos do resultado do projeto da Comissão, que muito interessa à gente deste país [...]. Há boa gente e querem a união, mas esta com igualdade. Eu julgo que isto não é trair, como alguns querem inventar. Inimigos chamo eu a estes que querem ver se transtornarão a ordem das coisas para ver se podem trepar-se no poleiro. V. S.ª bem me entende. Eu sou sempre homem de bem porque sigo o carreiro da honra e muito me guio pelos ditames de V. S.ª. Eu entrego nas mãos de V. S.ª a minha sorte, pois sei que ninguém se interessa mais pela boa sorte dos seus filhos que meu pai. Não mando o dinheiro do soldo, como já disse na outra carta, porque estes nossos senhores negociantes não querem fiar dinheiro para essa [praça]. Eu tenho em meu poder três meses de soldo. Eram quatro, mas um deu V. S.ª a seu netinho, ficaram três. Se V. S.ª arranjar que aí lho dêem, mandando ordem para eu aqui o dar todos os meses a pessoa que V. S.ª de lá mandar dizer, será este o único modo de ter todos os meses o seu soldo. Hei de fazer todo o possível por remeter estes que tenho em meu poder pelo navio *Mercúrio*, que deve sair por estes dias. Minha mulher se recomenda e agradece o bom tratamento que

(1) Pelo seu conteúdo, esta carta é de 1822.

V. S.ª tem feito a seus pais.(2) O seu neto está muito lindo e gordo. Minha mãe morre por ele. Vamos passar muitos dias no forte, com ela. A família toda está boa e Sabina está lá fora com seu marido. Eu fiz uma plantação de cana no engenho, que espero moer no meio da safra. O engenho está com muita cana, é provável que faça uma grande safra. A mãe pretende ir em agosto para o engenho e hei de a acompanhar, se aqui estiver. Deite-me a sua bênção.

Seu filho obediente,

Bento

P. S. Pelo *Mercúrio* direi mais alguma coisa.

(2) Por referências em outras cartas, sabe-se que Salvador Pereira da Costa, a sua mulher, seus sogros se encontravam em Portugal, de onde regressaram no fim de maio.

27

Maria Bárbara a Luís Paulino

Bahia, 23 de maio (1)

Depois de mandar ontem entregar a Guenebaud (2) a grande carta que deve levar-te o comandante da fragata francesa, lembrei-me mais de dizer-te que Acciavoli já não vai este ano. E, coitado, também lhe aconteceu uma desgraça que para ele é grande. E é o seguinte: o administrador, homem forte, segundo dizem, e o feitor foram mortos por alguns negros do engenho dele, o que não é novo nestes países. Mas, em troca dos dois, o regimento que foi a prendê-los matou-lhe logo 25 e prenderam-se-lhe 18. Coitado. E os *matas matas* ainda acham pouco. E o sovina Osório (3) quer fazer deste caso coisa grande, dizendo: — já se principia. Por mais que se lhe diga: — muitas vezes têm acontecido fatos desta natureza —, teima a fazer bulha com isto. Santa gente. Torno a repetir-te, ninguém é mais amante de sua pátria do que eu, mas não posso ver sem nojo muitas coisas. E o pior é que um punhado de brejeiros perderão [sic] de certo esta rica parte do Reino Unido. Já se não conciliam e algumas falas dos deputados têm aqui feito males para a nação, incalculáveis: Bento Pereira do Carmo, Trigoso (4) e Vasconcelos. Enfim, queira a sorte que esse respeitável Congresso atine em tudo para bem geral. Chamberlain (5) me deu muitas e muitas notícias tuas e entregou cartas

(1) Creio que esta carta é de 1822. Na carta de 13 de abril de 1822, Maria Bárbara fala da ida de Acciavoli a Lisboa e de que por ele enviaria os cabelos da família. Além disso, se fosse de 1823, mencionaria de forma mais dramática os acontecimentos da Bahia, então já a chegar ao fim, e não podia mencionar as Cortes.

(2) Cônsul da França na Bahia (N. da Editora).

(3) Parece tratar-se do coronel da Legião Lusitana, João de Gouveia Osório (N. da Editora).

(4) Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, autor de interessantes *Memórias* sobre as Cortes, Coimbra, 1933 (N. da Editora).

(5) Henry Chamberlain, cônsul da Inglaterra no Rio de Janeiro (N. da Editora).

e papéis. Já partiu para o Rio de Janeiro. Diz que tu tens um insano trabalho.

O comandante desta fragata esteve no Rio. Conversa com ele se quiseres daí saber alguma coisa. Adeus, adeus, meu Luís. Adeus.

Tua

Maria

P. S. Vão os cabelos que pediste, meus e dos nossos filhos.

28

Salvador Pereira da Costa (1) a Luís Paulino

[Sem data.] (2)

"Ao Il.mo e Ex.mo Sr. Marechal Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França

S. C."

Já ontem, quando respondi a V. Ex.a lhe fiz ver os motivos que me obrigam a desejar quanto antes embarcar e agora os declaro melhor.

Além de ser esta corveta *Regeneração*, da Fazenda Nacional, em que eu vou com uma simples portaria e sem alguma despesa, vou partir já, poupando-me às despesas que infalivelmente hei de fazer ficando, já em vestuário e já em escassez para passeios, sujeitando-me a esperar por passagem em um navio de carreira, que pedirá 300$000, ou o que bem quiser, pois que não se obriga a levar-me; e tudo isto vem fazer para mim uma diferença de 600 a 800$000 réis. Com que, veja V. Ex.a como são ponderosas estas razões para quem está fora de casa há 6 meses, sem receber soldos e com a bolsa vazia, e sem querer mendigar ou ser pesado a alguém.

V. Ex.a, para beneficiar-me, o que deve fazer é dirigir-se amanhã à casa do Quintela,(3) ministro da Marinha, a pedir-lhe

(1) Sogro de Bento da França. Oficial de Exército, seguiu a causa brasileira e foi depois encarregado de negócios da legação do Brasil em Lisboa. Caráter arranjista, como se conclui deste e de outros escritos.

(2) Esta carta deve ser de maio de 1822, pois foram os Pereira da Costa que trouxeram a Maria Bárbara as notícias do incidente de Luís Paulino, nas Cortes, com Cipriano Barata, conforme carta desta de 28 de junho de 1822.

(3) Inácio da Costa Quintela, vice-almirante, ministro da Marinha (N. da Editora).

que lavre uma portaria para que o comandante da *Regeneração* dê, ao coronel Salvador de tal, um dos camarotes da câmara que estão destinados a oficiais subalternos que vão de passagem, inclusive um capitão de Pernambuco que vai encaixar-se na Legião, não sei para quê; até seria bom que o desembarcasse para não ir preterir os oficiais de cavalaria, que hão de arder com este despacho, e assim tenho eu cômodo. E espero de V. Ex.ª, de que sou obrigado e amigo.

Salvador

29

Maria Bárbara a Luís Paulino

Bahia, 29 de junho (1)

"Il.mo e Ex.mo Sr. Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França

Deputado em Cortes etc., etc. — Lisboa"

Por esta mesma embarcação, meu adorado Luís, tu receberás uma longa carta, debaixo do nome que me deixaste. Resolvo-me a mandá-la assim, pois vejo pelas tuas que poucas das minhas cartas têm chegado às tuas mãos. A consciência do administrador deste correio, dizem, não é das mais ortodoxas. Creio que estarás certo do nome que me deixaste, que era o daquele capitão que morreu em Chaves. Por ela verás sucintamente como vivem as pessoas honradas, nesta desgraçada província. Eu não digo que todos os brasileiros são virtuosos, não digo que todos são amantes da boa ordem e da lei, pois que em toda a parte há um bocado de mau caminho. Digo sim, e diria à face de Deus, se fosse possível ser chamada, que se têm aqui sofrido muitas violências e que com a capa de boa ordem se saciam vontades e mantêm ódios. Todos os dias se finge que os negros são temíveis, a fim de as tropas permitirem [que] aqui [se] armem os regimentos da província e não tenham medo. Eu estou no Brasil há 12 anos e, falando-se tanto nos perigos que podem haver em razão da escravatura na província da Bahia, no decurso deste tempo, que de mortes que tem havido? Nada, nada, só boas leis e doçura. Tudo o mais é peta. Tu já aqui estiveste e deves saber como isto corre. Enfim, peça-se a Deus que os homens sejam virtuosos, que tudo

(1) Esta carta é evidentemente de 1822.

irá bem. Eu bem prego contigo: caminho direito! Mas isso é o que não lhes faz conta. O torto é quem lhes dá para deboches e calca-se quanto há de divino; amor da nação para eles é um fantasma. "Vivam as Cortes, viva El Rei", alto e baixo o nosso interesse, embora a nação se perca... Cruel espírito, o do interesse. Mas basta, meu Luís da minha alma. Dá-me sempre notícias tuas, pois é o que mais ambiciono.

A tua

Maria

30

Maria Bárbara a Luís Paulino

Bahia, 28 de junho de 1822

Que posso eu dizer-te do estado do meu coração, depois que recebi a tua carta e a notícia da maneira vil e baixa com que queriam roubar-te a vida.(1) Um dia inteiro, apesar de D. Rita (2) me assegurar que estavas bom, não enxuguei [os] olhos e não tenho descanso sem de novo receber letras tuas. Que homem traidor e cobarde, que assassino infame! Eu, eu tenho ânimo de tirar-lhe aquele coração, asilo de todos os vícios! Meu Deus, se eu te perdia? Ah, do que serve a virtude? Os malvados são os que desfrutam e os homens de bem gemem. Este teu caso tem sido sentido pelos homens de bem. A baixa plebe e a estupidez fazem cálculos correspondentes às suas idéias. Tiram delas o que lhes parece análogo às mesmas. Sim, que Barata monstro é grande patriota, que para salvar o seu amigo é que [dizem?] que tu no salão das Cortes tinhas falado mal de Manuel Pedro. Embora se lhe diga que não há tal, a maldita canalha, percussora do mal, a nada atende. Enfim, o céu salvou-te e a tua virtude continuará a livrar-te dos teus inimigos. Dos inimigos da ordem, da pátria e da

(1) Refere-se certamente ao incidente entre Luís Paulino e outro constituinte brasileiro, Cipriano José Barata de Almeida. Este desentendimento resultaria de alguns brasileiros constituintes considerarem que Luís Paulino era um obstáculo ao caminho para a Independência. As Cortes funcionavam no convento das Necessidades, hoje Ministério dos Estrangeiros, e de um patamar, durante a altercação, Barata empurrou Luís Paulino pelas escadas abaixo. Das lesões deixadas por essa queda ter-se-á desenvolvido uma tuberculose, de que Luís Paulino morreria dois anos mais tarde. Este incidente ocorreu no dia 2 de maio de 1822 (v. p. 39, tomo 6.º do *Diário das Cortes Gerais*).

(2) D. Rita Cândida de Sousa (natural da Bahia), mulher do coronel Salvador Pereira da Costa, pais da 1.ª condessa da Fonte Nova, D. Maria José Tovar da Costa, nora de Maria Bárbara. Só morreu em 1871, na quinta Fonte Nova, em Caxias. As irmãs mais velhas do meu avô ainda se lembravam da bisavó, que morreu louca e arranhava as portas durante a noite.

nação. São muitos e, com capa d'amor da pátria, rasgam-lhe o coração.

Recebi todas as cartas que me mandaste. Flores e Castro não vieram, mandaram-mas. Por ora não posso enviar-lhes açúcar, pois [devido ao] rigoroso inverno, da mesma pequeníssima safra que houve, ficou em cima grande parte, e o açúcar esteve e está de graça. As contínuas desordens têm posto esta bela província em puríssima miséria. Pobres habitantes dela, que bem têm sofrido. E ainda se ralha deles e ainda são insultados. Que mais lhe querem? Dar-lhe ferros. É só o que falta. Fatal política tem sido a da conservação desta tropa: roubos, insultos constantes é o que cabe na partilha desta cidade malfadada. Mas ninguém deve dar um ai. Tudo é justo, tudo é santo. Só são culpados os tristes brasileiros. Sim, vivemos mal agora, mas a quem se deve este mal? À tropa, pois a moribunda Bahia ainda perneia às vezes. Há oficial aqui que diz que nem ar tem para respirar. Um destes é o digno Cid,(3) pois sempre tem as suas janelas fechadas para não o atacarem com gestos e palavras. Posso assegurar-te que, se daí mandam um só homem mais, aqui fica a Bahia deserta, pois muitas famílias tencionam abalar. Anteontem chegou o brigue *Audax*. Fizeram coisas inauditas. Os marujos, a tropa abraçavam-se pelas ruas. Ameaçavam os habitantes, pois disseram ou fizeram grassar a notícia de que o comandante certificara de que viu pelas esquinas editais assinados, para quem quisesse fretar embarcações se dirigisse ao almirantado. Que era para trazer tropas para a Bahia. Este rumor pôs em desesperação a pobre gente daqui, verdadeira vítima de quatro más cabeças.

A digníssima Junta vai-se mantendo honrada e briosamente, mas sem apoio. A facção mercantil, cada dia mais insolente e temível. Daquela Praia, foco do mal, sobem nossos desgostos. Que gente! Os ratos do porto, com o poder na mão. Eu, a falar-te neles, encheria resmas de papel. Ninguém está seguro dos seus insultos! Por esta mesma embarcação saberão aí de terem na Cachoeira aclamado o Príncipe Regente. E então, por esta causa, estiveram a sair quatro canhoneiras com 400 homens para baterem, arrasarem a Cachoeira. Mas a Virgem da Paz meteu-se de permeio e não mandaram por ora. Bem que ouvi quererem cair sobre Santo Amaro e São Francisco, pois que amanhã, dia de São Pedro, estão ali dispostos a fazer o mesmo. Deus se lembre de nós, pois com estas notícias só se vê gente fugindo, gente tremendo. Não entendo este modo de governar. Do Rio têm che-

(3) José Feliciano de Morais Cid, militar brasileiro, depois general (N. da Editora).

gado sempre notícias e tudo aí está quietíssimo. Pernambuco, o mesmo. Já ninguém ali dá volta. Assim o quiseram, assim o tenham.

Os nossos filhos, que cuidados me deram. Que susto tenho sempre por eles e dó. Pobre Bento, está magríssimo. Em nada fala, em nada se mete, mas, por isso mesmo, é odiado da tropa européia, que se não cansam, de acordo com a Praia, de falarem nele. Mas embora bramem, ele mantém-se inabalável. Contudo, um dia ele pode perder a paciência. Da nossa malfadada Sabina,(4) luta [...] acima de quanto possa dizer-se. Nada posso hoje dizer-te, apesar de para lá mandar José Romão e Santos, pois, ouvi, estava [...], o que acredito, logo que me asseguram que Rodrigo (5) foi o que na Cachoeira, com José Garcia Pacheco, aclamou o Príncipe. Eu não sei como ela vive entre tantas penas. Eu choro continuamente por ela e sem poder dar remédio aos meus males, pois que ela ama cegamente a víbora que a morde. Nada sei, torno a repetir, dela, pois me não escreve. Nem mesmo da menina,(6) eu nada tinha sabido. O céu me traga boas notícias, pois eu, se ouço qualquer [coisa] que seja desagradável, não sei como resistirei. Maria Francisca está muito boa, falando sempre no seu papá e esperando a remessa dos enfeites, que não há nada mais amigo de coisas bonitas.

Ora, falemos da nossa pobre casa de cá. Desde fevereiro, Luís ali não pôde voltar, pois logo se levantava que ia a fim de juntar tropas e outros horrores maiores. Por conseqüência, está tudo ao deus-dará. Casimiro [?] justa novo dinheiro adiantado. E, em suma, tudo perdido. O negro, desesperado por lhe terem ido às mãos e de mãos dadas com os piores lavradores do mundo. Eu, sem dinheiro para o fabrico, pois o grande Almeida o não dá, pois, como com as coisas que já nesta te pondero, não teve caixas bastantes. Creio que nem a mesada me quererá dar, apesar de eu lhe ter segurado não ficar a dever um real. Tudo tem sido contra nós. Até a minha doença acabou de pôr o engenho em mais desordem. Que má safra! Não te mando a conta já, pois o Casimiro ainda a não mandou, mas isto não te dê cuidado. Trata da tua saúde. Eu de nada me esqueço e sei o que devo obrar em caso de desgraça. Contigo, num canto do mundo, eu viverei contente.

(4) Destas e de outras alusões se depreende que a filha não era feliz no casamento.

(5) O genro Rodrigo Antônio Brandão, futuro 2.º barão de Belém.

(6) Tratar-se-á de uma filha de Maria Sabina. Até agora não encontrei referências à descendência dos 2.os barões de Belém.

Tive cartas do mano Antônio,(7) em que me diz tu tinhas escrito e que tornava a [...] os daqui. No mesmo, Feliciano (8) procurando-me. Henrique,(9) fugindo de ver-me, politicando como hão de acabar de conquistar este país, que a ambos deu vida, se é verdade que o dinheiro é sangue. Enfim, não quero cansar-me em falar de ingratos, que como tal reputo Henrique, pois que diz horrores de ti. Não sei por que motivo há de mudar em te vendo. Estes incensadores do valimento são cruéis.

D. Rita e Salvador (10) vieram-te muito obrigados. Acham-se agora em casa do cônsul, pois o marido tem medo de sair de noite e dos malditos assopradores, que puseram pasquins no dia da sua chegada, dizendo-se-lhes deviam tirar as vidas. Que tal? Vê a tua terrinha, a que estado chegou, que a Praia e o Faria d'Água Branca é que governam.

Dia de São João deram um jantar alguns dos oficiais lusitanos, não sei em qual dos clubes e, antes de se sentarem à mesa, trouxeram o retrato do Príncipe. Em ar de enterro meteram-no debaixo da mesa e, a cada saúde que faziam, deitavam os pingos sobre o dito retrato. Que horror! Eu tremo só de pensar nisto. O filho do chefe da Monarquia, do bom, do piedoso D. João VI, assim achincalhado! Valha-nos Deus e traga sobre a Bahia ar puro que respiremos. O de hoje é venenoso, é impuro!

Aceita do honrado Acciavoli mil recados, amor de todos, enfim, que merecem a tua amizade. Adeus, adorado Luís, minha consolação e vida. Adeus, sou toda tua,

Maria

P. S. Dá essa cartinha a José Francisco.

30 de junho

Torno a abrir esta, para dizer-te que na Cachoeira tudo está tranqüilo, não atacando ninguém, querendo em tudo unir-se a Por-

(7) Antônio Garcês Pinto de Madureira, que vivia no Rio de Janeiro, ao Campo Santana, antigo desembargador dos agravos extravagantes da Corte de Suplicação, depois promotor das Justiças do Brasil. Nascera, como seus irmãos, em Penafiel, em 1777, filho de José Cardoso Garcês Pinto de Madureira, sargento-mor de Penafiel, cargo hereditário da família. Foi em sua casa que se abrigou Luís Paulino, quando D. Pedro I o autorizou, por motivos de saúde, a desembarcar no Rio nos fins de 1823. Daí partiu para a viagem em que morreria, em janeiro de 1824.

(8) Outro irmão de Maria Bárbara, Feliciano Garcês Pinto de Madureira.

(9) Outro irmão de Maria Bárbara, o brigadeiro Henrique Garcês Pinto de Madureira, que D. Pedro I expulsou do Brasil em 1823.

(10) De novo se refere aos pais de sua nora, Maria José.

tugal, já se sabe, ficando o Príncipe. Os vivas todos são à Constituição. Cortes, Rei e Príncipe, mas dizem, se os forem atacar, hão de resistir enquanto tiverem alento. Uma canhoneira que lá estava foi já tomada, pois fez fogo sobre a vila. E dizem hoje que saem, com certeza, 500 homens para ali. Daqui a pouco não haverá nem farinha nem carne. Deus nos acuda! Madeira com a sua política acaba de reduzir esta província ao nada. Agora principia a tirar devassas e a fazer Conselhos de Guerra. Qual será o resultado? As mentiras são horríveis, espalhadas por eles, pois já [se] inventou, que calúnia, que a Cachoeira proclamou a Independência, que puseram laços escarlates.

Enfim, eu desespero com ver acabar assim minha desgraçada pátria e o fértil Brasil. Hoje o Paula e Vitorino Serrão foram a uma casa, arrombaram a porta, examinaram tudo e inventaram que o homem queria envenenar as águas. Enfim, assim não se vive e esta pobre gente nada faz. Tudo, tudo são petas e ficções para os seus infernais projetos.

Pelo brigue *Audax* contarei o que se passar.

Agora, adeus, adeus.

31

Bento a seu pai Luís Paulino

Bahia, 30 de junho (1)

Meu querido pai:

Males sobre males sofre esta linda terra e creio que ainda sofrerá mais, porque o orgulho da besta do general e suas tropas tem chegado ao maior ponto. Aqui já não há segurança pessoal. A terra está uma perfeita conquista. O general é governado por Faria, Paula e por toda a mais canalha que lhe quiser dar conselhos.

Agora estamos em grandes sustos, porque chegou aqui uma notícia de que no Rio se estavam preparando três fragatas com tropa, para virem a esta cidade por ordem do Príncipe. O general e os seus malvados conselheiros dizem não reconhecerem nem as tropas nem o Príncipe, ainda que pessoalmente venha. Os preparativos estão feitos. Toda a artilharia, munições, pólvora e trem de guerra se acham na fortaleza do Barbalho. A guerra pode romper qualquer dia. A gente da cidade foge espavorida para fora. Os insultos dos soldados e dos perversos da Praia são todos os dias a mais. Eu tenho sido vítima de intriga, e agora muito mais, e já não sei como me possa conduzir. Meu pai sabe o meu caráter, eu sigo sempre o caminho da honra, mas isto não basta nas atuais circunstâncias. Esta desgraçada província não quer mais do que unir-se ao Rio, como as outras têm feito, e é de justiça. Eu sou europeu, mas sempre hei de dizer que os brasileiros estão cheios de razão e, para prova, basta ver a conduta das tropas de Portugal, neste país, que tudo julga ser seu. Deus nos dê algumas boas notícias por um navio que daí se espera; quando não, tudo será des-

(1) Pelo seu contexto, esta carta é de 1822.

graça. O governo da província é composto de homens de bem e honrados a toda a prova, mas o ser honrado não basta, porque eles são insultados como eu e como os outros que pensam no bem da nação. Eles são figuras de palha, porque o senhor burro Madeira com seus satélites são os senhores da província. Não tenho, meu pai, palavras com que lhe possa pintar o estado desta infeliz terra e não sei quando acabarão tantas desgraças.

O Brasil quer união com Portugal, mas já não quer o sistema que lá tem adotado. No Rio, já está estabelecida uma Assembléia das Províncias unidas, que principiou a legislar como V. S.ª verá pelos papéis públicos que aí devem chegar.(2) Eu apenas digo é que só deste modo se poderá conservar a união, pois, de outro modo, as províncias iriam cada uma para a sua banda, porque ainda lá temos muitos Baratas nefastos, havendo certeza que foi uma fortuna a ficada do Príncipe neste país, pois, se assim não fosse, a esta hora estariam em perfeita anarquia todas as províncias. Eu hei de fazer todo o possível para não me comprometer, ainda que tenha contra mim muitos inimigos que me querem perder, os quais V. S.ª conhece. Eu vivo no Brasil, pertenço ao Exército de lá, quero a união das províncias, pois só deste modo é que Portugal pode ser feliz. Todos os meus inimigos o são, porque eu quero o bem do Brasil e não digo como eles mesmos: os cabras regem o Brasil. Estas são as palavras de que usam os praístas e tropa que é apoiada pelo cavalo Madeira. V. S.ª há de ter visto os ofícios dos nossos honrados governadores. Tudo o que eles dizem são verdades que eu posso jurar. Mais quisera dizer, mas não tenho palavras. Enfim, tudo são males, males e males.

Remeto uma letra de três meses de soldo, que muito me tem custado a conseguir, porque não querem dar letras para essa. Tirei um mês, que foi o que V. S.ª deu ao seu netinho, que está lindíssimo. O mais que for recebendo, irei mandando como puder.

Aqui chegou o Salvador,(3) com muito boa viagem, e ele se recomenda, assim como a Sr.ª D. Rita e Maria José. A mãe está bem e toda a família. Deite-me a sua bênção.

Seu filho obediente,

Bento

P. S. Mande-me a minha licença, pois é bom que eu a tenha na minha mão.

(2) O Conselho dos Procuradores das Províncias instalou-se no Rio de Janeiro a 2 de junho de 1822 (N. da Editora).
(3) Seu sogro, Salvador Pereira da Costa.

32

Salvador Pereira da Costa (1) a Luís Paulino

[Sem data.] (2)

O tempo não permite que escreva a V. S.ª com extensão precisa, pois que estamos em mui críticas circunstâncias e tais que eu, para me livrar de intrigas renovadas, aceitei a franqueza do meu antigo amigo Pennell (3) e vim assistir com ele neste sítio de Vitória, onde estou passando muito bem, tendo o gosto de ver todos os instantes a Ex.ma Sr.ª D. Maria Bárbara, que está muito boa, e mais família. Sempre estamos juntos, vindo aqui jantar, hoje e sempre, o amigo coronel Bento e sua mulher, que também estão bons, com seu lindo filho, que está gordíssimo e não pode ser mais galante.

Ainda não recebi o meu soldo, se bem que estão dadas as ordens, sem a menor dúvida. Com a Ex.ma Sr.ª D. Maria Bárbara tratarei da remessa dos 60$000 que recebi de V. Ex.ª. Minha mulher se recomenda muito a V. Ex.ª e eu sou, como o devo, de V. Ex.ª o mais obrigado e amigo,

Salvador

P. S. Logo que cheguei fui apresentar-me ao general Madeira, que me recebeu muito bem.

(1) Sogro de Bento da França. Oficial do Exército, seguiu a causa brasileira e foi, depois, adido da Embaixada do Brasil em Lisboa, ocupando a encarregatura de negócios.

(2) Por cartas de Maria Bárbara, sabemos que Salvador Pereira da Costa estava de regresso de Lisboa à Bahia, em junho de 1822. Esta carta deve ser, portanto, dessa ocasião.

(3) William Pennell, cônsul da Inglaterra (N. da Editora).

33

Luís Paulino (filho) a Luís Paulino (pai)

Bahia, 3 de julho de 1822

Meu caro pai:

Pelos navios *Conde da Palma* e *Afonso*, que desta cidade saíram a 30 de abril, lhe escrevi largamente, assim como a mãe e Bento. Naquela minha carta, lhe fazia uma verdadeira pintura da infeliz Bahia. Provera ao céu que, depois dela, tivéssemos experimentado algum sossego e que eu não tivesse mais do que cenas de prazer a repetir. Porém, infelizmente, os males continuam e já não sei quando cessarão. Em nenhum tempo se sofreu tanto como agora. Madeira, general das armas desta província, é horrorosamente atraiçoado. Ele existe à testa das tropas aqui destacadas, ouvindo constantemente Maia,(1) redator do *Semanário*, Faria, homem conhecido por suas péssimas qualidades, e mil outros verdadeiros perturbadores da ordem. Não só inimigos capitais do Brasil, como, também, inimigos de Portugal, lhe atordoam os ouvidos de contínuo, já descompondo a Sua Alteza o Príncipe, chegando o atrevimento a ser até insultado nas igrejas, onde se diz ser ele um faccioso chefe de partidos, mau súdito, mau filho etc. Outros, suspirando que ele venha à Bahia a fim de conhecer o valor e brilhantismo das armas portuguesas etc. Intriga, a mais infame, gira constantemente, dando-se, a tudo que é homem de bem, amante da ordem e leis, os títulos de "corcunda", "cabra" etc. A ótima e excelente Junta Provincial é descomposta em periódicos do infernal partido, chamando-se-lhe aos olhos de todos "Junta facciosa, pro-

(1) Joaquim José da Silva Maia, diretor do *Semanário Cívico* (N. da Editora).

tetora dos 'mesclados' " (formais palavras), [dizendo-se] que o general deve não só governar a parte militar como também a civil e, em conseqüência, lançar por terra uma autoridade legalmente constituída etc. Eu sinto, o mais possível, ver tão maltratados homens honrados e amantes da lei, como são os da atual Junta. Em suma, na Bahia não há segurança pessoal. As descomposturas fervem, e a quem e por quem dadas? Os homens de reconhecida virtude são os descompostos e publicamente insultados, e os infames perturbadores são os autores de todos os males.

A Cachoeira, há poucos dias, aclamou a Sua Alteza Real "Regente e Defensor do Brasil". Imediatamente aqui chegou a notícia, saiu uma barca (estando já lá outra) a ir batê-los e conduzir os que mais figuraram. O resultado foi tomarem a barca que anteriormente [lá] estava e que ia valer-se da fuga. Hoje, no momento em que escrevo esta, avisto uma grande barca e muitas outras pequenas, que levam algumas bocas de fogo e bastante tropa, a fim de conseguirem o premeditado intento, sendo uma temeridade expor assim a gente, pois que as barcas ou barcos vão subir pelo rio, cujas montanhas que o guarnecem estão suficientemente fortificadas, não só com artilharia como com imensidade de tropas, entre as quais há uma boa porção da primeira linha, pois que os corpos do país, desertados, lá se acham. A Cachoeira instalou uma Junta de cinco membros e nas suas proclamações entram mil vivas ao Congresso e a El Rei. Santo Amaro, São Francisco e Maragogipe proclamaram também já, existindo todas estas vilas em armas.

Eis aqui, pois, o estado da Bahia, da Bahia deserta, que certamente não tem a décima parte de seus habitantes. Eu sou um eterno defensor da verdade e verdadeiro amante da ordem. Eu lastimo, tenho o maior dó [em] ver a linda Bahia, bem digna de melhor sorte, neste estado e seus ótimos habitantes perseguidos no meio dos insultos. No centro das hostilidades, eu não vejo um brasileiro falar nem cometer o menor dos insultos. Seus olhos estão postos em Portugal, no soberano Congresso, e dele esperam remédio a seus males, verdadeiramente grandes.

Bento e eu existimos sem exercício algum, não temos partidos, não freqüentamos nem vamos a clubes, não ouvimos e, se possível, nem falamos e, apesar disso, os malvados nos intrigam e inventam o que bem lhes parece; apesar de eu estar firme que intriga tarde ou cedo é desmascarada, contudo aflige-me porque não há viver mais desgraçado.

Querendo e precisando ir ao engenho, não o tenho podido fazer, o que tenciono breve.

Adeus, meu pai.

Sou eternamente seu filho obediente,

Luís

34

Maria Bárbara a Luís Paulino

6 de julho de 1822

Meu caro Luís:

Com esta carta fazem três que receberás minhas, nesta mesma embarcação. E saberás ao mesmo tempo que tenho a minha alma rasgada de cuidados com as notícias que correm, notícias que não são de [...]. Sim, meu Luís, não há dúvidas que por dias chega aqui a expedição que vem do Rio de Janeiro com tropa para aqui. E sabe Deus o que será, pois, segundo ouço, veremos correr rios de sangue. Madeira diz que não cede. Faz-se forte, forçosamente no Barbalho, e dizem que dali conta bombardear a cidade. Eu amanhã conto ver se posso sair daqui, perca-se o que se perder, mas por fatalidade não sei como poderei ir ao engenho, pois as chuvas têm sido horríveis e, em razão do pequenino Luís, hei de ver-me doida. Mas que será dos nossos filhos? Se desta vez não fico doida, grande milagre será. Deus nos acuda. Eles bem se têm portado, em nada se têm metido. Não têm sido nem desorganizadores, nem cabeças de motins, mas isto agora é muito diferente. Saberás que já proclamaram o Príncipe: Cachoeira, Santo Amaro, São Francisco, Jaguaripe, Maragogipe etc., etc. Enfim, só falta a desgraçadíssima Bahia, a inocente Bahia. Que teremos que ver? Deus afaste o raio que vai cair sobre este infeliz povo! Mas Madeira está teimoso e o Príncipe, escandalizado, pois, na realidade, têm insultado a sua augusta pessoa ao infinito. Eu não entendo de política, mas, a meu ver, com bem pouca têm andado, sobre um objeto tão melindroso como este do Brasil. Os brasileiros estão sentidíssimos ao infinito com algumas das falas que aí se têm feito relativo a este fértil reino. E, na verdade, os senhores deputados que as fizeram assentam que o Brasil é algum

covil de negros. Hão de perdoar-me: muito se enganaram. Mas o pior é que nós pagamos cá o que lá se faz. Como estarás tu agora? Não me sais da lembrança jamais. Ouça eu notícias, logo, de que estás bem, para de todo não [me] acabar. Adeus, adeus. A nossa menina [está] boa, [como] os filhos e neto.

Tua do coração,

Maria

P. S. Aceita recado do Antônio, que se acha ao pé de mim, morrendo de medo.

35

Bento a seu pai Luís Paulino

[Sem data.] (1)

Meu pai:

Depois de ter escrito esta carta, chegou aqui nova notícia que na Cachoeira tinham proclamado o Príncipe. Rodrigo é um dos que figuram nisto. Dizem que também Santo Amaro vai proclamar, mas, por ora, desta não se sabe nada. Este é o partido dominante das províncias. Não o faz esta cidade porque as tropas impedem, e o general diz que mais fácil será arrasar tudo de que ceder sem ordens das Cortes ou do Rei. Veja, meu pai, em que estado estamos. A classe mercantil é pior que tudo: eles são os principais mentores destas desordens, tendo à testa o grande Maia com o seu *Cívico*, que não faz senão maltratar os brasileiros. Estes não querem mais que a união com o Rio e tudo o mais que digam é mentira. Eu posso afirmar: aqui tudo é desgraça, tudo [é] medo. As gentes já não param em suas casas, fogem espavoridas para fora da terra.

Ainda não sei se o general vai mandar tropa à Cachoeira, mas me parece que não. Deus queira, pois já basta de sangue.

Ontem chegou um paquete do Rio. Ali tudo estava tranqüilo. Nada mais há de novo e já não é pouco. Torno a repetir: o general e suas tropas e os praístas são o árbitro desta desgraçada terra.

Seu filho obediente,

Bento

(1) Pelas cartas de 3 e 6 de julho, respectivamente de seu irmão e de sua mãe, depreende-se que esta carta, anunciando a proclamação na Cachoeira, é da mesma época.

36

Bento a seu pai Luís Paulino

8 de julho de 1822

Meu querido pai:

Muitas e muito más novidades tenho a dar-lhe. Pelo navio *Conceição* vai uma carta segura e por ela lhe contava o que havia de novo até então. Mas agora a [...] mais, que todo o Recôncavo tem por proclamado o Príncipe e se acha todo em armas. O general tem posto tudo, aqui na cidade, em estado bélico. Ontem chegou o correio *Infante D. Sebastião* do Rio e dá a notícia de que estava para sair para esta uma força de três fragatas com tropas para proteger e fazer aclamar o Príncipe. Tudo nos está mostrando a guerra civil por momentos. O general diz que não cede sem ordens do Congresso ou de El Rei. É este, meu querido pai, o estado de uma pobre terra que, por instantes, vai ser o teatro de guerra. Eu, por mais que busque ver se posso não me comprometer, não sei qual será a minha sorte neste momento. Eu hei de ver se posso ser sempre homem de bem, pois mais vale morrer do que deixar de sê-lo. As demoras dessas Cortes terão feito todo este mal, e só nos podemos salvar se por acaso chegarem algumas providências, antes da chegada das tropas do Rio. Enfim, seja o que Deus quiser. Eu já não tenho cabeça. Queira V. S.ª deitar-me a sua bênção e ao seu pequeno neto.

Seu filho obediente,

Bento

37

Bento a seu pai Luís Paulino

Bahia, 8 de julho (1)

"Ao Il.mo e Ex.mo Sr. Marechal Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França

Deputado em Cortes — Lisboa"

Meu bom pai:

Esta [é] só para lhe dizer que, pelas embarcações *Conceição* e *Infante D. Sebastião*, lhe remeto duas cartas seguras, que são primeira e segunda via de uma letra que lhe remeto. Nada mais tenho a dizer-lhe do que nas ditas cartas digo.

Filho obediente,

Bento

(1) Esta carta parece ser de 1822.

38

Maria Bárbara a Luís Paulino

[Sem data, mas no fim tem umas linhas do filho Luís ao pai: "Engenho do Caboto, 24 de agosto de 1822".]

Meu adorado Luís:

No meio de mil incômodos e cuidados vou traçar estas linhas, para dizer-te que tu não sais um instante do meu coração, e que já me vão faltando as forças para agüentar tantos desastres.

Sim, meu Luís, esta desgraçada província, digna de melhor sorte, parece [que] a veio batizar um espírito maligno e envenenar todos os dignos habitantes dela, boa gente, boa gente. Eu não posso por mais tempo calar-me. Eu desespero de ver que nessa Corte só aparecem fatos mentirosos e a verdade se oculta, para que não seja socorrida a pobre Bahia, nas suas calamidades. Não, não, aqui não querem a Independência. Aqui só desejam gozar dos privilégios de que aí se gozam. Os brasileiros não são enteados, são filhos. Sabes que eu vejo tudo sem prevenção, sem ódios, sabes que eu amo o Rei, a nação, enfim, que sou idólatra pela prosperidade dos portugueses, mas morro de ver que uma dúzia de homens quiseram fazer que o pobre Portugal perdesse a sua melhor possessão. A Junta passada, três escritores venais, a malvada Praia deram com tudo em vasa barris. E mal dos homens de bem! Tu me dizes nas tuas cartas que eu sou lacônica. Eu me admiro, quando te tenho enviado resmas de papel. Pelo Nabuco (1) três maços de cartas, por uma fragata francesa dois, pelo Porto e para Lisboa em nome

(1) Deve tratar-se de José Joaquim Nabuco d'Araújo, que, em fevereiro de 1821, era chanceler da Relação da Bahia.

de L. C. de C. Em todas te falava claro e só recebes a que enviei pelo borracho Carretti.

Que homens, que insolentes! Enfim, vamos tratar do presente caso: o Príncipe Real, sabendo como a desgraçada Bahia estava, mandou a Madeira, por uma régia carta, dizer [que] se fosse embora com a sua tropa. Que ele ficava responsável deste passo, tanto para com seu pai como o augusto Congresso. Zombou-se disto, enfim, irritaram-no a um ponto tal que ele determinou, segundo aqui correu, vi-las à força pôr fora. Eis que Madeira, mal que sabe disto, principia a fortificar-se e, dentro em poucos dias, o lindo forte de São Pedro e todas as roças são reduzidas a nada, não existe uma árvore, casas são demolidas, a boa igreja dos Aflitos torna-se parque de artilharia. É mudado o [santo?] ao som d'horrorosos gritos, que chegavam ao céu clamando misericórdia. Depois passa-se ao caminho da Soledade e, junto às freiras, se abrem profundos fossos. A casa e a roça de Landofer são destruídas, enfim, até Unhão, Graça, Bom Gosto, rio das Tripas. Finalmente, à Bahia, uma árvore não resta. Confesso-te que, a cada golpe de machado que eu via da minha janela, corriam dos meus olhos dilúvios de lágrimas. E que sucederia ao bom Silvestre, ao Folet, quando viu cair as duas grandes mangueiras que embelezavam a sua rocinha? E só te digo: se entrassem na Bahia canibais assanhados, não fariam tantos danos. Espanta-te, meu Luís, em ouvir, em ouvir soldados dizerem que o mesmo [que] faziam às árvores haviam de fazer ao garotote Pedro e ao Rei. Meu Deus, não sei como pude conter-me. Ora, como os primeiros preparativos de guerra foram como já te disse, mesmo ao pé da nossa casa, convindo eu que aquela em que vivia, logo que chegasse o bloqueio do Rio, seria demolida, como eu vi que, não se me guardando o devido respeito, a minha casa por três dias esteve quartel de soldados, resolvi-me sair dela a todo custo. Acostumada a sofrer, doente e triste, no dia dos meus anos, mudei para diferentes lugares os meus trastes. Cento e trinta carretas paguei e, quando me recolha à cidade, talvez não ache nada. Enfim, aluguei por alto preço barcos, pedi a casa do Caboto, pois para Aramaré era impraticável ir, e vim para ela. Aqui estou ainda, pois o nosso bom Luís não tem querido ir para Aramaré, para que a grande gente da Bahia não dissesse que se ia juntar aos facciosos. Mas isto não basta, pois como por estes lugares se pusessem destacamentos do Santinho e Vilas Boas, apesar de ele não sair do meu lado, os grandes meus irmãos já inventaram que ele quer perder a família. Ele se ri disto.

O pior, meu Luís, é que a nossa linda propriedade se vai perdendo. Pilharam-se sem senhor; o caixeiro fez horrores; o feitor, de

raivoso, adoeceu; o açúcar com a guerra não deu nada, os caminhos com as chuvas não deixaram descer caixas. E já, por grande favor, neste mês de agosto, me deu cem mil réis o Manuel José d'Almeida, dos quais mandei para Aramaré setenta, pois tinha gente até sem ração. Tu sabes, os males da guerra. Todos os barcos de Santo Amaro foram tomados e da cidade não deixam sair uma linha. Este ano não se botam a moer engenhos, por lhes faltarem cobres.

Eu cheguei a pedir a Maria Joana licença, digo, para ela pedir ao homem, para tirar duas postas [sic] de cobre do norte, duas barras de ferro e estanho. E isto me foi negado. Estou doida. E, quando os maiores gastos se apresentam, é quando eu estou sem meios de poder nem talvez botar a moer tão cedo.

Ontem recebi dali notícias, pois veio Paulino com elas. Sempre me trazem penas: morreu-nos afogado o bom Simão; de velho, o mestre-de-açúcar; e, por eu ali não estar, o grande carreiro Pedro; está quase tísico o Paulo Oleiro, e Joana enfermeira a expirar.

É-me preciso um grande coração para suportar tantos desastres. Parece que a natureza está abalada, pois tudo, tudo sofre por modo superior. Seria-me impossível separar daqui agora, pois, do modo que a nossa casa está, bastaria sonhar-se que nos ausentávamos para ficarmos sem nada, nada. Enfim, eu vou tendo mão. Sossega nesta parte.

Como a língua vai onde o dente dói, torno a falar dos males da Bahia. A província inteira quer que o Príncipe fique. Mostrou, por palavras e obras, isto. E sabendo que Madeira os queria fazer prender, já se sabe aos cabeças disto, os entrou a tratar de rebeldes e facciosos; puseram-se em armas e assim se conservam. E por tal modo que só grande e grande número de tropas os poderá ir atacar. Tu sabes como é o Recôncavo e todo o campo do Brasil e que, no interior, só podem andar homens do mesmo país, sem receio. Além disso, na Cachoeira, Rodrigo, em São Francisco, Vilas Boas, Bulcão, na Feira, e José Santinho,(2) com numerosíssimo povo, têm posto as estradas de modo a não poderem romper facilmente os soldados, se teimassem a atacar. E sabes, enfim, que Madeira governa desde Santo Antônio até Monserrate e disse! Tudo, tudo

(2) Rodrigo Antônio Falcão Brandão, depois segundo barão de Belém, Bento de Araújo Lopes Vilas Boas, depois barão de Maragogipe, Joaquim Inácio de Sequeira Bulcão, depois primeiro barão de São Francisco, Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, conhecido por "Santinho", depois visconde da Torre de Garcia d'Ávila (e não José), são os chefes da luta contra as tropas portuguesas no Recôncavo (N. da Editora).

o mais, proclamou o Príncipe Regente "Defensor Perpétuo do Brasil". Até já em Passé, que era o único que não tinha dito nada, não desce um boi para a cidade. E, se isto continuar, [os] pobres habitantes da cidade morrerão de fome. Eu sei que ali gritam por eu não ir gozar daquelas delícias! Sem meios, sem casa de vivenda, tudo caríssimo e havia de ir para lá! Ora, Luís acompanhou-me, não como desertor, mas com licença de Madeira, e agora diz que não volta à cidade mais e que, desde já, te pede licença para pedir a sua demissão, no caso que a Bahia ficasse no mesmo estado em que está. Que não quer um dia perder-se, pois, na realidade, a tropa européia tem sido insolentíssima. Ora, gente que achincalha o filho [do] soberano, que fará aos outros? Enfim, Luís está quieto por respeitar-te muito, pois diz que não há causa mais inocente que a dos brasileiros. Não querem Independência, não querem, e, se quisessem eles, digo, alguns bem conhecidos por nós, é em quem devia recair a culpa. Se o Brasil lhes é preciso, não o calquem tanto, não, digo, tantos desaforos aos filhos dele. Tu bem falas. Se todos te imitassem, nada haveria a sentir. Lei e mais lei, caminho direito e honra. Mas tu pregas no deserto. Lá e cá más fadas há!

Agora vou falar das tuas cartas por mim recebidas, uma pelo *Maldonado*, outra pelo *São Domingos*. E a que veio por José Francisco acha-se na mão de Bento, pois não se anima a mandar-mas, em razão de tudo ser lido pelos destacamentos e não andarem negócio domésticos em mãos de tantos. Ele, Bento, diz que falas nelas em me retirar, o que não será possível, pelo que acima já te disse. Vem tu buscar-me. Iremos todos, já se sabe, Bento e Maria Francisca, pois a nossa Sabina não deixaria o seu marido por coisa alguma. Eu há dias mandei um próprio ao engenho dela a dizer-lhe como tinha saído da cidade. Respondeu-me o que verás: pela primeira vez se tem portado bem o marido, depois da instalação do governo debaixo das ordens do Príncipe. Não tem feito mal a um só europeu, nem mesmo aos seus inimigos, apesar de que os venais gazeteiros dizem dele horrores. Mas ficará perdido, pois não moeu quase nada e não moerá também esta safra. Deus se lembre de nós. Se eu a pudesse levar um dia comigo para aí, gostosa partiria. Mas, certamente, irei sem ela. Luís também quer ficar. Diz [que] não se lembra de Portugal e que, por conseqüência, não tem desejos de passar ali os seus dias. Iremos nós, meu Luís, acabar os nossos dias em alguma das nossas quintas de verão e, no inverno, estaremos na cidade.

Bento acha-se na cidade. Não quer sair dali. É, neste caso, neutral. É homem de bem, assim vai andando triste. O nosso neti-

nho está gordo e lindo, coitadinho. A mulher já anda prenhe novamente, valha-nos Deus![3]

Ora, pois, lê como puderes. Eu creio ficarei com uma mão aleijada, pois desfiei um dedo, e não há aqui quem mo componha. Para escrever-te faço esforços. "Perdigão perdeu a pena, não há mal que lhe não venha." Mas eu posso com estes males. Não são os que me fazem velha. Males morais são os que envenenam os meus dias. Ah, Luís, se tivessem seguido os teus conselhos, nada disto aconteceria. Portugal não perderia o Brasil e o Brasil não se perderia a si. Se os homens não tivessem atiçado o tacho de rivalidade, de discórdia, que boa coisa seria haver, em todas as províncias do Brasil, soldados europeus! Agora, decerto, não os haverá aqui dentro em pouco, pois que a honra do Príncipe, a sua dignidade, está por eles maculada. E ele vê um inimigo horroroso em cada bravo (na realidade) soldado europeu. Já nem a virtude, nem a sabedoria, nada, nada dá volta ao Brasil. Na marcha em que vai, pode ser que se precipite, mas com ele hão de precipitar-se alguns mais. E a queda há de ser mais fatal, pois que o Brasil chegou-se a azedar por tal modo que tudo que não seja ver tropa européia é para eles ventura.

A boa Junta Provisória, digna na verdade, governa como pode, digo, governa ou faz o que determina Madeira e as baionetas. Não se iludam com alguns papéis que hão de vir dele. Nem o coração, nem a sua razão é quem os dita. O Faria, d'Água Branca, o Mário, a ex-Junta, estes monstros de despotismo é que arrastam o bom "lavrador" Madeira a determinar crises. Muito tenho falado e talvez dito algumas loucuras a respeito de política. Se assim for, desculpa-me, mas eu vou já perdendo algum lume da razão que tinha. E acabo por dizer-te que até o ano de 1824 queria achar-me em Portugal. Queria acabar os meus dias na minha pátria, beijar ainda a mão querida de uma mãe e abraçar os irmãos que me restam. Mas não quero deixar os meus sem pão e, para segurar isto, é forçoso sacrifício. Adeus, adeus, meu Luís, adeus,

Maria

(3) Deve tratar-se do segundo filho, Salvador d'Oliveira Pinto da França, mais tarde ministro da Guerra em Portugal.

39

Luís Paulino (filho) a Luís Paulino (pai)

24 de agosto de 1822

Engenho do Caboto

Meu caro pai:

Eu tenho escrito por todos os navios e me [espanto?] não terem as minhas cartas chegado ao seu poder. Estou com a mãe no Caboto. Saí da cidade. A minha alma magoada não podia por mais tempo ser espectadora de tantas hostilidades. Pobre Bahia! Ela, ela é bem digna de melhor sorte.

Adeus, meu pai.

Filho amante,

Luís

40

Bento a seu pai Luís Paulino

27 de agosto (1) ·

Meu querido pai:

Depois que daqui partiu o brigue *D. Sebastião*, a primeira embarcação que sai é esta.

Já por aquela, lhe mandava contar os desgraçados acontecimentos que houveram no Recôncavo e que, por nossa desgraça, ainda não acabaram, e me parece que só com sangue se poderão desmanchar. Que fatalidade ser necessário correr sangue dos portugueses de um e outro mundo. Tudo por culpa dos malvados que só queriam a desordem para poderem figurar. Esta província está toda em perfeita revolução. Mesmo a cidade, que se conserva firme em obedecer só a El Rei e às Cortes, esperará a última tropa para se marchar para o Recôncavo. Aqui, torno eu a exclamar, que fatalidade de correr sangue português por culpa dos malvados facciosos, que só queriam o mal. Mas a nossa desgraça ainda é maior, pois, infelizmente, deu-nos a sorte, para nossa família, um possesso, que não tem sentimentos de honra. É um cabeça-de-vento! Este é Rodrigo, que lá está fora figurando e foi um dos primeiros que fez tal canalhada. O Rei mandou uma esquadra para [bloquear?] o porto e fazer saltar em terra alguma gente, assim como muitos oficiais, armamento e munições, mas tudo isto foi frustrado pela nossa esquadra. E eles, depois de estarem algum tempo à vista, foram-se não se sabe [se] para o sul ou norte. Já aqui chegou o batalhão n.º 1 e, bem como primo José, recebi muitas cartas para a mãe e ainda não lhas mandei todas, por mo-

(1) Pelo seu conteúdo, esta carta é de agosto de 1822.

tivo de ela estar fora da cidade e a comunicação estar cortada. Eu temi que as gentes lá de fora, quero dizer, o povo levantado que lá fora está em armas, abrisse as cartas. Eu já fiz constar à minha mãe que as cartas estão em meu poder. S. S.ª me mandou dizer que as guardasse até haver um passo seguro. A mãe saiu para fora da cidade, por medo que teve que ocorresse alguma coisa, quando chegasse a tropa do Rio. Não foi por minha vontade que ela foi, mas ela quis e assim o fez. Mas não escreve, pois lá fora não sabe que sai navio, mas está bem, assim como toda a família. Salvador (2) também quis ir para fora. Lá está com minha mãe e o mano Luís. Eu não queria que eles fossem, porque, ainda que se não metam em nada, os inimigos inventam, como já o têm feito, e eu sou o que sofro, pois estou na cidade e me conservarei, porque eu não reconheço outras pessoas que não sigam El Rei e as Cortes. Este é o meu dever, embora eu perca tudo. Se eu cá tivesse a minha licença, já me tinha ido embora, porque muito desejo que V. S.ª ma mande quanto antes; e muito bom seria ver se poderia se arranjar a minha passagem para esse Exército, porque isto por cá está em muita desordem e tarde se comporá. Logo que isto melhor esteja, será bom que [com] a mãe e a família nos vamos para essa, pois o Brasil, este lindo país, não apresenta senão um quadro de desordem.

A mãe não está no engenho, sim no sítio do Caboto. Eu já lhe mandei dizer que seria bom sair dali ou vir para a cidade. Ela me respondeu que, logo que os caminhos estivessem bons, iria para Aramaré. Diz ela que há [que] fazer mais este sacrifício. Logo eu lhe mandei dizer que [...], se não [...]; ainda não tive resposta a esta carta. Eu muito estimaria que ela viesse para a cidade, pois sempre estaria mais segura. Eu aqui estou, até que Deus queira pôr isto em alguma ordem. Este ano pouco ou nada se fez de açúcar, ainda que a safra fosse excelente, mas o estado das coisas faz [com] que não se possa fazer nada.

Nada mais tenho a contar a V. S.ª pois lá se há de saber de tudo o que se tem feito no Rio de Janeiro. Eu só torno a dizer-lhe que bom seria que nos fôssemos para essa, pois o estado atual das coisas do Brasil tem mau aspecto.

Pelo *D. Sebastião* lhe remeto uma letra de 3 meses de soldo. Mais lhe remeteria, se a mãe me não mandasse dizer que necessi-

(2) Parece referir-se a seu sogro, Salvador Pereira da Costa, que teria aderido afinal à causa brasileira, pois foi mais tarde encarregado de negócios do Brasil em Lisboa.

tava de dinheiro, porque o Almeida lhe não dava o preciso para ela e para o engenho, e, mesmo [que] quisesse descer algumas caixas, não poderia, porque não passa nada para dentro nem para fora. Deite a bênção ao seu filho obediente,

Bento

41

Bento a seu pai Luís Paulino

15 de dezembro (1)

Meu querido e bom pai:

Há dias lhe escrevi largamente por mão de Miranda, que é irmão do colega de V. S.ª. Eu nela bastante dizia e pouco mais tenho agora a dizer-lhe. Só que ontem entrou aqui uma fragata inglesa vinda do Rio, que dá a notícia que o tal Imperador é [...]. Vi uma grande lista de despachos nos quais vinham contemplados os grandes heróis Antônio Carlos, Barata e Lino, Muniz Tavares e Vergueiro.(2) Julgo ser o prêmio dos grandes serviços que aí fizeram. Aqui todos os dias se esperam navios dessa, para sabermos quem são os regentes e muito desejamos que venham, assim como mais alguma tropa, pois sem ela já se não faz nada.

A comunicação continua a estar cortada e, por esta razão, nem sei da mãe diretamente, ainda que por algumas pessoas sei que está boa de saúde. Deus me dê paciência e sossego. Eu já estou desesperado. Se cá estivesse a minha licença, decerto me tinha ido embora.

Eu espero que lá fora tratem a minha mãe com todo o respeito, porque ela é uma senhora e em nada se mete de políticas. Ainda que eu esteja com algum cuidado, não tramem os malvados alguma. Torno a repetir. Deus nos dê algum sossego, pois, deste modo, não se pode viver. Eu espero que V. S.ª me mande a licen-

(1) Esta carta, pelo seu contexto, referências ao Imperador e à ausência de Maria Bárbara, é, evidentemente, de dezembro de 1822.

(2) Refere-se a ex-deputados brasileiros às Cortes Constituintes, já regressados ao Brasil: Antônio Carlos de Andrada, Cipriano Barata, Lino Coutinho, Muniz Tavares e Nicolau Vergueiro (N. da Editora).

ça quanto antes. E, se puder ser, estimarei muito fazer a passagem para esse Exército. Para mim seria uma fortuna. De Salvador nada sei. Foi para fora e não sei se seguiu o partido do Rio, pois dele não tenho notícias. Eu sou sempre o mesmo, não conheço outra autoridade senão a de El Rei e as Cortes.

Maria José se recomenda muito, seu netinho está bom e [ela] em vésperas de ter outro. Queira V. S.ª deitar a sua bênção a este que é de V. S.ª filho obediente,

Bento

42

Bento a seu pai Luís Paulino

[Sem data.] (1)

Meu querido pai:

Pelo brigue *Carvalho* lhe escrevi largamente, assim como por mão de Miranda, na qual lhe digo o estado desta desgraçada província. Eu aqui estou na cidade esperando todos os dias a minha licença ou ordem de V. S.ª para ir para essa, porque nesta se não pode estar no estado presente em que ela se acha.

Da mãe nada posso dizer. Como já em outras disse a V. S.ª, a comunicação está fechada e todos os dias o mesmo se sabe.

Eu já não posso viver neste flagelo e só desejo ir-me embora. Em outras cartas bastante dizia, agora nada mais tenho para dizer, só referir-me às outras. Maria José está boa e se recomenda, o seu netinho pede a sua bênção.

Seu filho obediente,

Bento

(1) Pela referência a Miranda, esta carta poderá ligar-se a 15 de dezembro de 1822 e deve, pois, ser do mesmo mês.

43

Bento a seu pai Luís Paulino

[Sem data.] (1)

Meu querido pai:

Em todos os navios tenho escrito a V. S.ª e agora o faço pelo brigue *D. Sebastião*, e esta vai por mão do comandante.

Eu muito tenho a dizer-lhe, mas só de viva voz é que poderia fazer-lhe uma narração do estado desta desgraçada província. Da mãe nada lhe posso dizer, pois há quatro meses que dela nada sei porque não há comunicação alguma. A minha alma já não pode com tantas aflições. As cartas que V. S.ª mandou para a mãe ainda estão todas em meu poder e não sei quando lhas poderei mandar. Deus queira trazer quanto antes a Regência e a força, para vermos se pode fazer-se alguma coisa. A [...] e estado em que esta província se acha devem-se, em muita parte, ao besta Madeira. Ele podia, se quisesse, em princípio, salvá-la do estado de desgraça em que está, mas ele não deu uma só providência tendente à boa ordem. Nada mais fazia que ouvir o infame Clube de Água Branca (o que ainda faz) e não se consultou com os homens que lhe podiam falar a verdade. Enfim, esta província, se se perder, deve fazer responsável a este burro que, por nossa desgraça, nos governa. Foi uma fatalidade o nomearem tal homem para um governo de tanta consideração. As outras províncias poderiam estar desunidas de Portugal, mas esta, decerto, não o estaria, se tivessem mandado outro homem para a governar. Eu só sinto o terem roubado a minha carta, porque, decerto, já aqui não estava, pois eu nada posso. Não sou exagerado: o soldo não se paga; aqui tudo está claro, já não comemos senão salgados

(1) Maria Bárbara deixara a cidade de Salvador e retirara-se para o engenho do Caboto, em agosto de 1822, conforme consta da carta desse mês. O segundo neto nasce em janeiro de 1823. Esta carta deve ser, portanto, de fevereiro de 1823.

(ainda que disto há bastante). O que falta é carne fresca e farinha de mandioca, porque todos os portos estão proibidos de mandar para a cidade qualquer gênero que seja. Eu torno a repetir a V. S.ª: logo que chegar a minha licença vou-me embora, pois que nada posso. Só se, por fortuna, com a chegada da Regência, se puder fazer tranqüilizar esta gente (o que duvido), então ficarei, até mesmo para ver se a mãe se resolve a ir, porque, a meu ver, o Brasil jamais ficará tranqüilo. A Pernambuco chegam os [...] Lino, Barata e padre Gomes (2) e de lá têm escrito amiúde aos levantados, para não desistirem da empresa. Do Rio tudo são decretos, os mais patifes que podem ser. Mesmo lá não [se] está muito seguro, porque o tal Imperador quer governar despoticamente e mesmo há dois partidos. Eu muito tenho estimado que V. S.ª cá não estivesse para se não ver comprometido, ainda que eu sei que V. S.ª jamais deixa o caminho da honra. Contudo, podiam os malvados sacrificá-lo. A mim resta-me o gosto de que eu jamais deixei de seguir os seus conselhos, que são os da honra. Embora se perca tudo, mas não se perca aquilo que se não pode recuperar. Estes são os meus sentimentos: jurei a Constituição, hei de segui-la até à morte.

Dou parte a V. S.ª que no dia 9 de janeiro teve V. S.ª mais um netinho (3) muito bonito. Mas, ah, meu querido pai, que desgosto é o meu: não ter a meu lado nem mãe nem pai, sogro e sogra. Isto me retalha o coração e muito mais retalhará o de V. S.ª. Mas eu espero em Deus que à minha mãe nada lhe há de acontecer, pois ela é uma senhora de respeito e juízo; portanto, hão de respeitá-la. E mesmo a sua estadia lá fora fará com que lhe não confisquem os bens, como têm feito a todos que não seguiram a sua causa. Ao tio Henrique já lhe fizeram mão baixa em todos os bens e a outros muitos, que agora eu não lembro. Tudo isto são ordens do Rio.

Como V. S.ª lá há de ver, nada mais tenho para lhe dizer.

Só lhe peço que, pelo amor que me tem, se não aflija, pois que tudo se há de arranjar. E é da saúde de V. S.ª que todos nós dependemos; portanto, cuide nela para nosso futuro.

Adeus, meu bom pai; deite-me a sua bênção e a seus netos. Do seu filho obediente,

Bento

P. S. Maria José se recomenda muito e muito.

(2) Ex-deputados ao Congresso Constituinte, que haviam regressado de Lisboa (Lino Coutinho, Cipriano Barata de Almeida e o diácono Francisco Agostinho Gomes).
(3) Refere-se a Salvador d'Oliveira Pinto da França, que viria a ser o 3.º conde da Fonte Nova, e morreria ministro da Guerra num governo do duque de Saldanha.

44

Maria Libória Guilhermina da Silva Carneiro (1) a seu genro Luís Paulino

[Incluindo carta de Teresa Garcês Pinto de Madureira a seu cunhado Luís Paulino.]

"Il.mo e Ex.mo Senhor Luís Paulino Pinto d'Oliveira da França, guarde Deus muitos anos. P.E.F. — Lisboa"

[Sem data, mas certamente de Penafiel.] (2)

Il.mo:

Meu filho, o meu prazer é a certeza de que V. S.a esteja inteiramente restabelecido, que cedo venha para tratar da sua saúde e dar-nos o gosto de vê-lo e que tenha novas da minha Maria Bárbara, conforme a minha vontade.

O portador dirá como passamos. É um sujeito que estimamos pelas suas qualidades e porque nos corresponde, pois não me recomenda para o seu patrocínio, mas eu me adianto a dizer a V. S.a: se ele precisar do seu favor, o sirva. Deus guarde a V. S.a muitos anos, que lhe apetece esta que é de V. S.a mãe afetiva,

Maria Libória Guilhermina da Silva Carneiro Gomes

(1) Mulher do capitão-mor de Penafiel, José Cardoso de Garcês Pinto de Madureira.

(2) Pelas referências ao segundo filho de Bento, esta carta deve ser considerada dos princípios de 1823.

Meu querido mano do coração:

Como tenho este senhor, que é pessoa muito da nossa amizade, por isso aproveito a ocasião de vir saber como V. S.ª passa. Que já esteja inteiramente bem são os meus desejos, para nos vir cedo ver que já é tempo de lhe darmos um abraço. Diga-me se tem carta da minha cara mana. Tanto cuidado ela dá por saber que ela padece e o Bentinho escreveu ao tio a lhe dizer que já tinha um filho. Portanto, é o segundo, pois do outro já ele tinha dado parte. Enfim, V. S.ª está velho e eu muito mais, porque já sou duas vezes tia.

Agora não devo mortificá-lo mais, só lhe peço que, se ao portador desta lhe for preciso qualquer coisa que esteja ao seu alcance e o possa servir nisso nos faz favor, pois também lhe somos obrigadas.

Sou, de V. S.ª, mana e amiga,

Teresa Garcês

45

Antão Garcês Pinto de Madureira a seu cunhado Luís Paulino

Porto, 24 (1)

"Il.mo e Ex.mo Sr. Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França

Deputado em Cortes

A.G.P.M. — Lisboa"

[Carimbo dos correios "Porto 24".]

Meu caro Luís:

Estimo a tua saúde, pois ela é precisa para bem de muitos e, principalmente, para a nossa família do Brasil, que deveras me tem mortificado, vendo o estado das coisas e não tendo recebido uma só carta. Peço-te me digas o que sabes de lá.

Aqui corre por certo, isto dito a mim pelo general Barros, que tu vens ao lugar do Luís do Rego. Porém, outros dizem que é para aqui e este, para o Minho. Dize o que souberes.

Também te dou parte que combinei com o Mota (2) o estar na tua casa, que ocupou o Coquete, visto me terem dado 4$000 para casa e eu dar mais uma mesada para o armazém. Este arrendamento a meses, pois, no São Miguel, se aqui me achar, tomarei uma mais cômoda. Mas acertamos que era melhor isto, e o Mota me disse que não era preciso participar-te antes, pois eu o queria fazer, ainda que julgo de proveito, visto não ter quem a arrendasse.

(1) Pelas posteriores cartas de Antão, parece poder depreender-se ser esta carta de 24 de fevereiro de 1823.

(2) Procurador dos Pinto da França, no Porto. Já o era no tempo de Bento José d'Oliveira.

Eu conto com o mano José hoje aqui e por isso não escrevo. Se quiseres alguma coisa desta cidade, manda-me.

Adeus, teu irmão amigo e obrigado,

Então

46

Antão Garcês Pinto de Madureira (1) a seu cunhado Luís Paulino

Porto, 14 (2)

"Il.mo e Ex.mo Sr. Luís Paulino de Oliveira Pinto da França

Marechal-de-Campo e deputado em Cortes — Lisboa"

[Com um carimbo de correios "Porto".]

Meu caro Luís:

Com prazer recebi a tua. Sinto deveras o teu mau estado de saúde e os teus desgostos, porque eles a todos nos mortificam. As notícias do correio de ontem são sérias para nós e de glória para a "corcundagem",(3) a qual não é pouca desta cidade. Sinto ver-me tão fraco, porém o pouco que tenho é pela causa (4) e devem morrer a meu lado. Todos os dias se fala que tu vens governar o Minho ou esta cidade. Bom seria, meu caro, pois são precisos homens fiéis e soldados.

O nosso José partiu quarta-feira de cinzas para a boa terra. Bom será que possa sair bem da sua comissão, que não deixa de ser séria, ainda que o homem de bem seja sempre honrado e nada deva temer. Marchar em regra e de sabre aprender; chegar tudo

(1) Trata-se do futuro 1.º barão da Várzea do Douro, nascido em 21 de fevereiro de 1790 e morto em 22 de março de 1863. De 1821 a 1822, encontrava-se no Rio de Janeiro, onde foi comandante do batalhão de caçadores, exercendo atividade política pró-constitucional. Uma carta de seu irmão Antônio, de agosto de 1822, refere o seu regresso a Portugal.

(2) Cotejando esta carta com as de sua mãe e de seu irmão José, depreende-se que deve ser de 14 de março de 1823.

(3) Deve tratar-se de um insulto aplicado aos absolutistas, que haviam iniciado a revolta de fevereiro de 1823 em Trás-os-Montes.

(4) Evidentemente pelo constitucionalismo, antiabsolutismo, "corcunda", representado pela rainha D. Carlota e pelo Infante D. Miguel (N. da Editora).

às armas e quem se negar dê-se amplo passaporte... Meu Luís, ainda espero que tu, com a espada na mão, mostres o que foste.

Quanto à casa, eu conheço bem a tua grandeza de alma, mas também me lembro de que a nação me dá 4$000 réis para aposentadoria e que, de nenhuma maneira, devo prejudicar um dos meus. Por isso eu cá me entenderei com o Mota.

Espero as tuas notícias e que aqui me acudas no que for preciso. Da nossa Bahia nada há, nenhuma carta aparece.

Adeus, meu Luís do coração. Teu irmão,

A. Garcês

47

José Garcês Pinto de Madureira a seu cunhado Luís Paulino

Canaveses, 22 de março (1)

"Il.mo e Ex.mo Sr. Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França

Deputado em Cortes — Lisboa"

Meu Luís do coração:

Tu bem mal hás de estar comigo pela falta de carta minha, mas saberás que os meus incômodos e mazelas nem tempo me têm dado para me coçar. Aqui estou a defender esta ponte e posição, depois do revés de Santa Bárbara, onde a nossa divisão ligeira se aniquilou. Agora reorganizam-se os corpos para de novo tornar à ofensiva. Meu Luís, que desgraça! Depois de estar acabado tudo e esses [...] no estado de deixarem a província, tornamos a descer para Ovelhinha. Tem havido algum fogo em Amarante e Gaspar Teixeira está em Ovelha do Marão, com quase 150 cavalos e os paisanos armados, de Canelas e do Douro, que fazem fogo como maldrabos. Também lá estão o José Vaz, que se intitula vice-presidente do governo, e de lá fazem chamar as ordenanças para as armarem, cujo plano pouco lugar tem tido, porque estes lugares não querem deixar a causa que juraram. Saberás que Antão esteve quase morto de uma queda de cavalo abaixo, ao sair de Penafiel e lá está, dizem-me, que já melhor. Não sei nada da Bahia. Manda-me dizer alguma coisa das cartas diri-

(1) Esta carta é de 1823, porque se refere a acontecimentos ligados ao levantamento absolutista do conde de Amarante e marquês de Chaves (Manuel da Silveira Pinto da Fonseca), que se iniciou em fevereiro de 1823, em Trás-os-Montes.

gidas a Portugal. Luís do Rego está em Freirico, a duas léguas de [...].

Adeus, teu do coração,

J. Garcês

Saudades a José Francisco e aos amigos.

48

Antão Garcês Pinto de Madureira a seu cunhado Luís Paulino

Penafiel, 24 de março (1)

"Il.mo e Ex.mo Sr. Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França

Marechal-de-Campo dos Exércitos Nacionais e Reais

Deputado em Cortes — Lisboa"

[Carimbo dos correios: "Penafiel".]

Meu caro Luís:

Por ordem saí da cidade do Porto, repentinamente, no dia 14, direto a Amarante. Recebi em Penafiel ordem para alto, nova ordem para marchar a Pombeiro e, estando em marcha no dia 19, às 10 da manhã, infelizmente caiu comigo o cavalo, quando todos nos achávamos dando mil vivas à Constituição e o bravo batalhão que comando, cheio do maior entusiasmo. Aconteceu-me esta desgraça causada por um medo que o cavalo teve ao passar pela frente de um destacamento de milícias que se achava formado em cima da vila, animado do mesmo espírito, dando vivas e acenando com as barretinas. O cavalo ergueu-se e caiu sobre mim e me pisou de tal maneira que fui julgado morto. Porque os céus me valeram, vim para casa em uma cadeira e aqui me acho, há cinco dias, de cama e bem arruinado da cinta para baixo. Estou muito pisado nas virilhas e quadril esquerdo. Mas espero em Deus sair

(1) Esta carta é de 1823 e refere-se aos episódios do esmagamento do levantamento absolutista, que começou em fevereiro desse ano, em Trás-os-Montes, e terminou em 25 de março, com a queda de Amarante.

cedo desta cama para levar ao fim o meu trabalho. Quero morrer pela minha pátria. Ah! meu Luís, que desgraça a minha se não me apronto! Desespero ver-me, depois de tanto trabalho, em uma cama quase a ouvir o fogo. É coisa triste, assim acontece, pois se têm batido estes pontos, Amarante, Canaveses, Salamonde. Ontem foi deveras em Amarante. Houve [...] e nós fizemos 44 prisioneiros, entre estes 3 patentes oficiais. Têm passado para nós bastantes desgraçados soldados. Não posso mais, estou cansado.

Adeus, sou teu irmão do coração,

A. Garcês

49

Antão Garcês Pinto de Madureira a seu cunhado Luís Paulino

Penafiel, 31 de março (1)

"Il.mo e Ex.mo Sr. Luís Paulino d'Oliveiveira Pinto da França

Comendador das Ordens de N. S.ª da Conceição
Marechal-de-Campo dos Exércitos Nacionais e Reais

Deputado em Cortes — Lisboa"

[Com carimbo de Penafiel e lacrado com armas que não identifiquei, mas não são as dos Garcês.]

Caro Luís:

Cá desta terra te escrevi e outra vez o faço. Estimo a tua saúde. Eu vou com muitas melhoras e em poucos dias tenciono marchar. Escapei à morte milagrosamente e juro-te que tenho passado dias de desesperação, por me ver aqui metido, depois de tanto trabalho que tenho passado por causa da canalha. Mas eu, logo que possa montar, parto. A tropa está toda em movimento. Diz-se que Rego chegava hoje à Vila Real. O círculo está formado e é tempo, meu Luís, de decidir, pois a demora deve ser prejudicial. O nosso José, metido com a maldita e nojenta milícia, acompanha caixa militar. Ainda pode haver um diabo que pro-

(1) Esta carta é de 1823 e diz respeito ao levantamento absolutista de Trás-os-Montes, iniciado em fevereiro desse ano e derrotado em 25 de março do mesmo ano, em Amarante.

teja milícias, mas é só se for algum que com malícia os tenha comandado e chupado!

Serpa é chegado a esta terra à 1 da tarde de hoje, não sei a quê, mas o seu vagar me dá a entender não ser coisa de pressa. Ele diz [que] vai ao 2.º general do Rego, e aqui ficou hoje. Estes pontos do Tâmega ficam ocupados por milícias; só a linha penso que avança e o José, como assim digo. Eu não sei como ele não está doudo. Enfim, veremos se o tal Silveira (2) dá a casca ou se mete pernas, pois me lembra que por Bragança ele poderá escapar. De qualquer maneira, devemos acabar com Silveiras e todos seus sócios, haja o sangue que houver.

Adeus, meu Luís, sou teu irmão do coração,

A. Garcês

P. S. Tenho tido muito prazer em ter lido nos diários as tuas boas palavras e gosto do teu pensar, assim como todos te louvam.

(2) Manuel da Silveira Pinto da Fonseca, 2.º conde de Amarante, futuro marquês de Chaves e cabeça da revolta.

50

Maria Libória Guilhermina da Silva Carneiro a seu genro Luís Paulino

Penafiel, 31 de março de 1823

"Ao Il.mo e Ex.mo Senhor Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França

Comendador das Ordens de Cristo e da Conceição

Marechal-de-Campo — Deputado em Cortes — Lisboa"

Il.mo Sr. Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França:

Remeti a carta de meu filho,(2) que se achava em Canavetro a certeza da sua saúde. Deus lha continue. Ninguém mais se [...]. Eu tenho passado como V. S.a pode pensar, com a queda do meu filho,(1) que foi mortal. Bem se pode contar, sim, dizer que existe por milagre. Deus se lembra muito da nossa família. Com Deus será melhor! Aceite dele e de Teresa muitas saudades.

Remeti a carta de meu filho,(2) que se achava em Canaveses, mas marchou para Amarante ontem. Tristes sortes, meu Deus. Só hoje há de estar em Ovelhinha. Pobre rapaz a comandar milicianos a dispersarem todos. V. S.a sabe que tropa é. Hoje chegou aqui o Serpa, deputado que me fez alguma confusão. Não posso imaginar o que é. Deus componha isto e sepulte o indigno Silveira, que tantos males tem causado.

Dê-me V. S.a notícias da sua saúde. Creia que sou, de V. S.a, mãe amante,

Maria Libória Guilhermina da Silva Carneiro Gomes

(1) Refere-se a seu filho Antão Garcês Pinto de Madureira.
(2) Refere-se a seu filho José Garcês Pinto de Madureira.

51

Antão Garcês Pinto de Madureira a seu cunhado Luís Paulino

Penafiel, 19 (1)

"Ao Il.mo e Ex.mo Senhor Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França

Deputado em Cortes — Lisboa"

[Carimbo dos correios: "Penafiel".]

Meu caro Luís:

Não tenho tido as tuas notícias, o que sinto deveras. Eu vou muito melhor, porém, sem banhos e tempo, não poderei julgar-me capaz de serviço ativo. Mas, não obstante, eu marcho, visto que tornam os corpos para Trás-os-Montes. Quero fazer respeito a esta festa, mas não posso, pois só o diabo entende tudo de seu. O meu bravo batalhão bem se tem portado; sendo filho daquelas malvadas terras, chegou até vila meã roto e estropiado, como todos os outros, [...] mais por mais ter sofrido, visto que, desde 1817 até ao presente, o seu descanso foi o de 7 meses na pesada guarnição do Porto. Isto, no inverno, não tem um desertor, porém acha-se reduzido a 120 baionetas. Tudo o que tenho ouvido da campanha, creio, há de dar que rir para o futuro, por ser impossível que acontecessem as porcarias que dizem. Causa desesperação ver o estado em que se puseram os nossos caçadores. Enfim, eu vou unir-me a esse punhado de homens que hoje sairam

(1) Esta carta refere-se aos acontecimentos ligados à campanha das tropas liberais contra a rebelião dos absolutistas, que se iniciou em Trás-os-Montes em fevereiro de 1823 e se encerrou com a tomada de Amarante em 25 de março do mesmo ano. Pelas outras cartas de Antão e data do seu acidente, poder-se-á atribuí-la a 19 de abril de 1823.

de Amarante para Vila Real. Queira o céu que, sendo preciso, não aconteça o que aconteceu; aliás, eu endoudeço.

Tu escreves-me, que eu farei o mesmo. A nossa família está boa. Assim nós tivéssemos notícias do Brasil!

O José, dizem que recolheu. Torno a dizer que não se entende esta festa abaixo e acima, cinqüenta contramarchas, com batalhas só no nome. Enfim, haja quem nos governe que vamos a dar a última gota de sangue pela nossa santa causa, pela nossa liberdade.

Adeus, meu Luís, todo teu irmão do coração,

Antão

2.ª PARTE

Nota explicativa

De dezembro de 1822 a 25 de agosto de 1823 parece interromper-se a correspondência de Maria Bárbara com Luís Paulino. Por sua vez, o filho Luís já em campanha, ao lado das forças brasileiras, deixa de escrever no mesmo período. Só Bento, nesse período agitado, continua a escrever, mas pouco. Explicará o silêncio de Maria Bárbara a situação na Província da Bahia com as forças portuguesas, cercadas na cidade por forças brasileiras. Só em 2 de julho de 1823, as primeiras abandonaram Salvador e as segundas entraram na cidade, comandadas pelo general Lima e Silva, que tinha a seu lado, como ajudante de ordens, Luís, filho de Luís Paulino.

Maria Bárbara talvez só tenha regressado à cidade nessa ocasião.

Para melhor compreensão do conjunto de cartas que se segue, transcrevem-se as páginas 199 e 200 da 3.ª edição da obra de Francisco Varnhagen, *História da Independência do Brasil* (São Paulo, Melhoramentos, 1957).

Despachara D. João VI desde logo o marechal-de-campo Luís Paulino Pinto da França à Bahia, no brigue-correio *Treze de Maio*,(1) para fazer suspender as hostilidades, incumbindo a dois comissários régios, o conde de Rio Maior e o ex-ministro de seu filho, Francisco José Vieira, de virem ao Rio de Janeiro tratar com o príncipe o restabelecimento da união, com todas as cláusulas que haviam sido requisitadas pelos deputados em Lisboa, isto é, com uma administração inteiramente independente, contentando-se com a união política das duas monarquias sob um só e único soberano e reconhecendo-se os direitos de sucessão a esta soberania ao Imperador do Brasil.

Luís Paulino saíra de Lisboa a 10 de julho de 1823, muito antes que os dois comissários, que só puderam fazer-se de vela a 30. Tinha o próprio rei querido apressar mais a partida daquele, porque, com razão, julgara

(1) O próprio que levou para Portugal o conde dos Arcos (N. do Autor).

mais que tudo urgente o evitar maior derramamento de sangue, ordenando desde logo a suspensão das hostilidades na Bahia. Mas estas, pela evacuação do brigadeiro Madeira, haviam já cessado seis dias antes da partida do mencionado Luís Paulino.

Aportou este à Bahia no dia 18 de agosto, em meio de forte cerração e aguaceiro, e desde logo soube, por vários oficiais ingleses que vieram a bordo, quanto havia ocorrido. Por cautela, içou o brigue bandeira parlamentária, e o comandante do porto, depois de exigir a exibição dos documentos que pudessem legalizar o uso desta bandeira, conduziu o dito general Luís Paulino ao palácio do governo, não sem que corresse algum risco a sua vida, quando, em momentos de tanta exaltação, atravessava as ruas, por entre massas de povo. À Junta apresentou o general parlamentário os documentos que justificavam a comissão e poderes que trazia, os quais esta, desde logo, remeteu ao governo imperial, insinuando, ao mesmo tempo, ao emissário, que mais seguro estaria a bordo.(2)

Partindo da Bahia no dia 22, seguiu para o Rio de Janeiro, em conformidade das suas instruções, e fundeou no dia 7 de setembro, com bandeira parlamentária, fora da barra; e desde logo oficiou daí ao ministro, dando conta do fim que fora à Bahia.

Respondeu-lhe Carneiro de Campos, no dia 8, declarando-lhe que, no estado de guerra em que haviam estado os dois países, não poderia ele desembarcar, a não vir autorizado a reconhecer a Independência do Brasil.

Replicou Luís Paulino que não tinha tais poderes e que não tardariam os comissários que vinham a tratar com o governo.

O brigue, em conseqüência do mau tempo, entrou, porém, logo, e fundeou entre fortalezas. E a Assembléia, atendendo à gravidade do estado de saúde em que vinha o dito Luís Paulino, resolveu que, feito o exame pelos facultativos, pudesse desembarcar, passando a morar com seu cunhado, o desembargador Antônio Garcês Pinto de Madureira, com a devida vigilância.

Foi-lhe dada a companhia de um capitão e dois oficiais inferiores de ordenança, que, ao passo que honravam o cargo, serviam de escolta, por satisfação para com o público.

(2) Todos os documentos a este respeito (menos as instruções secretas) foram publicados em Lisboa em um folheto avulso. Igualmente se publicaram no Brasil, no *Diário do Governo*, n.º 73, de 26 de setembro. Cairu transcreve alguns (N. do Autor).

52

Maria Bárbara a Luís Paulino

Bahia, 25 de agosto de 1823

"Il.mo e Ex.mo Senhor Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França

Comendador das Ordens de Cristo e da Conceição etc., etc., etc.

P.E.F. — Rio de Janeiro"

Meu adoradíssimo Luís:

Cheia de saudades, sufocada em pranto, te envio estas linhas para certificar-te de que vivo e de que vai melhor o nosso filho; a tua Mimi se acha excelente. Sim, meu caro Luís do meu coração, eu vivo como tu podes supor. Logo que cheguei à terra, consultei sobre a minha saúde e, ainda que talvez precise de banhos, contudo não os posso tomar já. E, portanto, em pouco irei para o engenho cuidar ali da nossa casa. Algumas pessoas nossas amigas têm vindo ver-me já e todos te mandam mil recados. Ainda há pouco que saiu daqui o José Joaquim Moniz, que sempre me obriga muito, bem como a sua família.

A terra está, ao menos aparentemente, tranqüila. O céu se lembra de nós. Tivemos hoje a gostosa notícia de que o amável Imperador se acha inteiramente bom. O céu continue a felicitá-lo.

Esta carta, faz-me o favor de mandá-la o digno Thompson. Aqui esteve e me deu a notícia de que já está tomada a nau *D. João VI*. Oh, que será do nosso filho? Se teria perigo, meu Deus! A minha existência é bem digna de lástima. Não nos basta cami-

nhar virtuosamente, que a bastar, eu e tu, meu adorado amigo, nada sentiríamos.

Pela primeira embarcação te escreverei. Agora só me resta pedir-te que cuides muito de ti, se queres que eu viva. Adeus, meu amado Luís. Adeus. Eu te abraço do coração, pois sou toda tua,

Maria

P. S. Da nossa pobre Sabina ainda não tive notícias. Seu marido não fez o favor de procurar-me, nem o Sr. Salvador.(1) Santas gentes! Mas isto me não dá cuidado. Pobres ingratos, eu vos carpo!

(1) Salvador Pereira da Costa, pai de sua nora Maria José, referido em outras cartas.

53

Maria Bárbara a Luís Paulino

Bahia, 5 de setembro de 1823

Meu adoradíssimo Luís:

Esta é a terceira vez que te escrevo. Depois da tua saída, acho-me ainda nesta agitada cidade, à espera de ver se descem caixas, pois até há falta de barcos. E estou morta por chegar a Aramaré e dar aí algumas providências para voltar a tomar banhos doces, pois que o Pojuca (1) não presta para isso, por ser agora mui turvo. E depois, talvez que me mandem tomar salgados. Sossega, pois. Eu amo a minha conservação, pois que isso tanto te interessa. Aliás, os desgostos em que vivo não me fariam apetecer.

Os nossos filhos estão bem. Sabina, de quem tive ontem cartas, me pede te diga mil coisas. Está cheia de saudades. Muito e muito sentiu não ver-te. O marido aqui esteve ontem, com mil agrados, mas eu já o conheço bem: dou desculpa aos seus desarranjos e lhos perdôo. Ainda está na nossa casa e a sua péssima família. Quanto eu tinha arranjado, me vai acabando ou, para melhor dizer, já poucas coisas existem em muda. Assim o quis o meu fado, mas embora este se fartasse com percas de ouro! Eu contigo, nada me falta. Torno a repetir-te, estou doente e parece-me não me demorarei em Aramaré, se acaso o que hoje estou sentindo lá me atacar. Eu creio tudo ser calor.

Nada tenho a contar-te desta cidade. Só que em breve ficará despovoada de famílias européias, daquelas [que] mesmo que gostosas, quiseram ser brasileiras. Todas as noites são atacadas, a todo momento são espancadas. Que lástima! Os criminosos é justo

(1) Rio Pojuca, que atravessava o engenho.

que paguem, mas os inocentes faz dor vê-los sofrer. A noite passada, rondando o batalhão do Imperador, caíram sobre eles outros da terra e mataram três dos rondantes, soldados pardos. O general quer se ir embora com o seu batalhão. Está desesperado, até já se demitiu ao governo. Deus queira não vá, pois se o batalhão se ausentar grandes males cairão sobre esta malfadada cidade! O governo é, na realidade, digno, mas que há de, coitado, fazer, com tropa insubordinada e altiva?

O Recôncavo, segundo ouço, está pacífico. Ali há gente sã e honrada.

Saberás que apareceu aqui na gazeta uma carta chamando-te ex-baiano. Ora, não declararam o teu nome, mas percebia-se bem que este epíteto era a ti dirigido. Eu me ri. Não tem dúvida, não há coisa a que se tenha mais nojo do que a virtude. Se todos os baianos tivessem as tuas virtudes, viveríamos no céu. Eu não nego que tens mil patrícios, homens de probidade. Ainda há dias eu estive com um que faz honra à pátria, Francisco Vicente Viana,(2) que me pediu te desse muitas lembranças e também José Venâncio. Enfim, torno a repetir-te: há muitos, mas há muitos brejeiros também.

Dá recados meus a todos os conhecidos. Dá-me as tuas notícias, único bem que passo a gozar agora. Estou morta de saudades tuas. Adeus do coração. Te abraço ternamente e sou

Toda tua,

Maria

P. S. A tua Mimi diz que manda a seu papá muitos e muitos beijos. Está engraçada.

Torno a abrir para dizer-te que neste momento a cidade esteve na maior desordem. Não se ouviu, por algumas horas, senão: "Morra todo o batalhão do Imperador, morram todos os marotos". Eu fechei portas e janelas e tive de acomodar a Mimi, que chorava como doida. Deus se lembre de nós. Adeus.

(2) Futuro barão do Rio das Contas, foi membro da Junta Governativa Provisória da Bahia em fins de 1823, presidente da Província da Bahia.

54

Luís Paulino (filho) a Luís Paulino (pai)

Bahia, 14 de setembro de 1823

Meu caro pai:

Desde a sua partida desta cidade para essa, tem constantemente escrito a mãe e eu o não tenho feito igualmente por ter andado mais ou menos incomodado.

Agora que vai o brigadeiro Labatut, aproveito tão boa ocasião. Esta cidade tem gozado de algum sossego e continuará a tê-lo se as autoridades se fizerem, com energia, obedecer. Há poucos dias houve aqui um sussurro que pôs, por instantes, a cidade em agitação.

Pessoas malévolas inventaram que o disciplinado e excelente batalhão do Imperador passara a atacar os corpos do país. Estes, em conseqüência, correram aos seus quartéis, ao mesmo tempo que aquele se conservava em mangas de camisa dentro de seu abarracamento. Em breve se desvaneceu tudo e se entrou no conhecimento que há mão infernal que fomenta a intriga. Anarquistas, terríveis anarquistas, é de quem me queixo. Eles querem tudo perder para ver se alguma coisa ganham. Querem lançar por terra o majestoso edifício, que tanto custou aos bons erigir, para em seu lugar apresentar o horrível painel da dissolução e ruínas! Energia e força em quem governa são e serão sempre minhas palavras. Que lindo e brilhante quadro nos apresenta o Brasil! Uma Assembléia tirada da flor da nação, trabalhando a fim de nos dar melhores leis, um soberano incansável em promover a prosperidade do Brasil, que tudo fará para que seus súditos gozem uma completa felicidade! E devemos, portanto, suportar um punhado de homens que, tendo nascido sem pátria, queiram formar uma

a seu jeito, para a nossa ruína? Nunca o conseguirão, enquanto houver brasileiros honrados cujas vistas estão no Congresso e no imortal Imperador.

Rogo ao pai dê mil lembranças aos tios e veja onde pára o requerimento para a minha licença, remetendo-me o pai o aviso na primeira embarcação. Maria Francisca e Sabina estão boas.

Adeus meu pai. Sou e serei sempre

Filho obediente,

Luís

55

Maria Bárbara a Luís Paulino

Bahia, 15 de setembro (1)

"Il.mo e Ex.mo Senhor Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França, etc., etc., etc. — Rio de Janeiro"

Meu caro Luís:

Neste momento me avisa Thompson da saída de um brigue e, como não quero que uma só embarcação deixe de levar-te letras minhas, apesar de escrever-te ontem por duas pessoas, vou tornar a dizer-te que cada dia me tenhas mais e que vou vivendo. Mimi hoje se purgou e Luís está com defluxo e muito trabalho, coitado.

Dá mil recados à nossa família toda, a quem hoje, por muitas dores que tenho na cabeça, não posso escrever, mas que de todos me lembro com a maior amizade e esta sirva para todos. Adeus meu adoradíssimo Luís, meu tudo. Adeus, eu sou

Tua, muito amante,

Maria

(1) É evidentemente de 1823, pois está endereçada ao Rio de Janeiro, onde Luís Paulino se encontrava.

56

Maria Bárbara a Luís Paulino

[Sem data nem endereço.] (1)

Como tenho portador seguro, resolvo-me a não mandar pelo correio a carta inclusa e junto mais alguma coisa àquela. Sim, meu adorado Luís da minha alma, ainda me acho na cidade e só por todo este mês irei para fora. O que bem me custa, pois a cidade está um verdadeiro asilo para negros. Tudo quanto se vê e ouve revolta o ânimo mais pequeno e frouxo. E vejo-lhe, por ora, pequenos remédios para males tão fortes. O general e governo têm agora dado enérgicas providências, mas a pluralidade dos habitantes, casta brava e revoltosa, nem as percebeu, nem fazem caso. Tanto podem os ocultos facciosos que querem acabar com esta malfadada província. Todos os dias vomita infernal veneno um Barata (2) e outros da mesma laia. Os sacrifícios que tem feito o Imperador, a bondade da sua alma não amacia aquelas feras. Eu tremo e carpo a tua pobre pátria. A gente sisuda daqui sente comigo, mas o número da má é maior, pois que é maior o número de negros e mulatos. Todos os dias a cidade se vai despovoando. Não há comércio, para bem dizer. Não sei, não sei o que será de nós. Que linguagem raivosa se encontra na boca dos negros! O céu aparte os raios da sua cólera de nós. Oh! a minha querida filha é quem me prende. Hei de, hei de um dia, é certo, desligar-me dela, mas ambas seremos vítimas da saudade. Coitadinha, ela te envia mil e mil saudades. Beija-te a mão e chora ainda por te não ter visto. Seu mau marido resolveu-se, no fim

(1) Esta carta é posterior a de 25 de agosto de 1823 e parece escrita pouco depois daquela, portanto em setembro de 1823.

(2) Cipriano José Barata de Almeida, o inimigo de Luís Paulino que havia com ele sido deputado às Cortes Constituintes, estava de volta à Bahia e era tido como republicano e, por isso, como jornalista, agitaria politicamente a Bahia, agora sujeita ao governo do Imperador.

de vinte dias, a vir ver-me, assim como o Salvador. Eu já não estranho nada, pois assaz conheço ambos. Os antigos amigos aqui têm vindo. Bom que estejam capacitados que tu não foste para o Rio, pois seguram que o capitão dissera [que] para ali não ias. Sempre me pedem te mande recados.

Se falares, como espero, com o digno Labatut,(3) ele te contará com vagar o estado disto, se bem que agora está mais tranqüilo, pois já trabalha [...] a teu respeito, como já te disse, falaram, mas pouco. Deves pouco à tua pátria: não te paga o amor que lhe tens e os sacrifícios que lhe fizeste. Os marotos são mais gratos e generosos, perdoem-me os senhores brasileiros. Estou agoniada, apesar de que quem fala é a mísera ralé.

Já chegaram Alexandre Ferrão e Bandeira.(4) Já mandei saber deles. Hoje dá grande jantar o cunhado, e Luís para lá foi. O grande Lino(5) chegou aqui logo depois da tua partida e trouxe mil notícias: de que Portugal estava na maior desordem, que Rego estava com 12 mil homens, Wilson com igual porção, que a Constituição tornara acima. [?] Mostrou mais uma carta manuscrita, já se sabe, de Borges Carneiro ao Rei, a mais insolente que se tem visto. Oh, meu Deus, quanto se atura! Mas, enfim, há dois dias ficou desmascarado, pois chegou um navio hamburguês e diz: tudo está ali tranqüilo. Aos tais meninos, faz-lhes conta espalhar estas notícias para os seus fins sinistros. Eu creio que o tal Lino vai deputado para aí, pois que a cabala já trabalha. O que quiserem, Deus os ajude. São as novidades que apresenta a tua terrinha.

Dá mil recados à boa Maria Luísa e família. Não esqueço Luís José e filha e mulher, baronesa etc., etc.

Adeus, meu Luís. As minhas saudades crescem todos os dias. A tua vinda aqui por tão poucas horas veio dobrá-las. Eu morro por abraçar-te. Adeus, adeus da tua,

Maria

(3) General Pedro de Labatut, oficial francês convidado por D. Pedro a dirigir a campanha da Bahia (3 de julho de 1822). Deposto do comando supremo das forças brasileiras, chegou ao Rio em princípios de outubro de 1823.

(4) Trata-se de Alexandre Gomes Ferrão de Castelo Branco, que, como Luís Paulino, foi deputado pela Bahia às Cortes Constituintes. O outro deve ser Pedro Rodrigues Bandeira, também deputado da Bahia às Cortes.

(5) José Lino Coutinho, médico, que também fora deputado às Cortes. Fora anteriormente secretário da Junta Provisória da Bahia, nomeada em 10 de fevereiro de 1821, e, após a Independência, deputado e ministro do Império. Sua filha Maria José viria a casar com um dos netos de Luís Paulino, Henrique da França Pinto d'Oliveira Garcês, de quem descendem os parentes brasileiros.

P.S. Por *Santana* escrevi também. Ah, dize ao mano Henrique que por ora não venha. Isto mesmo já mandei dizer à sua mulher, para esta lho participar, pois que os seus inimigos, que são os parentes de sua mulher, trabalham surdamente. E, quando se quer insultar alguém, compram-se os negros para gritarem. Que deixe acalmar, pois eu tremo por ele. Bem que ele pouco me merece, mas sou sua irmã e a todos desejo venturas. Por ora eu, de tal gentinha, sou muito respeitada. Dá mil saudades ao tio e manos, primos e tia. Não te esqueço, adeus.

57

Maria Bárbara a Luís Paulino

Bahia, 29 (1)

Meu adoradíssimo Luís:

Acabo de receber neste momento a carta que pelo amável Saldanha me remetes. Mas como ficaria eu ao ler as tuas letras queridas tão trêmulas e sabendo o estado em que ficavas. E sem eu poder voar a teu lado. Torrentes de lágrimas subiram dos meus olhos e ainda me conservo num estado digno de lástima. O céu se lembre de mim e me deixe apertar-te nos meus braços, que, a querer-me roubar esta consolação, tire-me antes a vida. Já tu dizes me não aflija. E como poderei eu, sem morrer de dor, saber que a paga das tuas virtudes são injustiças contínuas? Quem, quem mais do que tu amas a tua pátria? Mas os homens costumam ser ingratos com aqueles a quem mais são obrigados.

Tu estás cuidando da minha saúde. Recomendas-me os banhos de mar. Oh! como posso já tomá-los? Preciso ir fora arranjar dinheiro para fazer descer caixas. E a safra, que eu julgava grande, não chegou ao número de caixas que o grande bêbado Veiga me tinha dado. E, para cúmulo do mal, continua a perseguir-me o Bittencourt e a obrigar-me a gastar. Mas, assim mesmo, eu vou-me logo embora, para então vir cuidar dos meus banhos, visto que a minha saúde tanto te interessa. Se eu não for agora, adeus Aramaré! É sorte dele só ter ladrões ali.

A nossa Sabina está doente, coitadinha. Que mais te hei de dizer? Mimi, agora boa, toda a manhã tem chorado por ti, pois vê-me chorar.

(1) Pela referência ao Imperador, esta carta é de 1823, portanto dirigida ao Rio de Janeiro, aonde Luís Paulino se encaminhara, conforme instruções de D. João VI, após a sua estada na Bahia. Pela seqüência das cartas seguintes, esta tanto pode ser de 29 de agosto como de 29 de setembro, embora me incline mais para a segunda hipótese.

Soubemos pelo mesmo Saldanha que, à saída dele, entrava uma fragata com os deputados.(2) Isto me faz supor que estará já descansado. Enfim, o que me aflige é saber que passas mal, que tudo mais, para mim, nada vale, nada.

Sou sobranceira a tudo, pois conheço o teu caráter e firmeza etc. Peço não te aflijas por mim, pelos teus filhos, que tanto carecem da tua preciosa vida. Sei que o amável Imperador cada dia se torna mais digno de amor. O céu lhe conserve a vida. É verdadeiramente um anjo de paz que veio sobre o Brasil. Ora, meu Luís, meu amigo da minha alma, não tenho mais que dizer-te. A cidade está, graças a Deus, tranqüila. Queira a Providência se conserve sempre assim para [o] bem de todos. Adeus, adeus, eu te abraço ternamente, pois sou toda tua,

Maria

(2) Os deputados pela Bahia foram empossados pela Constituinte entre 19 de julho e 2 de agosto de 1823 (N. da Editora).

58

Maria Bárbara a Luís Paulino

30 de setembro (1)

"Il.mo e Ex.mo Senhor Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França, etc., etc., etc. P.M. — Rio de Janeiro"

Ontem pelo correio te escrevi debaixo do nome de José Francisco, mas, como tenho agora melhor portador e mais certo, no bom Picão, de novo vou conversar contigo. Sim, meu adoradíssimo Luís, minha única consolação, depois que recebi outra carta ainda não pude ter um momento de descanso. A minha alma está rasgada por mil modos. Deus se compadeça do meu infeliz estado. Eu também tenho passado com pouca saúde e tu me lembras o meu antigo remédio de banhos de mar. É verdade que me serão úteis, mas o tempo para eles ainda não é próprio e, além disso, as casas, para onde íamos antigamente, não existem. Apenas alguma de algum estrangeiro, mas essas nem trastes me deixarão levar para elas e deixar tudo para ser roubado é coisa triste. Assim, delibera o que deverei fazer quando o tempo ou monção seja próprio para o uso do sobredito remédio.

Por estes dias vou ao engenho. Tudo ali está desordenado com o maldito bêbado Veiga, como já numa te contei. Dá mil saudades aos caros manos e dize ao Henrique que as suas foram prontamente ao seu destino pelo Antônio, que se acha comigo enquanto comigo não regressa, sim, ele, para Água Boa.

Eu agora não escrevo aos manos. Dá-lhes mil saudades. O nosso Luís está ocupadíssimo: vem do quartel, vai para Conselhos de Guerra, às tardes, Conselhos particulares.

(1) Esta carta, dirigida ao Rio de Janeiro, é evidentemente de 1823.

Pede-te a bênção e por ora não aproveita a licença para ir nessa Corte beijar a mão ao digno Imperador.

A cidade está quieta e para comigo muito [sic]. Sempre eu não tenho razão de queixa.

Meu Luís, meu bem, cuida, cuida de ti. Por mim te peço e pelos nossos filhos. Nada mais te dê cuidado. Adeus, adeus, abraça-te, cobre-te de beijos a

Tua

Maria

59

Maria Bárbara a Francisco José Lisboa

"Il.mo Senhor Francisco José Lisboa

Comendador da Ordem de Cristo, etc., etc., etc. S/C"

"Il.mo Sr. Francisco José Lisboa:(1)

Agradeço a V. S.a o cuidado que lhe tenho devido. Eu não tenho passado bem. V. S.a pode supor quais terão sido e sabe os meus cuidados.

Amanhã conto partir para fora. Não há remédio, vamos ver fazer açúcar. Se V. S.a quiser alguma coisa daquele deserto, aqui tem portadora certa. Em alguma hora que tiver vagar, estimarei me mande algumas notícias deste Mundo Novo. Deus guarde V. S.a e muitos anos.

De V. S.a muito veneradora e obrigada,

D. Maria Bárbara Garcês

(1) Comerciante na Bahia (N. da Editora).

Nota final

Esta coleção de cartas deverá ter seguido com Luís Paulino para Lisboa, a bordo do brigue *Glória* e ali ter sido entregue, junto com os outros papéis de família, a seu filho Bento, quando este acompanhou D. Pedro para Portugal e ali se fixou.

As cartas de Luís Paulino devem ter ficado na Bahia com Maria Bárbara e terem passado a seu filho Luís (cuja descendência parece ter-se extinguido na geração seguinte) ou a seu neto Henrique, filho de Bento e antepassado dos atuais parentes brasileiros.

ANEXOS

I

Dados biográficos sobre alguns dos autores dessas cartas

Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França

[Enciclopédia Luso-brasileira]

Oficial do Exército, nascido na Bahia (Cachoeira) em 30 de junho de 1771, morto em 8 de janeiro de 1824, no posto de general. Era tenente do regimento de cavalaria I, em Coimbra, quando o general Junot dissolveu esta unidade, como todo o Exército português. Não pôde suportar esta humilhação e, na companhia de seu filho Bento, então cadete, partiu a espada junto do túmulo de D. Afonso Henriques, no mosteiro de Santa Cruz. Tomou parte muito ativa no movimento patriótico que expulsou os invasores do Porto e voltou a servir, já como capitão, no seu antigo regimento, reconstituído e incorporado na Leal Legião Lusitana. Distinguiu-se em diversas ações, sobretudo em Valverde. Foi, em 1809, promovido a major e, pouco depois, a tenente-coronel. Embarcou para o Rio de Janeiro, onde assumiu, como coronel, o comando do 1.º regimento de cavalaria. Elevado ao posto de general, a sua província elegeu-o para a representar no Congresso Constituinte, em 1821, e dois anos depois, quando da queda do regime constitucional, foi enviado por D. João VI à Bahia para ajustar um armistício com os revolucionários brasileiros. As forças portuguesas, porém, tinham abandonado já a cidade e, por isso, dirigiu-se ao Rio de Janeiro, onde devia juntar-se a outros negociadores. D. Pedro recusou-se a negociar com a comissão portuguesa, que resolveu, portanto, seguir para Lisboa. Pinto da França ficou retido no Rio de Janeiro, por ter adoecido, e tentou a viagem em dezembro de 1823, a bordo do brigue *Glória*, mas faleceu antes de chegar a Portugal. Cultivara a poesia, de que se publicaram algumas composições no *Jornal de Coimbra*, n.os 22, outubro de 1813, e 41, 1845. Parece que outras composições foram insertas

no t. III do *Parnaso brasileiro* e na *Miscelânia poética*,(1) Rio de Janeiro, 1853. Foi fidalgo-cavaleiro da casa real, em virtude do seu posto militar; comendador, em África, da Ordem de Cristo e cavaleiro professo da mesma ordem; cavaleiro da de N. S.ª da Conceição e da de Torre-e-Espada, e marechal-de-campo. Foi o primeiro administrador do vínculo de Fonte Nova, instituído por seu pai, Bento José de Oliveira, em 10 março de 1804, e deputado nas cortes de 1821. Era condecorado com a medalha de ouro da Guerra Peninsular.

Bento da França Pinto d'Oliveira, general do Exército português

[*Enciclopédia Luso-brasileira*]

Fidalgo-cavaleiro da casa real (alvará de 14 de junho de 1824), par do reino, senhor do morgado da Fonte Nova, grã-cruz das ordens de São Bento de Avis e de Carlos III, de Espanha, comendador da Ordem de Cristo, cavaleiro da Torre-e-Espada, condecorado com a medalha de 5 campanhas da Guerra Peninsular, e com a medalha de honra, de Espanha, pelas batalhas de Vitória e de Albuera, tenente-general do Exército, vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar, deputado da nação etc. Era filho de Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França, fidalgo da casa real, comendador de uma comenda de África, na Ordem de Cristo, cavaleiro das ordens de N. S.ª da Conceição de Vila Viçosa e da Torre-e-Espada, senhor do vínculo de Fonte Nova, deputado da nação etc., e de sua mulher, D. Maria Bárbara Garcês Pinto de Madureira, nascida no Porto, a 6 de novembro de 1793, e morta em Lisboa, a 14 de dezembro de 1852. Alistou-se nas fileiras do Exército apenas com 12 anos de idade, como cadete do regimento de cavalaria 9, do qual seu pai era capitão, corpo este que foi dissolvido por Junot. Estalando a revolta contra o invasor francês, voltou o jovem militar imediatamente ao serviço, como alferes, sendo elevado a tenente em 1809 e a capitão, por distinção na batalha de Salamanca, onde se portou com heroísmo. Seguiu com seu pai para o Brasil depois da expulsão dos franceses,

(1) V. F. A. de Varnhagen: *Florilégio da poesia brasileira*, 2.ª ed. anotada por Rodolfo Garcia, Rio de Janeiro, Academia Brasileira, t. II, 1946, p. 241. V. ainda, Mário Torres: "Uma família de generais", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*, n.º 69 (1943), p. 253-325; e *Comodidades que o marechal-de-campo graduado Luís Paulino de Oliveira Pinto da França oferece para o estabelecimento de uma feira nas terras de seu engenho denominado Aramaré e a que se refere o decreto de 9 de agosto de 1819*, Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1819 (N. da Editora).

sendo sucessivamente ali promovido a major, tenente-coronel e coronel. Em 1826 voltou a Portugal, sendo nomeado comandante de cavalaria 3 e graduado em brigadeiro. Exilou-se em 1828, devido aos sucessos políticos desse tempo, e em 1832 fez parte da expedição desembarcada no Mindelo, comandando o batalhão de oficiais. Bateu-se durante a dura luta com os exércitos de D. Miguel e depois da capitulação destes foi, pelo novo governo constitucional, nomeado governador de Elvas, sob as ordens diretas do Estado-Maior Real. Governou depois até setembro de 1836 as armas da província do Douro. Comandou a 2.ª e a 5.ª divisões militares e foi, em 1842, incumbido de reprimir a insurreição de Torres Novas, sendo ele quem obrigou a praça de Almeida, onde os revoltosos se tinham entrincheirado, a render-se. Deputado às Cortes de 1839 a 1841 e sucessivamente promovido a marechal-de-campo e a tenente-general, comandou neste posto a 1.ª divisão militar. A sua elevação ao pariato foi por carta régia de 15 de dezembro de 1849, tomando posse em 7 de janeiro de 1850. Casou, a 21 de maio de 1820, com D. Maria José Tovar da Costa, filha de Salvador Pereira da Costa, coronel do Exército brasileiro, adido militar da legação dessa nação junto do governo português, e de sua mulher, D. Rita Cândida de Sousa, 1.ª condessa da Fonte Nova, nascida na Bahia a 30 de julho de 1805 e morta em Caxias a 17 de outubro de 1871. Tiveram geração.

Luís da França Pinto Garcês, general do Exército brasileiro (1)

Nasceu em Lisboa em 1799. Verificou praça no batalhão de caçadores da Bahia em 1811, considerado 1.º cadete por ser filho do general Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França. Foi transferido para o 1.º regimento de cavalaria da Corte em 1813. Matriculou-se na Academia Militar. Tomou parte na repressão ao movimento revolucionário de Pernambuco em 1817. Nomeado alferes em 14 de abril desse ano e tenente-ajudante em 1818. No mesmo ano, foi ajudante-de-ordens do inspetor da cavalaria e tropas ligeiras da Bahia.

Durante a guerra da Independência apresentou-se ao general Labatut, de quem foi ajudante-de-ordens e encarregado da instrução da cavalaria. Foi pelo mesmo general graduado como major.

(1) Extraído da obra de Alfredo Pretextato Maciel da Silva, *Os generais do Exército brasileiro*, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1940, vol. II, p. 332, Biblioteca Militar, vol. XXXII (N. da Editora).

Enviado ao Rio de Janeiro, apresentou-se ao príncipe D. Pedro, que o recebeu benevolamente e o incumbiu de guiar o batalhão do Imperador, enviado àquela campanha. Entrou com as forças brasileiras em Salvador. Incumbido de instruir o esquadrão de cavalaria de 1.ª linha. Confirmado como major.

Em 1825 tomou parte na guerra da Cisplatina, sendo graduado como tenente-coronel. Tomou parte brilhantemente na batalha de Passo do Rosário. Em 1828 recolheu-se com seu esquadrão à Bahia.

Nomeado comandante das armas do Sergipe em 1830, pediu dispensa da comissão. Comandou o 3.º batalhão de caçadores.

Em 1835 foi comandante das armas da Bahia, tomando parte na repressão à Sabinada. Foi substituído pelo general João Crisóstomo Calado, também natural de Portugal.

Em 1845 comandou uma brigada de infantaria no Rio Grande do Sul, sendo graduado como brigadeiro, tomando parte no combate aos Farrapos até 1845, quando voltou à Bahia, como inspetor da Guarda Nacional.

Em 1846 foi nomeado brigadeiro efetivo.

Graduado como marechal-de-campo em 1861, requereu reforma no posto de tenente-general. Era fidalgo-cavaleiro da Casa Imperial, guarda-roupa do Imperador, tinha as comendas de Avis e de Cristo, e a ordem do Cruzeiro no grau de cavaleiro. Jaz na matriz de Pirajá, juntamente com outros heróis da guerra da Independência.

Salvador Pereira da Costa

[Manuscrito do punho do próprio, existente nos papéis de família]

Contava apenas cinco anos de idade, na Província de Goiás, quando faleceu seu pai, ouvidor e desembargador do mesmo nome. Natural da cidade da Bahia, assentou praça menor de doze anos, em 1785, e, percorrendo sua carreira militar, constantemente empregado, em diferentes províncias do Império, teve a fortuna de se achar na Bahia, quando o Brasil proclamou sua Independência, ponto onde ela foi mais porfiada e, obstinadamente, mais disputada pelas tropas da metrópole ao comando do general Madeira, que o prendeu, por sua reconhecida adesão à causa do Brasil, e com outros, se opôs a seus criminosos desígnios de sujeitar a pro-

víncia ao governo de Portugal, com manifesta desobediência às ordens de Sua Majestade, quando Príncipe; e, por este motivo, foram detidos naquele reino, no castelo de São Jorge, oito meses, sofrendo os incômodos de tal lance.(1)

Regressando à Bahia, em junho de 1822, teve a glória de ser um dos primeiros oficiais que se apresentou ao governo instalado na vila da Cachoeira para tomar parte naquela sagrada luta, tendo a honra de ser imediatamente escolhido para ir tomar o comando de todas as forças estacionadas nas vilas de Nazaré e Jaguaripe, cujos distritos se achavam em oscilação e anarquia, pela prisão tumultuária do ouvidor e fuga das primeiras autoridades, como [o] capitão-mor, coronel do Regimento Miliciano e até o comandante militar!

Restabelecida a ordem pública, por meios suasórios e brandos, formou novos corpos de tropas, aumentou os que já existiam, estabeleceu a comissão da Caixa Militar e pôs em segurança aqueles distritos (ameaçados de invasão inimiga), com oito pontos de defesa, no rio de Jaguaripe até a ilha de Itaparica e Barra Falsa de Jequiriçá, que animava com sua presença, por meio de freqüentes revistas, atento à proximidade das barcas canhoneiras inimigas. Para comodidade do soldado, eram os destacamentos tirados das companhias de milícias mais próximas aos pontos, onde, pela comissão da Caixa Militar, lhes fornecia a etapa, a fim de não matarem gado e prejudicarem os fazendeiros.

Finalmente extraiu destes distritos recursos que tão profícuos foram ao Exército e à Esquadra no morro de São Paulo, proporcionando já refrescos a esta, já freqüentes remessas àquele de tropas, recrutas, fardamentos e víveres; satisfazendo, ao mesmo tempo, todas as requisições e auxílios exigidos da importante posição, em que se achava, por ser a única estrada para a Corte, o fornecimento de víveres para o Exército e vilas do Recôncavo, cujas estradas conservou sempre no melhor estado, sem perder de vista e evitar, quando cabia em suas forças, a opressão dos povos, como se depreende dos ofícios do general-em-chefe Pedro Labatut e das cartas dos próprios membros daquele governo, em documentos n.os 1, 2, 3 etc. Até que, por ordem do quartel-general, marchou para as linhas de Pirajá e, unido ao Exército, teve a glória, depois de um ano de tão porfiada luta, de entrar na cidade, restaurada a 2 de julho de 1823, diã em que o inimigo, em número de dez mil, foi obrigado a embarcar-se em oitenta velas!

(1) Refere-se à prisão do brigadeiro Madeira, no seu regresso a Portugal.

Por uma conseqüência de seu bom serviço foi despachado, logo depois da entrada da cidade, por decreto de 22 de dezembro, inspetor do trem de guerra, que o inimigo havia destruído e inutilizado como é costume; sendo preciso reorganizar todas as oficinas e livros da contabilidade, para reedificar os quartéis da tropa, e fortalezas da cidade, e Morro de São Paulo, em que não havia nem carretas, nem palamenta, além de mochilas e calçados para os batalhões, que nada tinham; elevando-se a seiscentos o número dos empregados daquela repartição, que fez trabalhar, com a maior atividade e economia para a Fazenda Pública, por espaço de um ano, como se vê da correspondência do presidente e do general para esta Corte, que existe na Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra.

Por decreto de 13 de julho de 1835 teve a honra de ser despachado adido à Legação Brasileira, na Corte de Lisboa, onde serviu por espaço de dez anos, exercendo não só as funções de secretário, como as de encarregado de Negócios Interinos, com acerto e aprovação do governo imperial, que, um ano depois, o elevou a adido de 1.ª classe por decreto de 13 de fevereiro de 1840, merecendo a consideração do governo fidelíssimo, que lhe fez espontânea mercê da Ordem da Conceição, e tudo comprovado com o ofício n.º 15 do atual ministro brasileiro Drummond (2) para esta Corte, quando chegou a Lisboa e mais documentos juntos.

(2) Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond (N. da Editora).

II

Referências a Maria Bárbara, posteriores a essas cartas

[Trancrição da página 296 da 3.ª edição da obra de Wanderley Pinho, *Salões e damas do Segundo Reinado*, São Paulo, Martins, 1959.]

[Artur] Bertrand (1) se refere a D. Maria Bárbara Garcês, viúva do marechal Luís Paulino Pinto da França, muito dedicado a D. João VI e sua família, com quem conviveu por muito tempo como assistente na Corte tanto no Brasil como em Portugal. Por ocasião das lutas pela Independência manifestou-se favorável aos portugueses e veio em missão de conciliação à Bahia, que já encontrou libertada, depois de 2 de julho de 1823, do jugo lusitano pela ação heróica de uma brava guerra que durara todo um ano. Dirigindo-se ao Rio de Janeiro, D. Pedro I não quis recebê-lo como a outro enviado que também viera com cartas de D. João VI. Obrigado a regressar a Lisboa, mesmo doente como se achava, morreu durante a viagem. Sua viúva vivia na Bahia, onde era senhora do engenho de Aramaré, e deixou no Recôncavo fama de mulher enérgica. Os hábitos palacianos faziam dela também nos salões da capital baiana uma grande dama, louvada, por sua gentileza, por Bertrand. Filipe Alberto Patroni, na sua interessantíssima *A viagem de Patroni pelas províncias brasileiras de Ceará, Rio São Francisco, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro nos anos de 1829 e 1830*, Lisboa, 1851, faz referência elogiosa e algo picante a D. Maria Bárbara. Continuava ele sua peregrinação, encaminhando-se por terra de Cachoeira à cidade do Salvador, quando chegou ao engenho Brito, do Iguape, entre Cachoeira e Santo Amaro, onde devia arranchar. Convidado a hospedar-se no "sobrado", que estava em festas, ali viu D. Maria Bárbara, a quem

(1) General Artur Bertrand visitou a Bahia na comitiva do príncipe de Joinville. Autor de *Lettres sur l'expédition de St. Hélène en 1840*, Paris, Paulin, 1841 (N. da Editora).

justamente se prestavam homenagens. Lê-se naquela *Viagem*: "Ilustre e mui bela viúva do marechal Luís Paulino Pinto da França, que tinha vindo da Bahia visitar seu genro, o coronel Brandão, irmão da dona daquele engenho. A companhia era escolhida; todos os ricos lavradores do Iguape ali apareceram; reinava a profusão e alegria por toda a parte: e a deusa a quem se dedicavam tantas oferendas fazia a alma daquele congresso respeitável. Eu lhe ouvi cantar uma breve ária, a doçura de sua voz encantou meus sentidos e fez em mim a mesma impressão que Vênus fizera no pai dos deuses, quando as lácteas tetas lhe tremiam no concílio celeste, congregado para decidir da sorte dos lusitanos nos mares da Índia". Patroni fala também da recepção que lhe fizeram no engenho Vanique (na vila de São Francisco), "cujo morgado, com suas jovens irmãs, gastando *humour* e trajo cortesão nos receberam agradavelmente e nos deram agasalho por aquela noite". Testemunho das atividades mundano-sociais de D. Maria Bárbara e de outras damas da Bahia, em 1844, é o seguinte convite: "*Le Consul de France* prie Monsieur Auguste Descosterd, Consul de la Confédération Suisse, de lui faire l'honneur d'assister au bal qui aura lieu chez lui mercredi, 1.er mai, à l'occasion de la fête du Roi e de l'anniversaire du mariage de S.A.R. le *Prince de Joinville* avec S.A. la *Princesse D. Francisca,* du Brésil. N.B. M.mes Maria Bárbara Garcês Pinto de Madureira, Teresa Clara Viana Monis d'Aragão, Maria Acciavoli d'Albuquerque, et Maria Acciavoli d'Almeida, veulent bien se charger de faire les honneurs du bal. Bahia, Hôtel Consulaire de France, le 14 avril 1844" (da Coleção Arnold Wildeberger).(2)

(2) Maria Bárbara estava, pois, ainda viva em 1844, vinte anos depois da morte de Luís Paulino.

III

Extrato do livro de registro dos bens de raiz do capitão Bento José de Oliveira, no Brasil e Portugal

[Elaborado em 14 de outubro de 1791, refere-se ao engenho de Aramaré.] (1)

Bens que possuo no Brasil na comarca de Bahia, termo da vila de Santo Amaro da Purificação, freguesia de São Pedro do Rio Fundo.

O engenho chamado de Aramaré, com todos os acessórios de fazer açúcar e escravos, bois, cavalos, terras, canaviais, roças, pastos, casas de vivenda, senzalas, matos, que tudo consta de um inventário que fiz, do qual fiz cinco de um teor, entreguei um ao meu administrador Félix Coelho de Oliveira, outro a meu compadre Domingos Pereira dos Santos, morador na vila de Santo Amaro da Purificação, outro a Gualter e Antônio Munis da Costa, moradores na cidade de Bahia, os outros dois os guardo no meu armário de meu escritório, que tenho nesta cidade de Porto, na rua Nova do Almada, donde de presente estou morando, os quais dois inventários têm título no maço que diz: "Papéis pertencentes ao meu engenho". O houve por compra que dele fiz ao capitão João de Aguiar Vilas Boas, morador que era no dito engenho em 7 de setembro de 1765. Foi escrivão da escritura Francisco dos Humildes Coelho, da dita vila, e está pago o dito engenho, que o resto que dele restava mandei satisfazer pelo dito Gualter Munis da Costa, no ano em que passei para este reino, que foi em 1780. Tenho escritura em meu poder no dito maço. Assim mais, ajuntei às terras do dito engenho as que foram de Baltasar de Vasconcelos, chamadas o Carapiá, que rematei na praça da dita vila no

(1) O original deste livro encontra-se na posse do meu primo, arquiteto José Aleixo da França Sommer Ribeiro.

ano de 1773, aos 26 dias de abril e consta da carta de rematação de que foi escrivão Inácio Manuel de Carvalho, a qual se acha no dito maço e treslado dela o entreguei ao dito meu administrador Félix Coelho, o qual [o] tem em seu poder, e o dito escrivão também era morador na dita vila de Santo Amaro. Todas as mais notícias que forem precisas se podem saber pelas cartas do dito administrador, que todos os anos escreve, e se acham nos maços que dizem: "Cartas do Brasil", cada um em seu respectivo ano.

Bento José de Oliveira (2)

(2) Na lata 32 da Coleção José Wanderley Pinho, depositada no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, o meu pai encontrou referências ao engenho de Aramaré, como pertencente em 1757 ao capitão-mor João Pedro Fiúza Barreto.

IV

Registro de casamento de Maria Bárbara e Luís Paulino

Aos 17 de dezembro de 1792 anos, nesta igreja de Santo Ildefonso (Porto) em minha presença, padre Luís Antônio dos Santos, se casaram Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França, filho legítimo do capitão Bento José d'Oliveira e de D. Maria Francisca de Jesus Ferreira d'Eça, neto paterno de João Pereira d'Oliveira e de D. Rosa Caetana da Fonseca Pinto da França, natural da freguesia da Sé desta cidade do Porto, e pela parte materna de Antônio Francisco de Pinho, natural da freguesia de Cabeçais, Lamego, e sua mulher D. Sebastiana Ferreira d'Eça, natural da freguesia de Rio Fundo, Bahia, com D. Maria Bárbara Garcês, filha legítima do capitão-mor de Penafiel, José Cardoso Pinto de Madureira Garcês, e de D. Maria Libória Máxima Guilhermina da Silva Carneiro, todos da freguesia de São Marinho de Penafiel, neta paterna do sargento-mor de Penafiel, José Pereira Pinto Garcês, e de D. Teresa Luísa Cardoso, da freguesia de N. S.ª das Vitórias do Porto, e neta materna de Henrique da Silva Carneiro, natural da freguesia da Cardoura, Lamego, e de D. Ana Jacinta da Silva Gomes, natural da freguesia de São Cristóvão de Mafamude.

V

Correspondência entre Luís Paulino e seus cunhados

1

São Cristovão, 13 de janeiro de 1818

Meu Henrique:

Agora que aqui estou com a metade do regimento junto ao Real Paço de São Cristóvão e sei que vai sair a charrua, faço esta para dizer-te que em tudo me refiro à que te escrevi pela embarcação em que foi o Sr. conde de Palma, ao qual também agora escrevo. Não sei se a Maricas agora te escreve, como me disse que ia fazer. Graças a Deus, meu Henrique, posso dizer que cada vez gozamos mais estimação e mais valimento, porém isto custa-me muito em todo o sentido, e já estou avelhantado e cansado, tomara que me deixem descansar. Dá-me sempre notícias tuas na certeza de que muito as prezo como

Irmão amante,

Luís (1)

(1) O coronel Luís Paulino era comandante do 1.º regimento de cavalaria (N. da Editora).

2

[Rio, 2 de fevereiro de 1818]

Meu Henrique:

Ainda há três dias escrevi ao Feliciano e com tanta pressa que lhe dizia mesmo que a houvesses por tua, como, porém, o correio se demorou, tive tempo para fazer-te esta. Estou persuadido que já terás recebido as que anteriormente te tenho escrito, porque não recebi mais do que uma tua depois que daí vim; tenho, contudo, tido amiudadas notícias tuas. Da dita carta ao Feliciano e gazeta que lhe remeti verás a alta graça e distinção que Sua Majestade me fez, a qual é mais honrosa por ser particular lembrança de El Rei e boa vontade do seu primeiro-ministro, pois, nesta época em que todos fizeram requerimentos, eu nem uma palavra dei a pedir para mim, e, segundo o meu sistema, não apareceu um requerimento meu na presença de nosso Soberano: e, se Sua Majestade me honra tanto por sua própria munificência, para que hei de eu pedir? Só aos céus me cumpre rogar, todas as horas, que conserve a vida de tão amável senhor.

Os nossos todos estão bons, Maria Bárbara está a tomar banhos e ares no meu hospício de São Cristóvão e por isso não te escreve. O nosso Antônio ainda não teve nada, mas julgo que agora terá, dentro em pouco tempo, uma pendenga boa e rendosa, que é a Conservatória Inglesa,(1) porque isso não é despacho de Sua Majestade diretamente, mas sim é nomeação dos mesmos ingleses, e, segundo o mesmo Antônio me disse, ele tem diligenciado, por si e pelos amigos, os votos e conta [com] a promessa da maior parte; portanto teremos este gosto e eu muito hei de estimar e a todos desejo muito e muito bem. Finalmente aí te remeto o teu brasão, que me foi preciso ontem ir eu mesmo fazer uma bulha dos diabos para mo acabarem de apron-

(1) Vara de Conservador da Nação Inglesa, juiz privativo concedido pelo tratado de Comércio de 1810 (N. da Editora).

tar, de forma que ontem mesmo o fiz passar pela Chancelaria e encadarçar, de forma que ainda vai fresco. Daqui verás como tudo aqui vai devagar, e olha para a data do brasão, que já em outubro foi feito, e, assim mesmo, por causa da pintura só agora o pudemos haver à mão, apesar de depender de mim a principal pessoa que nela figura. Ele vai, enquanto aos dizeres, o mais honroso possível; eu não o quis simples, como estava ao princípio e já te disse, e quis que fosse assim, com toda essa relação. Não te mando dizer já a sua importância, porque a Maricas tem esses recibos e ela está agora em São Cristóvão. Não sei se já visitaste o meu amigo Ex.mo conde da Palma;(2) se o não fizeste, faze-o: eu lhe escrevi já, depois que ele foi, duas vezes. Eu, meu Henrique, à vista da vontade de El Rei nosso senhor, assim irei estando onde o mesmo senhor estiver e, portanto, por ora não posso dispor de mim; porém Deus nos há de ajudar, e eu cada dia tenho novos motivos para lhe dar infinitas graças. Estou certo no que falamos e, agora que acaba este baralho de negócios pela Aclamação e outras circunstâncias, vou tratar disso e de outras coisas de que te darei parte. Conto de te mandar a forma de um requerimento para tu o fazeres e entregares ao Ex.mo conde da Palma, se assim quiseres ainda, e eu lhe dirigirei também uma carta para a informação; e depois mo mandarás. Ainda quisera ser mais extenso, e assim era preciso, mas chega um ordenança a chamar-me. Saudades do Bento e do Sr. ajudante Luís da França, que assim mo pediram. Recomenda-me atencioso à Sr.a D. Joaquina, minha senhora, e dá-me boas notícias tuas, que sempre me serão gratas.

Teu do coração,

Luís

P. S. O Sr. conde dos Arcos me tem mostrado a maior amizade e apenas, [...] mandou saber dele lhe respondeu por escrito com a maior atenção, estou-lhe sumamente obrigado.

(2) D. Francisco de Assis Mascarenhas, conde de São João da Palma, depois marquês do mesmo título e senador do Império do Brasil. Era então governador da Bahia (N. da Editora).

3

Real Palácio e Fazenda de Santa Cruz,
15 de março de 1818

Meu Henrique:

No momento em que eu já estava no meu quartel de São Cristóvão, pela segunda vez de volta desta Real Fazenda, e a ponto de tornar para aqui, recebi a tua carta em que me falas largamente de Aramaré e me remetes a nossa conta: o tempo não me permite mais do que ler à pressa, em três ou quatro dias, mas, [como] Sua Majestade tem se demorado e pode sair embarcação para a Bahia, faço esta para dar-te esta parte. Tenho te escrito várias cartas e não têm sido todas tão extensas como eu queria, porque, meu Henrique, a minha vida nesta Corte é uma tormenta e uma tormenta em que é preciso muito juízo e alguma coisa mais, e poucas vezes me sobeja um instante para descansar ou cuidar de mim: confesso-te que já estou cansado, mas há de me ser necessário todo o modo e delicadeza para me deixarem descansar, e não sei se, assim mesmo, o obterei, porque sou tão obrigado ao nosso amável soberano que minha completa satisfação há de estar sempre em fazer unicamente o que for de vontade do mesmo augusto senhor; porém, tenho toda a esperança de que Deus nos há de sempre ajudar.

Antes de marchar para aqui entreguei a ressalva do real serviço ao soldado que me recomendaste por ser parente da Sr.ª D. Joaquina, minha senhora, e confesso-te que, a não ser coisa tua, não o faria a outra pessoa, pois pelo engano que houve, foi-me agora preciso falar e pedir positivamente o aviso para ele: enfim, fiz o que prometi e está acabado.

Vi o que dizes a respeito de levantar engenho novo e que, apenas acabasse a safra, metias os machados no mato; estou persuadido que há de ser necessária esta obra, porém eu quisera que, ao menos aí, tratássemos disso ambos e que, portanto, por

este ano, remediemos só o que for indispensável para ter mão por uma safra no engenho velho e para o ano, então, meteremos mãos à nova obra. Tu dizes que eu devo ir assistir à dita obra; isso bom seria, mas depende da vontade de El Rei nosso senhor, à qual, pelas mais sagradas razões, me conformo do melhor grado, pois o muito que devo a tão augusto senhor leva ainda a mais a minha obrigação e a minha vontade; contudo, eu sempre espero que lá para agosto poderei ter uma licença maior para ir a essa terra. Os açúcares aqui estão a 2.900 réis e esperam que suba segundo as notícias de Lisboa e segundo o estado geral da Europa. Em quanto ao que me dizes sobre a carestia dos escravos, que nessa terra estão a 170 e 180 mil réis, e ao dizeres-me que se aqui estivessem por bom preço honrarias a resolução de mandar comprar alguns, devo dizer-te que há muito tempo não entrou nesta cidade tanta escravatura como agora. E eu, aqui mesmo em Santa Cruz, tenho perguntado por isso e me disseram que, escolhidos, se achavam escravos a 130$000 e, à vista disso, atendendo à tua resolução, se eu estivesse na cidade, talvez tomasse a deliberação de comprar-te uma dúzia deles e remetê-los, sacando sobre ti o seu importe. Mas daqui nada posso fazer; agora veremos como se acham quando eu for e ainda não sei quando será. A este respeito devo dizer-te, mais, que a despesa com cada escravo desta para essa cidade anda por oito mil réis.

Eu tenho sempre em vista as coisas em que falamos; espero que Deus nos há de ir ajudando, mas negócios nas Cortes, em geral, e nesta, em particular, ainda quando representação e outros valimentos, só se fazem com muita paciência, muita despesa e muito tempo.

Parece-me que já basta de seca, principalmente para quem tem [o] que fazer. Põe-me aos pés da Sr.ª D. Joaquina, minha senhora. Adeus.

Teu do coração,

Luís

P. S. Quer-me parecer que será conveniente estender a moagem, enquanto o tempo o permitir.

4

Rio, 27 de maio de 1818

Meu Henrique:

Proximamente nenhuma carta tenho recebido tua, e não tenho deixado de te escrever sempre, ainda que, algumas vezes, forçado pelas minhas muitas ocupações a escrever com muita pressa.

Já te disse que tinha recebido a conta que me mandaste e agora só falta falar sobre este particular e tratarmos sobre arranjos; porém, que longa escrituração seria preciso para isto, principalmente entre nós que entramos sempre em francas civilidades, filhas da amizade e parentesco? Portanto nada mais te digo por agora, senão que, vista a minha agarração aqui por minha obediência e gratidão a El Rei nosso senhor, eu espero ver se por modo me permite quatro ou cinco meses para eu poder ir a essa terra e fazer alguns arranjos; e, se isto não se complicar com outro algum serviço meu ao mesmo augusto senhor, espero que em setembro poderei aí chegar e, então, tratarmos do muito que convém tratar. Julgo que esta resolução te parecerá acertada e, ao menos, é a que posso descobrir no estado em que me acho e na certeza de que, em todos os maus empregos e destinos, hei de seguir absolutamente a vontade de Sua Majestade.

Como, nas minhas antecedentes e em resposta à tua, te disse todos os meus sentimentos sobre levantamento de novo engenho ou reparos no velho, refiro-me ao que tenho dito e será este um objeto para tratarmos na sobredita minha projetada ida. Eu sei perfeitamente o fim para que se faz por todas as partes, isto é tudo o que te posso dizer, e que nós nada temos que recear do resultado disto, porém alguns haverá que tenham algum incômodo. Não me tenho esquecido do que em Aramaré falamos e Deus há de ajudar-nos. Muita falta me tem feito o não ter sido remetido

o açúcar refinado de que ficou encarregado o Francisco Coelho, como eu te disse, e agora, pela carta de Feliciano, que me diz tinham principiado as chuvas fortemente, é que atribuo o não ter vindo nesta embarcação.

Não sei se o padre Manuel, vigário do [...], será o portador desta; se o for, te dirá vocalmente todas as notícias nossas e, se for depois, levará outras. Recomenda-me muito à Sr.ª D. Joaquina, minha senhora, e a toda a família. Os açúcares aqui têm valido um grande dinheiro e espera-se que subam ainda muito, porque a safra, que aqui costuma fazer-se no inverno, promete ser muito pequena.

Adeus, meu Henrique, goza as felicidades que desejas e te apetecem. O seu irmão amante,

Luís

5

Rio, 2 de julho de 1818

Meu querido Feliciano:

Tenho te escrito sempre e não deixarei jamais de o fazer, pois te estimo cordialmente. Já te falei do teu arcebispo quanto bastava para o teu sossego, sem estar com palavreados impostores, referindo ou atos nulos ou supérfluos de serviços, ou não feitos ou feitos sem nada valerem nem serem precisos, senão para o fingimento e impostura.

O dito arcebispo eleito insta ainda em não aceitar e assim mo disse anteontem com aquela modéstia que é própria do seu caráter. Porém, é também certo que ainda se não sabe que fosse por Sua Majestade aceita a sua escusa, nem há a menor suspeita de quem será o novo eleito, no caso de ser aceita. Mas não te dê isso o menor cuidado, porque as medidas de prevenção estão tomadas solidamente e sem barulho.(1) Por espírito de verdade que sempre me anima, devo dizer-te que a originária promessa e segurança do eleito arcebispo a teu respeito não se deve a mim e, por conseqüência, também a mais ninguém, mas sim a teu tio, pois este, imediatamente que o soube, em silêncio e zelosamente, foi falar à Sr.ª marquesa de Aguiar e mais família do defunto marquês, de quem é criatura particular e total o mesmo arcebispo eleito. E nisto houve logo tanto empenho e interesse que, quando eu fui falar ao dito da minha parte, ainda antes de ir com uma insinuação, o que foi tarde, já ele tinha prometido tudo a teu respeito e, portanto, nada havia que fazer, nem houve. Assim,

(1) Parece tratar-se do arcebispado da Bahia. D. Francisco de São Dâmaso Abreu Vieira falecera em 1816. Indicado em 1818 D. João Mazzoni, confessor do rei, recusou o cargo. O beneditino D. Vicente da Soledade, designado em 1820, depois de confirmado pelo papa, permaneceu em Portugal. A sede arquiepiscopal só foi preenchida em 1827 por D. Romualdo Antônio de Seixas (N. da Editora).

praza ao céu que ele vá a esse arcebispado [e] seja feliz, pois é um homem verdadeiramente virtuoso.

Recebi também uma carta tua que acompanhava outra e um requerimento de José Joaquim Leite. Vejo o quanto te interessas e eu tenho igualmente interesse em o servir, porém (isto é falar-te a verdade) tenho tido até agora medo de falar a S. Ex.ª em tal coisa, receoso de o irritar, talvez. Contudo conversei com monsenhor Miranda,(2) que foi sempre aqui um protetor decidido do Leite e que também é muito favorecido de S. Ex.ª, porque, por isso mesmo que, como eu, conhece o seu caráter, está no mesmo receio, porém ainda espero de tratarmos isto, procurando alguns rodeios antes da apresentação do requerimento. E já teria cuidado disto, mas proximamente tem sido tal a tormenta de negócios que S. Ex.ª não tem tido um instante de seu: enfim, é preciso esperar ocasiões. Pela mesma razão, não se publicaram algumas coisas já feitas e não se tratou de outras muitas. Nunca te falei de uma longa carta que me escreveste, em que exigias que eu dissesse certas coisas ao [...]; não te pareça que foi em mim esquecimento ou pouca atenção no que me dizias, mas pensei muito a tal respeito e, finalmente, combinando todas as circunstâncias de cá e de lá, julguei que não convinha por então dizer-lhe coisa alguma, mas sim esperar a ver se ele adverte e toma a resolução que deve. Eu não sei se ainda terei tempo de escrever a Henrique, como muito desejo, mas, quando se dizia que se mandava demorar o correio, agora soube que não, e que parte amanhã, e já não tenho tempo para mandar esta senão em mão particular: portanto tu lhe mandarás dizer isso mesmo, ou lhe remeterás esta para que a haja por [sua]. Sei que agora, sim, ele obteve o que desejava; já não são demoras do marquês de Aguiar nem pelas do conde da Barca, chegou e para melhor porque, havendo bom Deus, Santo Amaro faz milagres, e cobrem-se os seus altares de pernas de cera. O Antônio entregou o requerimento para isto e eu logo tive parte e o oficial-maior, antes da decisão, jantando conosco, assim que viu a coisa bem parada, bebeu à saude destes desejos que se haviam de realizar; e, logo que teve a decisão, veio à noite de propósito participá-lo a Maricas. Com efeito, todos esperamos que isso saísse no dia de São João, mas nada se publicou nesse dia, não se sabe por que ou não se sabe ou não se diz, mas enfim isto não deve dar cuidado a Henrique porque decerto foi feito, e o nosso Antônio assim lho há de dizer largamente e eu muito esti-

(2) Monsenhor Pedro Machado de Miranda Malheiros, desembargador do Paço e membro da Mesa da Consciência e Ordens (N. da Editora).

mo, pois é uma aparência representante para os tabaréus e um escudinho contra inquietações que podem vir de justiças e inspetorias.

E de mim, meu Feliciano, que te hei de dizer? Não posso ter esperanças por ora de ver-me em sossego em alguma de minhas casas: El Rei nosso senhor cada dia me dá mais provas da sua magnânima e paternal bondade; e parece querer-me aqui: como hei de eu, pois, fazer a Sua Majestade o mais pequeno requerimento para ir para fora? Seguro-te que eu conheço que me é indispensável ir a essa terra ver os meus bens e falar com Henrique para ultimarmos certos arranjos, e estou com medo de pedir a El Rei quatro ou cinco meses de licença.

Dou-te parte que, tendo a honra de pedir a permissão para um estabelecimento em Aramaré de maior vantagem para a minha casa, e sobre o que muito tratei com o Henrique, El Rei nosso senhor, sem mandar proceder a ouvidorias ou informações algumas, decididamente determinou fazer-me quanto eu pedia, e se passou logo o real decreto para se expedirem todas as ordens. Ora, esta graça, que é grande em si e que outras semelhantes têm sido vãmente pedidas, foi muito mais obrigante por este modo com que foi feita. Meu Feliciano, eu te desejo mil venturas e a todos os nossos — bem sabes como eu sou parenteiro e conheces o meu caráter —, assim vamos tendo repetidos motivos de gosto e, se nos dermos reciprocamente as mãos, Deus há de permitir que tenhamos outros muito maiores: é verdade que eu tenho me cansado muito e que tenho feito e estou fazendo muita despesa, mas também é certo que, se eu não tivesse feito esforços desde o princípio da minha vida política, as nossas coisas não estariam assim. Ainda tenho de sofrer por algum tempo, porém espero que cedo principiarão a combinar-se os interesses com as honras. O nosso Manuel, que, na promoção geral do regimento, em razão de ter ficado em Pernambuco (mal fundada razão), nem na efetividade de alferes entrou, por parecer do senhor inspetor e general, fiz agora emendar a mão e, em vez de alferes agregado e só com a graduação nominal de tenente, foi feito tenente agregado, por não haver companhia vaga, vindo assim a ser realmente tenente e com todo o vencimento de tenente. O teu decreto me foi mandado aberto à casa e assim o entreguei ao Manuel, no qual decreto Sua Majestade expressamente diz que, conformando-se com o meu parecer: "Estimarei muito que sempre dês recados meus ao Ex.mo Sr. conde da Palma e ao Dr. Luís José, (3) meu caro condiscípulo".

(3) Deve referir-se ao desembargador Luís José de Carvalho e Melo, posteriormente visconde de Cachoeira (N. da Editora).

O Ex.mo Sr. conde dos Arcos se lembra muito dessa boa terra, na qual ele é muito honrado, e nós lhe merecemos todas as demonstrações de distinção e estima. Tivemos proximamente cartas da família de Portugal, que estava toda boa. Adeus, meu Feliciano; nesta longa carta reconhecerás a franqueza de parentes, a qual não deve passar dos parentes, tanto porque convém guardar segredo, como para não aumentar o número de inimigos, que, para o serem, não têm outra razão senão a da inveja.

Teu do coração,

Luís

6

Rio de Janeiro, 2 de julho de 1818

Meu Henrique:

Depois de ter já escrito ao nosso Feliciano, recomendando-lhe que te mandasse a sua carta, vejo que ainda me chega o tempo para te fazer estas regras. Da dita carta verás o que eu principalmente poderia dizer-te, restando somente a ponderar-te que, com muito gosto, li na tua última carta que tencionavas vir a esta Corte: se isso vês que se pode realizar proximamente, eu muito o desejava saber quanto antes, para não me abalouçar a pedir a El Rei nosso senhor uma licença, para a qual tenho tanto receio, como do ponderado na dita carta verás; pois então aqui falaremos não só sobre nossos arranjos, como sobre o muito que temos a falar e dispor de Aramaré, e, do contrário, para estes mesmos fins e para os outros arranjos e estabelecimento que temos a fazer, segundo a graça que Sua Majestade se dignou de fazer-me, do estabelecimento de um mercado público e semanal no lugar que eu escolher desse engenho, bem vês que é indispensável que eu aí chegue logo.

Segundo as idéias que temos, os projetos que tratados e concordados entre nós deverão ir avante, isto nos oferece a maior vantagem e utilidades, porém devem essas coisas passarem-se primeiro e em particular entre nós: tu tens juízo e não preciso dizer-te mais. Quando vim dessa terra, como já daqui e lá te disse, pedi a Francisco Coelho que me refinasse com o maior primor um pouco de açúcar; e nunca mais tive resposta a esse respeito, sendo certo que a falta desta remessa me tem sido muito sensível, pois até o prometi à grande pessoa. Manda-me dizer se o dito Coelho teve alguma dificuldade a este respeito. Recomenda-me à Sr.ª D. Joaquina, minha senhora, e goza das felicidades que desejas.

Teu do coração,

Luís

7

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1818.

Meu Henrique:

Eu estava fora logo que por um mesmo barco recebi duas tuas de um mesmo teor e cujo objeto era sobre as desfeitas que julgavas te tinham de propósito feito o coronel de milícias, Bento Lopes, e o capitão Baiana.

Tu me dizias, a princípio, que falasse eu para isenção de todos os teus caixeiros (1) e rematavas dizendo que, ao menos para o teu caixeiro da escrita, mandando-me o nome dele, que [é] esse do aviso, e, dizendo-me que este era aquele que [...] tendo praça nas milícias artilheiras, esses dois senhores combinados o alistaram nas milícias daí, e que assim o incomodavam e a ti. Por conseqüência, assentei que devia falar por ora só deste, para a rapidez do despacho, e tive a honra de falar a S. Ex.ª, que logo me disse que sim e, levando-lhe depois o requerimento que verás, S. Ex.ª fez a coisa com aquela obrigante bizarria com que tanto nos favorece, pois o aviso vai melhorar ainda [mais] do que no requerimento se pedia: portanto, prega com ele nas ventas desses trastes, que, talvez, e bem à sua custa, se desenganarão que devem ter conosco toda a consideração. Eu o quisera mandar imediatamente, mas não tem havido embarcação, o que assaz me tem custado, por vez que o querias com a maior brevidade. Não posso determinar-me decididamente sobre o tempo em que poderia aí chegar, nem me sei mesmo resolver como hei de falar a El Rei nosso senhor, pois, ainda que estou certíssimo de [que] em Sua Majestade hão de fazer impressão as razões de necessidade de arranjos da casa, e que o mesmo augusto senhor,

(1) Trata-se de obter isenção de recrutamento (N. da Editora).

que tanto me favorece, há de querer o meu bem, contudo tenho um certo receio de falar em tudo o que é, por muito ou pouco tempo, deixar de estar aqui. Aqui está a razão da minha hesitação, mas, como é indispensável que eu aí vá para falar contigo sobre novos e antigos arranjos, o que se não pode fazer por carta perguntas e respostas, aí me deves esperar e Deus há de permitir que tudo há de ir bem e muito bem. Nada me tem ainda zangado tanto como o negócio do nosso Almeida, cuja demora dependendo de circunstâncias forçosas e inesperadas que nem eu nem ninguém tinha na sua mão o obstar. Eu me tenho consumido não por causa do negócio, mas sim por causa da demora, que é o que eu sei que também o aflige; mas, paciência, esperar não é perder; [ele] não deve ter cuidado e quem sabe se a demora da assinatura foi pior? Nós temos um rifão em português que diz: "Há males que vêm para bem"; enfim, nem sempre a gente se pode explicar. Recomenda-me muito à Sr.ª D. Joaquina e a seu sobrinho, o senhor juiz de fora, a quem eu poderá ser que ainda agora lhe escreva: o seu governador partiu para Portugal a buscar a mulher e vem em direitura ao Maranhão; eu lhe recomendei na sua partida novamente o dito senhor juiz de fora, e ele me prometeu que lhe havia dar as mais decisivas provas de que era meu antigo e verdadeiro amigo.

Já sei e por boas vias que o Folkman, examinando o rio Pojuca, conheceu que em Aramaré se podia levantar engenhos de água. Disto estou eu certo há muito tempo, o que me falta é examinar, a tal respeito, mais a largura com a que deve entrar no cálculo para segurança de estabilidade e conveniência: bem entendido que ninguém pode duvidar de que engenhos de água são preferíveis a todos, porém isto é regra que, contudo, pode ter exceções.

Esta foi começada no dia 18 do passado e agora lhe acrescento mais estas linhas, para dizer-te que me guardei até agora por não haver embarcação para te remeter e, da data do aviso, podes ver que disto nasceu a demora.

Põe-me aos pés da Sr.ª D. Joaquina, minha senhora. Os açúcares aqui conservam o preço de 2.700 e 2.750 réis. Os nossos estão todos bons. Adeus.

Teu do coração,

Luís

P. S. Verei se posso ainda fazer outra, além desta.

8

Carta de Antônio Garcês Pinto de Madureira (1)

Rio, 2 de agosto de 1821 (2)

"Ao Ilmo. Sr. Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França

Comendador das Ordens de Cristo e N. S.ª da Conceição — Marechal-de-Campo dos Reais Exércitos — Bahia"

Meu Luís do coração:

Recebi a tua carta de 11 de junho, muito retardada, e por isso é agora dever [...] que te passo a escrever, certificando-te do muito que me penaliza a tua falta de saúde e mais magoado por te faltar o tempo para tratar dela, sem o que não podes ser útil nem à nação nem a ti. Queira o céu que ao receberes esta estejas gozando o mais perfeito sossego.

Vejo o que me dizes sobre os papéis para conseguires o fim da tua comenda e para o que falei a Carneiro. Este me disse que a tua era de 12$000, que assim se designou, e que, portanto, não podias requerer; que, segundo o sistema de Portugal, aqueles a quem se não designou também o não podiam fazer, porque elas se incorporavam e que o título para usar a insígnia tu o tinhas, que é ao que se reduziu este negócio simplesmente de enfeite. Portanto, aprontar papéis de habilitação eram [...] para sem fim, e que estes eram só formalidades que todos os procuradores sabem.

(1) Irmão de Maria Bárbara, desembargador no Rio de Janeiro e camarista de D. Pedro. Foi em sua casa, ao Campo de Santana, que Luís Paulino se abrigou de setembro a dezembro de 1823, após a missão à Bahia, daí partindo para a viagem de regresso a Lisboa, durante a qual faleceu.

(2) Esta carta ainda conserva o sinete das armas dos Garcês.

Curarei por que professes. Professarão Henrique, Feliciano (3) e outros, a quem mandei mercês feitas por Sua Majestade. Ora, pois, prepara os papéis para professar. O padrão para receberes tença é dispendioso, porque, pelos manos podes saber que anda por perto de trezentos mil réis [...] Havia encarregado a um procurador, que há e são as pessoas suficientes, a custo de 25$600, que tanto importa a sua agência. Julgo, portanto, aprovarás a minha deliberação e que, se não agradar, farei o que determinares.

Estimo que se concluíssem essas eleições.(4) Que se apressem os deputados em fazer viagem. Eu também fui compromissório da nossa freguesia. Felizmente, por poucos votos, escapei de ser eleito, do que dou graças a Deus por não assistir ao ato do dia de sábado de aleluia. Sei o que são esses trabalhos (que por mim passaram) e por isso julgo bem o incômodo que terás no teu estado de moléstia.

Julgo que o tio escreve e ele se recomenda, bem como Manuel e Antão,(5) o qual não deu o gosto a Gordilho (6) de vê-lo nessa cidade; porém teria maior prazer em ver o seu amigo conde,(7) que viu por óculo a terra onde foi o primeiro regente. Oh, tempos! E se ele, depois que foi demitido (com o seu antagonista, o beato Antônio), não aceitasse a entrada, conhecendo o ânimo popular e não se fiando de meia dúzia de marotos que o adulavam, não passaria por vexames e injúrias [...] Tudo sucede a quem segue mau partido e é reformador ou quer ser. Enfim, deixemos estas cousas em que nunca falei nem falo por sistema. E vivo muito bem em minha casa, se é que entre tantas novidades pode haver tranqüilidade. Sua Alteza Real tem saúde e é digno do nosso afeto e respeito.

Aqui busquei o capitão Garadas e ele já veio satisfazer minha visita e me pareceu bom sujeito.

Devo acabar, porque tenho muito mais a escrever, e te seguro que sou, pelo coração, teu irmão amigo,

Antônio

(3) Henrique e Feliciano Garcês Pinto de Madureira, também irmãos de Maria Bárbara, que viviam na Bahia, vindo mais tarde a tomar partido pela causa portuguesa, razão por que foram expulsos do Brasil.

(4) Refere-se, evidentemente, às eleições no Brasil para o Soberano Congresso Constituinte.

(5) Outro irmão de Maria Bárbara, Antão Garcês Pinto de Madureira, comandante do batalhão de caçadores 3 do Rio, que se amotinou em fevereiro e junho de 1821.

(6) Deve referir-se ao então ajudante do conde dos Arcos, brigadeiro José Egídio Gordilho de Barbuda, futuro visconde de Camamu, que nesta altura estava na Bahia, onde foi acusado de conspirar e preso.

(7) Refere-se ao incidente do desembarque do conde dos Arcos na Bahia, em 19 de junho deste ano, que foi recambiado, sob prisão, a Lisboa onde seria julgado e absolvido.

9

Carta de José Garcês Pinto de Madureira (1)

Porto, 29 de maio (2)

[Sem endereço] (3)

Meu Luís:

Tenho visto com prazer tudo o que se passou na Bahia e que tu fizeste prova do lugar que ocupas. Enfim, todos os habitantes dos reinos unidos estão unidos por igual vontade.(4)

Circunstâncias, que não relato por longas, me tiraram da representação primária.(5) Porém, sempre bem visto dos meus concidadãos, alcancei um lugar onde, podendo ser útil à pátria, esteja em minha casa. Nomearam-me coronel das milícias de Penafiel. Este posto, se não tiver outro, é já suficiente para as minhas posições, casado. Com arranjar a mal outras coisas, o fazem ter para mim valor. O que te seguro é que corpo nenhum desta espécie tem à testa um homem que pelejou até às portas da Ásia.(6) Saberás que o Congresso desmanchou as administrações. Já se fez um requerimento excelente ao mesmo Congresso, mostrando a tua posição e as tuas circunstâncias, para que se tome uma decisão a este respeito. Até onde eu puder, hei de trabalhar. Escrevi aos nossos amigos comuns. Manuel Alves do Rio (7) muito te

(1) Irmão de Maria Bárbara. Servia com Luís Paulino no Regimento de Cavalaria de Coimbra quando as tropas napoleônicas, sob o comando de Junot, ocuparam a cidade. Ao contrário de seu cunhado, aceitou inscrever-se na Legião Portuguesa e comportou-se heroicamente na Campanha da Rússia, de que deixou um interessante relatório. De regresso a Portugal foi, como os seus companheiros, suspeito de "francesismo" ou "idéias revolucionárias" e sofreu algumas perseguições.

(2) Esta carta refere-se à escolha de Luís Paulino para deputado pela Bahia; será, portanto, de 1821.

(3) Depreende-se que esta carta é dirigida à Bahia.

(4) Refere-se à adesão da Bahia à revolução liberal portuguesa.

(5) Deduz-se que José Garcês também concorreu às eleições para as Constituintes.

(6) Referência à Campanha da Rússia.

(7) Manuel Alves do Rio, deputado ao Congresso Constituinte pela Estremadura.

estima e a esse também me dirigi. Ele, quando no mês passado chegou a notícia da Bahia, foi ele que ma deu e cheio de entusiasmo me mostrou o teu nome. E bebemos à tua saúde, pois jantamos ambos em casa de um amigo comum. As tuas sobrinhas (8) muito trabalham. Fizeram um requerimento às Cortes para te desmancharem o morgado, mas esse se fez inutilizar. Veremos o que se passa. Antônio Joaquim cada dia é mais digno homem; não se esquece um só momento dos teus interesses. Adeus, [...] à mana Maria, Luís e Sabina. A Bento, já sei, perdoaste e ele, dizem, tem brilhado. A tua primeira ordem às tropas muito aqui agradou e agora [...] faz-te lembrado no seu dizer.

Adeus, teu do coração,

J. G.

P. S. Minha mulher, mãe e mana estão boas e se recomendam. Faz-me também lembrado a Feliciano, Henrique (9) e amigos.

(8) D. Maria Emília Pinto Russell, casada com Antônio Joaquim Pereira de Azevedo e Vasconcelos, senhor da Casa da Seara em Lavis e D. Inês Inocência Pinto Russell, casada com o desembargador Joaquim José Soares. Eram filhas do irmão mais novo de Luís Paulino, Manuel Lúcio d'Oliveira Pinto, que morreu antes de seu pai, Bento José d'Oliveira, instituir o morgadio da Fonte Nova a favor daquele. Destas senhoras descenderam as famílias de Braga Soares Russell, Feio Soares de Azevedo, Arantes Russell e Costa Araújo de Sousa Meneses. De outros papéis de família se depreende que nem a viúva nem as filhas de Manuel Lúcio aceitaram bem e por muitos anos a instituição do morgadio que as prejudicou na herança de Bento José d'Oliveira.

(9) Seus irmãos Feliciano e Henrique Garcês Pinto de Madureira, que viviam na Bahia e ali seguiram o partido português, sendo expulsos do Brasil, conforme consta de cartas posteriores de Maria Bárbara.

VI

1

Decreto de 9 de agosto de 1819

Concede a faculdade para estabelecer-se uma feira no quarto dia de cada semana em terras do engenho Aramaré da Capitania da Bahia

Tendo-me representado o marechal-de-campo graduado Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França, que sendo reconhecido pela experiência que as causas que, poderosamente, obstam a uma maior abundância na cidade da Bahia e à prosperidade do comércio interno com os seus dilatados sertões da parte do norte, consistem na falta de trânsitos cômodos depósitos e mercados centrais, para onde possam concorrer os introdutores e compradores de boiadas, cavalarias e mais gêneros, assim de consumo da cidade e das vilas do Recôncavo, como os precisos para a lavoura das terras deste, por não se lhes oferecer outra direção mais do que a da única feira de Capuame, só cômoda aos sertões de Beira-Mar, e o mercado irregular de Sant'Ana dos Olhos d'Água, cujas posições distam entre si mais de 10, 20 e 30 léguas, nem poderem ser conduzidos senão pela única estrada, denominada das boiadas, que, dirigindo-se à cidade com ramificações clandestinas e contrárias aos interesses fiscais, é impraticável nas estações invernosas e também nas secas, pela falta de pastos, do que resultam a infecção dos gados conduzidos de 200 e mais léguas, e a impossibilidade em que se acham os proprietários e lavradores de darem extração aos seus gêneros; todos estes inconvenientes comodamente se remedeiam, sendo conduzidos os gêneros do consumo e comércio para o porto da vila de Santo Amaro da Purificação, 14 léguas acima da cidade da Bahia, uma vez que se estabeleça um ponto central para onde

todos concorram de diversas partes; e que, possuindo ele no termo da mesma vila o seu engenho denominado Aramaré, em uma situação central por onde atravessam duas estradas que comunicam com os muitos ricos engenhos colocados ao norte, do nordeste e noroeste da referida vila, com grandes terras, mui extensos e abundantíssimos pastos e águas saudáveis, além das do rio Pojuca, que o atravessa em vários sítios, tem projetado socorrer a causa pública, ainda, com algum sacrifício particular, oferecendo uma parte do mesmo engenho para nele se estabelecer uma feira semanária, fazendo, à sua custa, as primeiras acomodações, rancharias, currais e pastos fechados e abertos, com os tênues interesses propostos nos artigos juntos, que oferece, pedindo-me para este efeito a necessária licença e faculdade: ao que tendo consideração e as grandes vantagens que devem resultar de semelhante estabelecimento ao aumento e prosperidade do comércio interno daquela capitania, e ao novo impulso que com o seu aumento deve conseqüentemente receber a agricultura, que muito desejo promover, como o primeiro manancial de riqueza: Hei por bem que no sobredito engenho Aramaré possa o suplicante estabelecer uma feira no quarto dia de cada semana, segundo o plano, que com este baixa assinado por Tomás Antônio de Vilanova Portugal, do meu conselheiro ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, que fará parte deste decreto, como condições, a que se obriga o suplicante, para poder haver os benefícios pessoais que lhe podem provir, e nele se acham declarados. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessários.

Palácio do Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1819.

Com a rubrica de El Rei nosso senhor.

2

Comodidades que o marechal-de-campo graduado Paulino d'Oliveira Pinto da França oferece para o estabelecimento de uma feira nas terras do seu engenho denominado de Aramaré, e a que se refere o decreto acima

1.º Para se estabelecer uma feira no quarto dia de cada semana ou, quando este seja dia santo de guarda, no próximo e imediato, se demarcará nas terras do engenho de Aramaré um terreno próprio de compra, permutação de gado vacum e cavalar, frutos e outras mercadorias permitidas e necessárias aos lavradores, criadores e povos circunvizinhos, tendo vendedores as necessárias licenças.

2.º Levantar-se-ão ranchos de casas cômodos, segundo o estado do país, para aqueles que não quiserem levantar barracas ou tendas portáteis, o que será livre a qualquer; nem haverá coação ou ônus que não seja o de se prestar um reconhecimento ou aluguel de convenção, diário, mensal ou anual, conforme a cada um convier, sendo regulado o das barracas e tendas portáteis pelas dimensões que elas ocuparem.

3.º Não pagarão coisa alguma por algum título de inteligência extensiva, os vendedores que não se utilizarem das comodidades oferecidas no segundo artigo.

4.º Haverá currais, conforme a exigência do maior ou menor concurso de boiadas e cavalarias que entrarem na feira, para os serviços dos engenhos do Recôncavo e consumo das vilas e cidades; serão cercados e fechados com porteiras, estarão em boa guarda e reparados em bom estado, para comodidade de comboieiros e introdutores. Além deles, haverá também pastos cercados com estacas de duas travessas, conforme o uso dos engenhos, com

suficiente para se soltar o gado à imitação dos da feira de Capuame, da administração da Câmara de Bahia, no termo da mesma cidade.

5.º Pela guarda dos currais fechados e a título de indenização das despesas que exige a sua manutenção e reparo, se prestará, por cada cabeça de gado, a módica quantia de 40 réis por dia e noite.

6.º Pelo que respeita à largueza de pasto cercado e não fechado em guarda, nada pagarão os introdutores por cabeça no dia da feira e no seguinte, mas logo que, passadas 24 horas, não retirarem o gado, querendo conservá-lo no dito pasto por mais tempo, pagarão 20 réis por cabeça por dia e noite que não for demarcado ou 200 réis por cabeça sem limitação de tempo. Bem entendido que estes serão vaquejados e guardados pelos seus donos ou tangedores, nem por eles fica responsável o proprietário do engenho, como se obriga pelos que entrarem em currais fechados com porteiras, de cuja guarda, somente, se encarrega.

7.º Para maior comodidade e sortimento dos feirantes, se estabelecerão armazéns de molhados ou vendas providas de gêneros e frutos próprios de lavra da fazenda de que se trata. Semelhantes armazéns ou vendas, sendo colocados dentro dos limites da mesma fazenda, serão munidos das competentes licenças das autoridades econômicas e dos contratadores reais, passadas nos termos das que se concedem aos proprietários que vendem nos seus engenhos, gozando os gêneros e frutos sobreditos que neles se venderem da mesma franqueza que gozam os vendidos na casa e oficinas do engenho.

8.º Para promover e facilitar a concorrência para a feira, se obriga o proprietário a abrir, dentro das larguezas e limites da sua fazenda, picadas cômodas que sangrem e busquem a estrada pública e única dos sertões de cima, que atalhem e dêem melhor trânsito no tempo de inverno e enchentes do rio Pojuca, que por muitas vezes se torna impraticável, e até mesmo a pôr jangadas ou transporte cômodo, para quem quiser livremente aproveitar, pelo preço módico que paga no porto de Pojuca, rio Joanes e outros que nomeio desde rio Real.

9.º Atendendo aos extravios que costumam praticar os introdutores de gado, introduzindo no Recôncavo bois para se talharem à formiga (segundo a frase daquele país), fraudando os direitos impostos na carne em verde cortada ou na rês em pé, por mais vigilância que haja: se oferece a dar estes gados, em qual-

quer dia da semana, pasto gratuito por tempo de 24 horas, sendo todos obrigados à entrada pela feira, como o meio mais próprio para se evitarem os descaminhos e poderem os contratadores fiscalizar exatamente a arrecadação.

Palácio do Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1819

Tomás Antônio de Vilanova Portugal

VII

Testamento de Luís Paulino

Feito em Salvador, em 30 de setembro de 1821, em vésperas da sua partida para Lisboa, para onde seguia como deputado pela Bahia às Cortes Constituintes ou soberano Congresso
(Original nos papéis de família)

Em nome de Deus, eu, abaixo assinado, Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França, morador no Campo do Forte de São Pedro, freguesia de Nossa Senhora da Vitória (Bahia), ordeno o meu testamento pela forma seguinte: instituo por meus universais herdeiros, nas 2 terças partes dos meus bens e herança livre, a meus filhos legítimos Bento, primogênito, ao qual pertencem os direitos dos bens vinculados, Luís Paulino, Maria Sabina e Maria Francisca.

Quero que se paguem as minhas dívidas bem legalizadas, porque os muitos transtornos que têm havido em minha casa — perdas de papéis, em razão de campanhas, viagens, naufrágio e outros transtornos — podem ter dado meios disso se aproveitarem os malvados e usuários. Quero que minha terça fique à minha muito amada mulher D. Maria Bárbara Garcês Pinto de Madureira, para dela ser usufrutuária e por sua morte passe a todos os ditos meus filhos na forma seguinte: uma terça parte da dita minha tença para ser dividida pelos dois meus filhos varões e cada uma das duas terças partes, para cada uma das ditas minhas filhas. Quero que a minha mulher seja minha testamenteira, na falta desta, meu filho Bento e, na falta deste, meu filho Luís.

Não quero que se me façam honras fúnebres pomposas nem ofícios, nem armações de casa e igreja e determino que o meu cadáver seja envolto num lençol ou pano pobre que testemunhe bem a humildade que devemos ter diante Deus e o nada que somos. Quero que os pobres conduzam o meu cadáver à sepultura,

que será na freguesia onde eu falecer, a cujo pároco deixo uma esmola de 4$000 para dizer uma missa por mim e por meus ascendentes.

Bahia, 30 de setembro de 1821

Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França

VIII

Carta-régia de D. João VI a Luís Paulino

Datada do Paço de Bemposta, 27 de julho de 1823, ordena-lhe que parta para a Bahia
(Original nos papéis de família)

Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França, marechal-de-campo do meu Real Exército, Eu El Rei vos envio muito saudar. Havendo reassumido o exercício dos inefáveis direitos que pertencem à majestade do trono, o principal objeto das minhas paternais solicitudes é remover e sanar os males de toda a espécie que a facção que se tinha levantado em Portugal, violenta e atrozmente, suscitara. E porque um dos mais funestos são as hostilidades e mútua agressão em que se encontra a Província de Bahia, serviu de teatro a uma guerra cruel e devastadora, o que muito repugnante sempre foi às minhas reais intenções, confiando muito que em tudo me servireis sempre bem e fielmente, como é de esperar da vossa pessoa: hei por bem encarregar-vos a importante comissão de passardes à cidade da Bahia para que, de acordo e inteligência com o chefe de divisão João Pereira de Campos, comandante da esquadra estacionada naqueles mares, e com o brigadeiro Inácio Luís Madeira, governador militar e comandante da força de terra, se proceda à suspensão de armas que, pelas ordens que agora expeço àqueles oficiais generais do mar e terra, se devem imediatamente propor aos almirantes, generais e oficiais comandantes que tiverem à sua frente, cessando assim as hostilidades e toda a efusão de sangue e mais efeitos de guerra, enquanto as diferenças que as ocorrências passadas, desgraçadamente, haviam produzido, se não ajustam definitivamente e enquanto, pelas pessoas da minha confiança que ora envio ao Rio de Janeiro e a que vós, depois de concluída esta vossa missão à Bahia, passareis logo a unir-vos, se não formam as condições da total evacuação da cidade da Bahia

pelas forças de mar e terra que ali se acham, as quais em todo o caso se conservarão no mais rigoroso pé de disciplina, a fim de evitar as rixas e desordens a que ainda pode dar lugar a irritação em que naturalmente se conservam os ânimos.

Espero, pois, que empregareis nesta comissão o maior zelo e prudência, a fim de ter o melhor desempenho, o que muito vos recomendo.

Escrita no Palácio de Bemposta aos 27 de junho de 1823.

Rei

IX

Ofício de Luís Paulino ao Secretário de Estado do Brasil, Carneiro de Campos

(Cópia)

Il.mo e Ex.mo Senhor:

São quatro horas da tarde de hoje, quando tenho a honra de receber a nota de V. Ex.a, em resposta ao meu ofício de ontem. Para responder ao que V. Ex.a exige só tenho a dizer a V. Ex.a que eu, no meu citado ofício, usei da necessária, devida e exata expressão a respeito do meu objeto de vinda a esta Corte e, por conseqüência, não podendo nada acrescentar, cumpre-me unicamente, para tirar este viso de enigma, dizer a V. Ex.a que eu não sei quais são as cabais instruções que por Sua Majestade Fidelíssima haviam de ser dadas às pessoas de sua confiança, às quais me mandou aqui unir depois da minha comissão na Bahia. E porque esta, por ser de uma proposição aos comandantes de Sua Majestade Imperial para a suspensão de hostilidades até efetuação da evacuação das tropas do mesmo augusto senhor naquela província, dava ao meu coração o desejo de que a minha viagem se fizesse, seja-me permitida a expressão, com a velocidade do raio, cogitei de partir apenas pude ser desembaraçado, segurando-se-me que, dentro em seis dias, o mais tardar, partiria a corveta *Voadora* para esta Corte, conduzindo as referidas pessoas. Nestes termos os poderes a mim conferidos foram unicamente relativos à sobredita proposição; nenhuma outra instrução recebi senão a este respeito tendente.

Assim, é evidente, sem dependência da prevenção que V. Ex.a, da parte de Sua Majestade Imperial me faz e cujas altas virtudes ao infinito respeito, que eu nada tenho a fazer ou a dizer enquanto

as mencionadas pessoas não chegarem, senão ter a alta honra de beijar a mão de Sua Majestade Imperial.

Rogo a V. Ex.ª queira desculpar-me de não fazer este por meu próprio punho, porque o meu estado de enfermidade é tal que amiudamente me parece que toca o meu último instante. E acredite V. Ex.ª que se não passa um só de minha vida em que eu lhe não tribute a maior amizade e veneração. Deus guarde a V. Ex.ª.

A bordo do bergantim português parlamentário *Treze de Maio* em 8 de setembro de 1823.

Il.mo e Ex.mo Sr. José Joaquim Carneiro de Campos

(a) *Marechal Luís Paulino*

X

Ofício de Luís Paulino ao conde de Rio Maior

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1823

Il.mo e Ex.mo Senhor:

No dia 18 de agosto pela manhã e debaixo de serração e chuveiros, entrei na Bahia, e, sendo imediatamente a minha embarcação subida por alguns oficiais ingleses, conhecemos então que aquela cidade, porto e província estavam debaixo do domínio brasílico, havendo embarcado toda a tropa e indivíduos, os que se quiseram retirar, no dia 2 de julho e havendo sido perseguidos e tomados pelas forças comandadas por lorde Cochrane muitos transportes de tropas e efeitos.

O comandante do porto exigiu os documentos com que pudesse legalizar a minha entrada com bandeira parlamentária e, pelo mesmo, fui conduzido ao Palácio do Governo para o dito fim. O espírito efervescente e orgulhoso, pelas circunstâncias em que se achava aquele povo, era de recear; posso, porém, dizer a V. Ex.a que, apesar do risco da minha própria vida, eu mantive a dignidade própria de quem tinha a honra de ser emissário de Sua Majestade Fidelíssima.

Não tendo ali de demorar-me, mas sim unir-me a V. Ex.a nesta Corte, oficiei, para este fim, ao comandante do bergantim que me conduzira e, em resultado da sua deliberação, havendo-nos feito à vela a 22 do dito mês, viemos fundear com [...] (1) do corrente. Imediatamente oficiei, ao respectivo ministro, o secretá-

(1) O conde de Rio Maior fora enviado ao Rio de Janeiro para negociar a paz com o Brasil. D. Pedro I não o recebeu porque exigiu o reconhecimento prévio da Independência (N. da Editora).

rio de Estado, fazendo-o ciente de tudo que eu podia e me cabia dizer, a fim deste governo do Brasil determinar sobre o meu desembarque, como lhe aprouvesse.

No dia seguinte, recebi a nota a cujas expressões não me contento só de referir, mas, considerando a sua importância, a remeto por cópia a V. Ex.ª. A minha resposta foi negativa, acompanhada, porém, de todos os termos do devido respeito, pois que eu não só não fui munido de poderes alguns por Sua Majestade Fidelíssima, senão para suspensão de hostilidades e união a V. Ex.ª nessa Corte. Porém, nenhumas idéias tinha dos poderes e instruções pelo mesmo augusto senhor a V. Ex.ª conferidos.

Resta-me agora dizer a V. Ex.ª que, não podendo eu (em razão do meu estado de moléstia em que me acho, para evitar cujo perigo a bordo, Sua Majestade Imperial se dignou mandar-me desembarcar para a casa de meu cunhado, o desembargador Antônio Garcês) ir pessoalmente unir-me à deputação, como me é determinado, preciso que V. Ex.ª me instrua, para meu conhecimento, resolução e obediência. Deus guarde a V. Ex.ª.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1823

Quartel e casa do desembargador Antônio Garcês

Ao Il.mo e Ex.mo Sr. conde de Rio Maior

(a) *Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França*

XI

Certidão de óbito de Luís Paulino, passada pelo seu médico

(Original nos papéis de família)

Certifico em como, no dia 4 do mês de dezembro de 1823, veio para bordo do bergantim *Glória*, surto então no porto do Rio de Janeiro, o Ex.mo Sr. marechal Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França com uma tísica pulmonar, da cuja o tratei até o dia que faleceu, que foi em 8 de janeiro de 1824, e por ser verdade passo esta que juro aos Santos Evangelhos.

Lisboa, 10 de fevereiro de 1824

Joaquim de Barros Cardoso
Cirurgião

XII

Certidão de óbito de Luís Paulino passada pelo comandante do brigue **Glória**, onde faleceu

(Original nos papéis de família)

No ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, aos 8 de janeiro de 1824, na latitude de 4º Norte e 37 minutos de longitude ao oeste de Greenwich, pelas onze horas e meia da manhã, o cirurgião deste brigue, J. de Barros Cardoso, deu parte, ao comandante Sebastião José Batista, que acabava de expirar o marechal Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França, que por ordem do governo do Rio de Janeiro se transportava para Lisboa. E, em virtude desta parte dada pelo referido cirurgião, mandou o comandante preparar um caixão e mais preparos no qual foi metido o dito marechal com os uniformes que lhe eram correspondentes, para que, com a decência possível, fosse lançado ao mar, cuja ordem foi executada à uma hora da tarde, depois das cerimônias que foram possíveis fazer-se em tal lugar.

Sebastião José Batista
1.º tenente e comandante do brigue *Glória*

XIII

Conde de Vila-Flor a Bento da França [1]

Paço da Bemposta, 11 de fevereiro de 1824

Il.mo Senhor:

Meu particular amigo e antigo camarada, ontem à noite, quando cheguei com Sua Majestade a este real paço, foi que recebi a carta de V. S.ª pedindo licença para vir beijar [a mão] à Sua Majestade; fiz presente ao mesmo augusto senhor a sua carta, e Sua Majestade manda dizer-lhe que pode vir.

Não preciso dizer-lhe quanto sinto, meu amigo, a morte de seu pai. V. S.ª conhece-me bem e por isso pode bem julgar quanta pena eu terei neste triste acontecimento.

Desejo que V. S.ª se persuada da minha sincera amizade e de quanto eu sou, como serei sempre, de V. S.ª amigo e camarada,

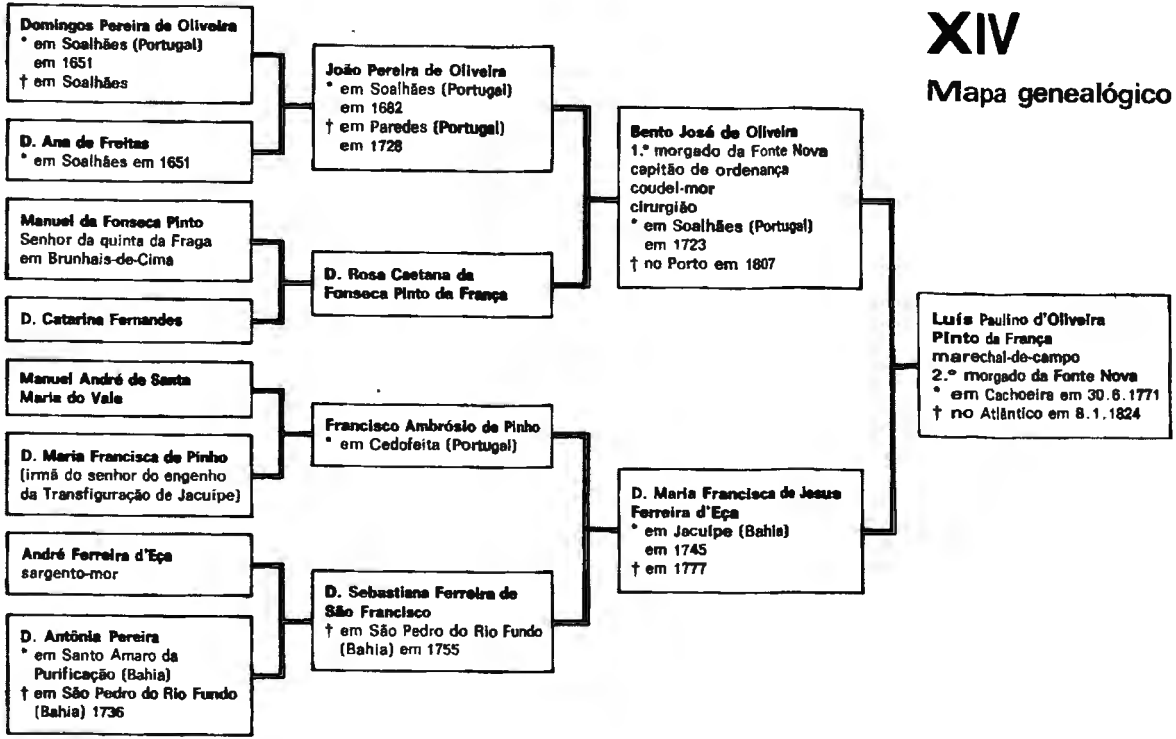
Paço de Bemposta, 14 de fevereiro de 1824

Conde de Vila-Flor

(1) Luís Paulino morrera a 8 de janeiro e, a 14 de fevereiro, seu filho Bento estava em Lisboa, certamente para tratar de assuntos de família, sendo esta a única notícia de tal viagem, pois terá regressado logo à Bahia, onde lhe nasceram outros filhos e donde só sairia para acompanhar D. Pedro nas campanhas liberais. São interessantes tanto a viagem quanto o acolhimento expresso na carta, pois documentam a tolerância recíproca entre as autoridades quer portuguesas quer brasileiras, nestes primeiros anos de Independência.

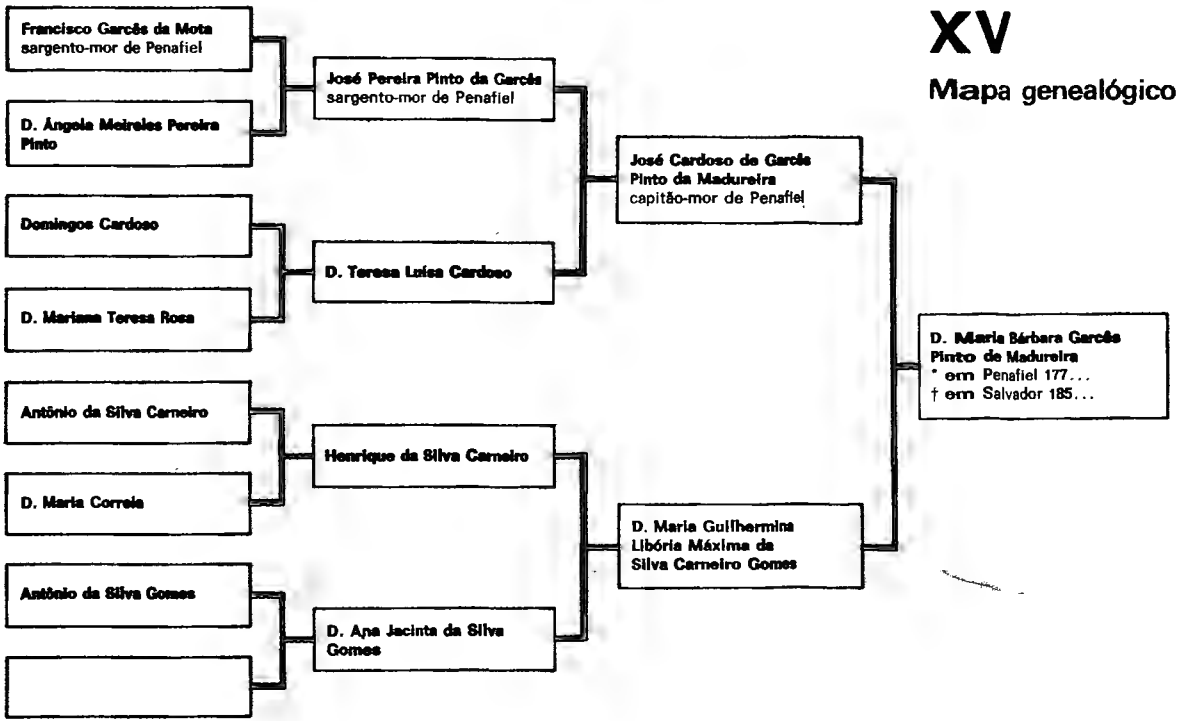
XIV

Mapa genealógico



XV

Mapa genealógico



ÍNDICE ONOMÁSTICO

Acciavoli, José Inácio, ver **Vasconcellos**, José Inácio Acciavoli Brandão e
Afonso Henriques, 133
Aguiar, Marquês de, 152
Almeida, Cipriano José Barata de, XI, 51, 66, 72, 91, 95
Almeida, Manuel José de, 15, 19, 33, 38, 43, 53, 68, 84, 90, 157
Alves, Manuel, 160
Amaral, Brás Hermenegildo do, 49
Amarante, 2.º Conde de, ver **Chaves**, Marquês de (Manuel da Silveira Pinto da Fonseca)
Andrada, Antônio Carlos Ribeiro de [Machado e Silva], 9
Anselmo, tenente, 49
Aragão, Teresa Clara Viana Morais de, 140
Aramaré, Visconde de (Manuel Lopes da Costa Pinto), XXIX
Araújo, João Ramos de, 11
Araújo, José Joaquim Nabuco de, 23, 25, 82
Aguiar, Conde de, 159
Arcos, Conde dos, 146, 154
Atanásio, 15

Baiana, cap.m, 156
Barata, Cipriano, ver **Almeida**, Cipriano José Barata de
Barbuda, José Egídio Gordilho de, ver **Camamu**, Visconde de
Barca, Conde da, 152
Barreto, João Pedro Fiuza de, 142
Batista, Sebastião José, 176
Beira, Príncipe da, 44
Belém, 2.º Barão de (Rodrigo Antônio Falcão Brandão), 8, 12, 18, 55, 68, 79, 84, 88
Bertrand, Artur, 139
Borges, Antônio, 15
Bório, 9
Basílio, 15
Brandão, Maria José Tovar da Costa Pinto da França, 18, 23, 33, 72, 125, 135
Brandão, Rodrigo Antônio Falcão, ver **Belém**, 2.º Barão de
Bulcão, Joaquim Inácio de Sequeira, ver **São Francisco**, 1.º Barão de

Cachoeira, Visconde da (Luís José de Carvalho e Melo), 153
Calado, José Crisóstomo, 136
Camamu, Visconde de (José Egídio Gordilho de Barbuda), 159
Camões, Luís de, XIV, 20
Campos, Francisco Carneiro de, 22, 54, 55
Campos, João Pereira de, 169
Campos, José Joaquim Carneiro de, ver **Caravelas**, Marquês de
Caravelas, Marquês de, 114, 171
Cardoso, J. de Barros, 176
Cardoso, Teresa Luísa, 143
Carlota Joaquina, D., 100
Carretti, Francisco José, 33, 36, 49
Cairu, Visconde de, 114
Caldeira, Simão, 43
Carneiro, 158
Carneiro, Henrique da Silva, 143
Carneiro, Maria Libória Guilhermina da Silva, 96, 108, 143
Carvalho, Bento Pereira de, 60
Carvalho, Inácio Manuel de, 142
Carvalho, 43
Casimiro, 68
Castro, 67
Catão, XXIV, 67
Chamberlain, Henry, 60
Chaves, Marquês de (Manuel da Silveira Pinto da Fonseca), 102, 107
Cid, José Feliciano de Morais, 67
Cochrane, Tomás, Lorde, 173

Coelho, Francisco dos Humildes, 141, 149
Copeiro, Marechal (?), 18
Costa, Antônio Muniz da, 141
Costa, Gualter Moniz da, 141
Costa, Maria José Pereira da, 10
Costa, Maria José de Tovar da (Condessa de Fonte Nova), 66
Costa, Maria Sabina Pereira da, XXIII
Costa, Rita Pereira da, 77
Costa, Rodrigo Pereira da, XXIII
Costa, Salvador Pereira da, XVIII, XIX, 8, 20, 62, 63, 66, 72, 73, 89, 92, 116, 136
Coutinho, Lino José, 9, 95

Dantas, João Reis de Sousa, filho, XXIX
Dantas, Luís, XXVI, XXIX
Dinis, Pedro Álvares, 31
Dória, Jaime da França, XXV, XXVI, XXVII
Doutel, 3
Drummond, Antônio de Meneses Vasconcelos de, 138

Eça, André Ferreira d', X
Eça, Maria Francisca de Jesus Ferreira d', X, XV, 8, 143
Eça, Sebastiana Ferreira d', 143
Edelweiss, Frederico, XI

Faria, 43, 71, 74, 86
Flores, 67
Folet, 83
Folkman, José Guilherme, 157
Fonte Nova, Conde de (Bento de Oliveira Pinto de França), XV, XVI, XVII, XIX, XX, 8, 9, 10, 14, 16, 19, 21, 25, 27, 29, 30, 36, 42, 45, 56, 57, 59, 62, 68, 71, 73, 74, 79, 80, 81, 85, 90, 91, 92, 93, 94, 113, 130, 133, 134, 167, 177
Fonte Nova, 2.º Conde de, 18
Fonte Nova, 3.º Conde de, 10, 15
Fonte Nova, 4.º Conde de, XIII
Fonte Nova, Condessa de, XVIII
França, Antônio d'Oliveira Pinto de, IX
França, Bento d'Oliveira Pinto de, ver **Fonte Nova**, Conde de
França, Henrique d'Oliveira Pinto de, XI, 130
França, Luís Paulino d'Oliveira Pinto de, X, XV, XVI, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIV, XXV, XXVIII, 3, 5, 7, 8, 11, 12, 18, 25, 26, 27, 29, 31, 33, 35, 36, 38, 39, 41, 43, 45, 47, 51, 53, 54, 56, 58, 59, 62, 64, 66, 71, 72, 74, 77, 81, 82, 86, 91, 93, 94, 96, 98, 100, 101, 102, 105, 106, 109, 113, 114, 115, 117, 119, 122, 125, 127, 130, 133, 134, 135, 139, 140, 143, 144, 148, 150, 158, 160, 162, 164, 167, 168, 169, 172, 173, 176, 177
França, Maria Bárbara Garcês Pinto de, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII, XXIII, XXIX, XXXI, 3, 5, 7, 8, 11, 14, 18, 27, 33, 35, 38, 40, 43, 49, 53, 60, 64, 65, 66, 73, 77, 78, 82, 86, 94, 113, 115, 116, 117, 122, 125, 127, 129, 130, 134, 139, 140, 143, 145
França, Maria Francisca de Oliveira Pinto de, XVII, XXIII, 10, 20, 28, 33, 44, 54, 68, 85, 118
França, Maria José de Oliveira Pinto de, XVIII
França, Maria Sabina de Oliveira Pinto de, XVII, XIX, XXX, 8, 11, 12, 13, 20, 33, 37, 68, 85, 116, 117, 120, 128, 167
França, Rosa Caetana da Fonseca Pinto de, 143
França, Salvador d'Oliveira Pinto da, XI, XIII, 10, 86, 95

Garcês [Pinto de Madureira], Antão, ver **Madureira**
Garcês [Pinto de Madureira], Antônio, ver **Madureira**
Garcês [Pinto de Madureira], Feliciano, ver **Madureira**
Garcês [Pinto de Madureira], Henrique, ver **Madureira**
Garcês, José Cardoso Pinto de Madureira, ver **Madureira**
Garcês, José Pereira Pinto, 143
Garcês, Luís Paulino d'Oliveira Pinto de França (2.º) - XVI, XVII, XXII, 4, 9, 10, 11, 14, 17, 18, 19, 23, 26, 36, 41, 42, 47, 74, 76, 82, 83, 85, 88, 113, 119, 127, 135, 167

Garcês, Teresa, 97
Garcia, Rodolfo, 134
Gomes, Ana Jacinta da Silva, 143
Gomes, Francisco Agostinho, 95
Guilhermina, Maria Libória Máxima, XVIII
Guimarães, Manuel Francisco, 15
Guimarães, Manuel Pedro Freitas, 19, 20, 21, 23, 24, 29, 46, 66
Guenebaud, 60

Inácio, Artur, XXXI

João VI, Dom, XIX, XXI, XXII, 70, 75, 80, 88, 92, 113, 137, 139, 145, 146, 148, 156, 163, 169, 177

Joinville, Príncipe de, 139, 140
Junot, Andoche, 51, 133, 134

Labatut, Pedro, XXII, 119, 135
Landofer, 83
Leite, José Joaquim, 152
Lemos, Fradique de Sousa Alvim de, 52
Lisboa, Francisco José, 129
Lisboa, José da Silva, ver Cairu, Visconde de
Lopes, Bento, 156
Lopes, Joaquim José, 16

Madeira, Inácio Luís M. de Melo, ver Melo, Inácio Luís M. de
Madureira, Antão Garcês, XVIII, 41, 98, 100, 108, 159
Madureira, António Garcês Pinto de, XVIII, XX, 31, 4, 114, 145, 158, 174
Madureira, Feliciano Garcês Pinto de, XVIII, XX, 42, 145, 151, 153, 155, 159, 161
Madureira, Henrique Garcês Pinto de, XVIII, XX, 16, 42, 53, 55, 95, 124, 144, 145, 147, 149, 150, 152, 153, 155, 156, 159, 161
Madureira, José Cardoso Garcês Pinto de, XVIII, 41, 96, 102, 143, 160
Magé, Visconde de, 113
Maia, Joaquim José da Silva, 74, 79
Maragogipe, Barão de, 83
Melo, Inácio Luís Madeira de, XX, 9, 19, 21, 22, 23, 24, 35, 36, 46, 47, 56, 70, 72, 74, 77, 83, 84, 86, 94, 169
Melo, Luís José de Carvalho e, ver Cachoeira, Visconde da
Miguel, Dom, 100, 135
Miranda, 91, 93
Moniz, José Joaquim, 115
Morato, Francisco Manuel de Trigoso de Aragão e, 60
Mota, 98
Mota, António Joaquim da, 40
Muniz, 16

Oliveira, Bento José de, X, XXV, 8, 54, 98, 134, 141, 142, 143, 161
Oliveira, Bento de França Pinto de, XIII
Oliveira, Félix Coelho de, 141, 142
Oliveira, Francisco de Paula e, 3, 7, 19, 22, 27, 44, 46, 50, 56, 70, 71
Oliveira, João Pereira d', 143
Osório, João Gouveia, 60

Pacheco, José Garcia, 68
Palma, Conde de, 144, 146, 153
Paula e Oliveira, Francisco de, ver Oliveira, Francisco de Paula e
Patrone, Felipe Alberto, XIV, 139, 140
Pedro I, Dom, XXI, 31, 57, 67, 70, 71, 74, 75, 77, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 91, 95, 120, 126, 128, 130, 136, 139, 158, 173, 177
Pennel, William, XIX, 73
Pedro II, Dom, XXIX
Pereira, Antônia, X
Pilatos, XXII
Pinho, Ambrósio Francisco de, X, 10
Pinho, Antônio Francisco de, 143
Pinho, José de, 10, 12
Pinho, José Vanderley de Araújo, XVII, 139, 142
Pinto, Manuel Lopes da Costa, ver Aramaré, Visconde de
Pinto, Manuel Lúcio d'Oliveira, 161
Porto Seguro, Visconde de, 113, 134
Portugal, Tomás Antônio de Vilanova, 163, 166

Quintela, XIX
Quintela, Inácio da Costa, 62

Rego, Luís do, 98, 103, 106, 107
Reis, Manuel José dos, 43
Resende, 56
Rio das Contas, Barão do, 118
Rio Maior, Conde de, 113, 173
Rocha, Luís Pedro, 49
Rosa, 46
Rosado, Carlos Damasceno, 3, 5, 19
Russell, Maria Emília Pinto, 161
Russell, Maria Inocência Pinto, 161

Sá, cap., 6
Saldanha, Duque de, 95, 125, 126
Sampaio, Teodoro, XI
Santinho, ver **Torre de Garcia D'Ávila**, Visconde da
Santos, Domingos Pereira dos, 141
Santos, Luís Antônio dos, 143
São Francisco, 1.º Barão de (Joaquim Inácio de Sequeira Bulcão), 84
São Francisco, Sebastiana Ferreira, X
Seixas, XIII
Seixas, Dom Romualdo Antônio de (Marquês de Santa Cruz), 151
Serpa, dep., 108
Serrão, Vitorino, 70
Silva, Alfredo Pretextato Maciel da, 135
Silva, Artur Inácio, XXVII, XXVIII, XXIX
Silvestre, 83
Soares, Joaquim José, 161
Soledade, Dom Vicente da, 151
Sousa, Manuel Francisco de, 53
Sousa, Rita Cândida de, 153
Subserra, Conde de (Manuel Pamplona Corte Real), 52

Tavares, Francisco Muniz, 91
Teixeira, Gaspar, 102
Thompson, 115
Torre de Garcia D'Ávila, Barão e Visconde da, 83
Torres, Ernani França, XII
Torres, Mário, 134
Trigoso, Francisco Manuel de [de Aragão e Morato], ver **Morato**

Vahia, Maria Mância Teixeira, 52
Varnhagen, Francisco Adolfo de, ver **Porto Seguro**, Visconde de
Várzea do Douro, Barão da, XVIII, 100, 102, 104, 106, 109, 110
Vasconcelos, Antônio Joaquim Pereira de Azevedo e, 161
Vasconcelos, Baltasar de, 141
Vasconcelos, José Inácio Acciavoli Brandão e, 34, 36, 60, 140
Vaz, José, 102
Venâncio, José, 118
Vergueiro, Nicolau Pereira de Campos, 91
Viana, Francisco Vicente, ver **Rio das Contas**, Barão do
Vieira, Francisco José, 31, 113
Vieira, Dom Francisco de São Dâmaso Abreu, 151
Vila Flor, Conde de, XIX, 177
Vilas Boas, Bento de Araújo Lopes, ver **Maragogipe**, Barão de
Vilas Boas, João de Aguiar, 141

Wildberger, Arnold, 140

Miniatura em marfim de Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França, deputado pela Bahia às Cortes de Lisboa de 1821.

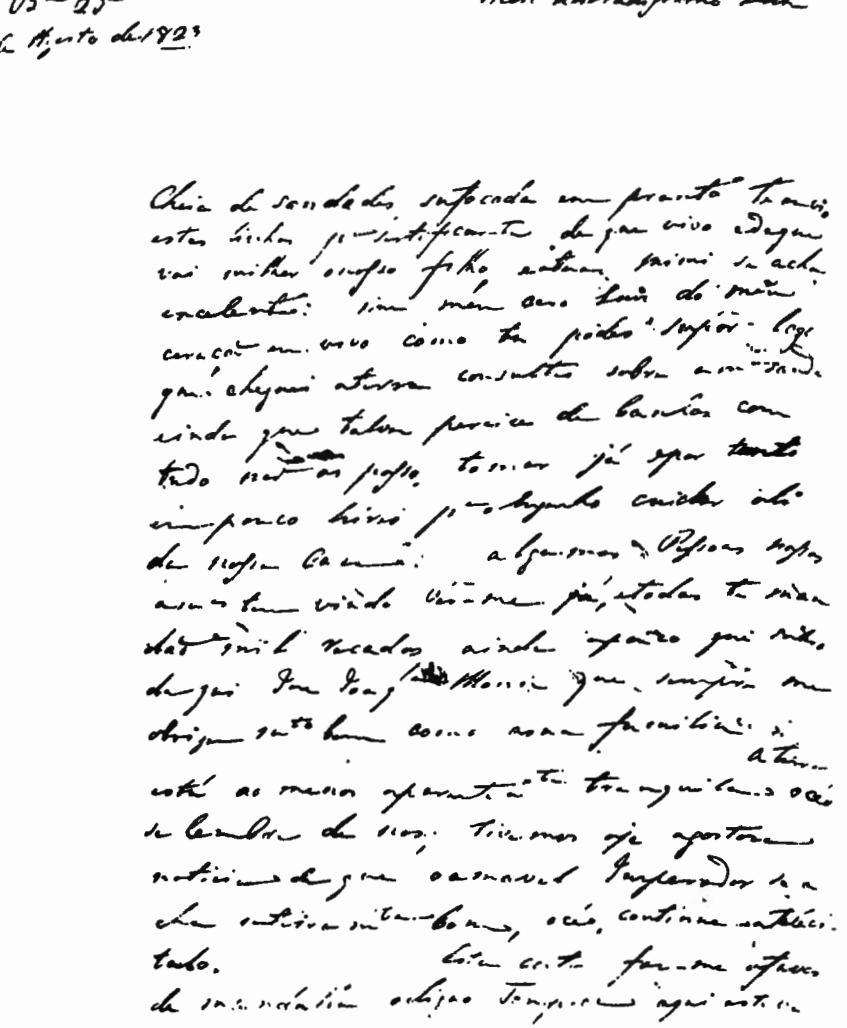
Illm.º e Ex.mo Snr
40

Luiz Paulino d'Oliveira Pinto
da Franca.

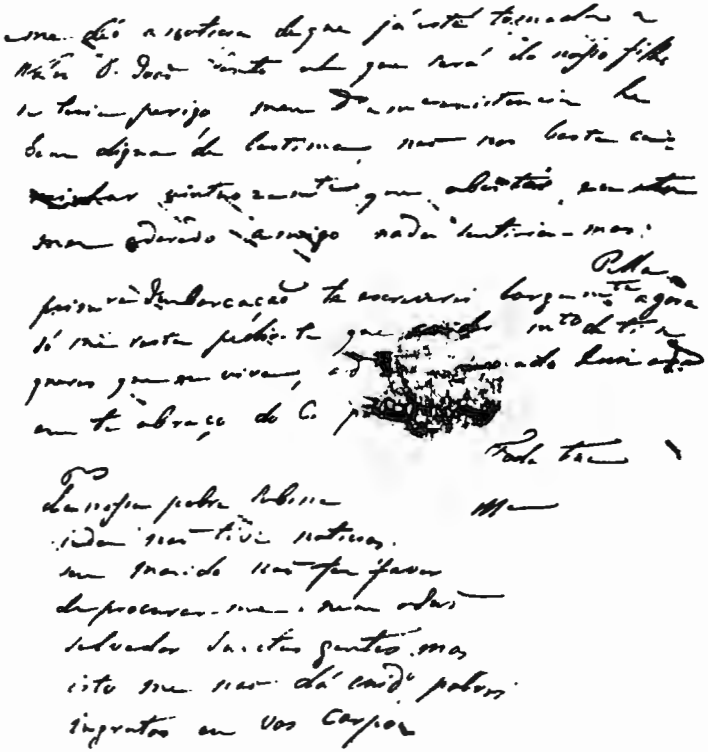
Comendador das Ordens de Chris-
to e da Conceição

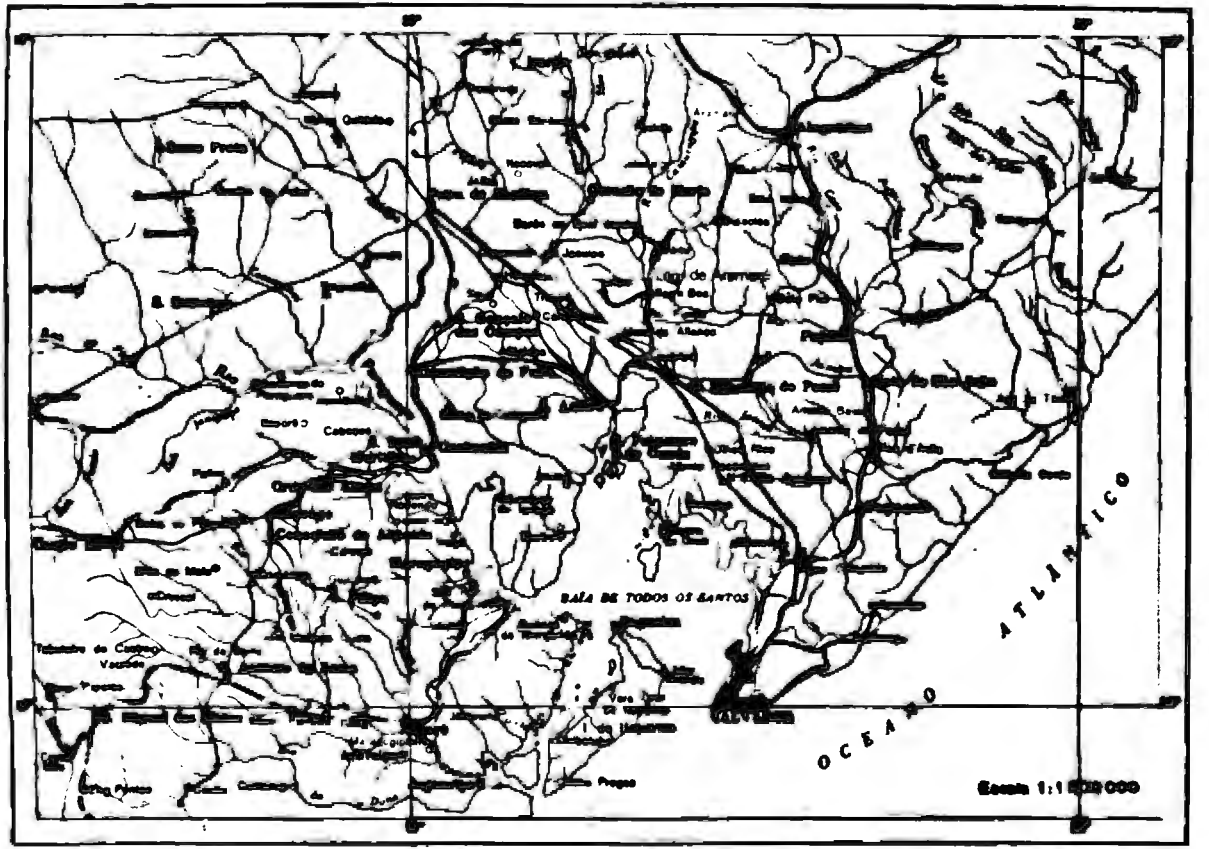
P. L. F.

Rio de Jan.ro



Carta de D. Maria Bárbara ao marido Luís Paulino d'Oliveira Pinto da França de 25 de agosto de 1823.





Mapa da região do Recôncavo Baiano.